



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Dianguenda Dionísio Kai Neto

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Área de especialização em Criminologia e Investigação Criminal

Prevenção e Segurança

— **Reprodução Social de um Estilo de Vida: Estudo de caso
no bairro Quinta da Fonte**

**Prevention and Security: Social Reproduction of Way of Life.
Study case in neighborhood Quinta da Fonte**

Orientação científica:

Prof. Doutor José Fernandes Fontes Castelo Branco
Academia Militar

Dezembro, 2020



Prevenção e Segurança Reprodução Social de um Estilo de Vida
Estudo de Caso no Bairro Quinta da Fonte

Danguenda Dionísio Neto
Dezembro, 2020



Prevenção e Segurança: Reprodução Social de um
Estilo de Vida. Estudo de caso no bairro Quinta da
Fonte

Agradecimentos

Tendo em conta a dimensão e a importância do trabalho, primeiramente agradeço ao Meu Deus por me ter dado energia e força na realização do mesmo. De seguida agradeço ao Professor Doutor José Fontes por ter abraçado este projeto desde do início até ao fim. Foram longas jornadas de auxílio e de apoio académico e pessoal. Contudo agradeço também a minha família por me ter auxiliado no que toca emocionalmente devido a complexidade do trabalho e a sua envolvimento. Por fim, agradeço à todos Professores do XI do Curso de Ciências Polícias pela dedicação e interesse revelados ao longo dos dois anos, principalmente do Intendente Sr. Professor Nuno Poiares. Não me esqueço também da turma de Criminologia e Gestão de Segurança no qual partilhamos grandes momentos, conhecimentos e experiências de vida. À vós, agradeço-vos do fundo do coração e espero que nos possamos encontrar no futuro próximo.

Obrigado à TODOS!

Resumo

O presente trabalho trata a prevenção da criminalidade como um conjunto de comportamentos e hábitos que sofrem de uma certa reprodução social. O primeiro objetivo é compreender de que maneira poderá a prevenção da criminalidade ser reproduzida socialmente tendo em conta, a sua influência na vida das pessoas em questão. Ao longo do trabalho analisa-se o modo como as pessoas reagem com a presença do crime. A própria presença da criminalidade também é analisada visto que os seus efeitos provocam comportamentos de defesa e de prevenção.

O Mundo é composto por vários significados e simbolismos que necessitam da sua interpretação. São significados e simbolismos que adotam características relativas e autênticas e que se desencadeiam por via de processos de reprodução social. No entanto, é necessário entender que todos estes processos constituem-se por camadas de conhecimento que se vão interiorizando socialmente na vida do Ser Humano.

Palavras-Chave: Crime, Criminologia, Reprodução Social, Habitus, Prevenção e Segurança

Abstract

The present study deals with crime prevention as a set of behaviors and habits who suffer from a certain social reproduction. The first objective is to understand how crime prevention can be reproduced socially, taking into account its influence on the lives of the people in question. Throughout the work we analyze how people react to the presence of crime. The very presence of crime is also analyzed since its effects provoke defensive and preventive behaviors. The World is composed of various meanings and symbolisms that need its interpretation. They are meanings and symbolisms that adopt relative and authentic characteristics and that are triggered by social reproduction processes. However, it is necessary to understand that all these processes are constituted by layers of knowledge that become socially internalized in the life of the Human Being.

Key-Words: Crime, Criminology, Social Reproduction, Habitus, Prevention & Safety

Lista de Siglas

REPC- Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade

UE- União Europeia

LPC- Lei de Política Criminal

ECCP- European Committe on Crimes Problems

RASI- Relatório Anual da Segurança Interna

PES- Programa de Escola Segura

ME- Ministério da Educação

MAI- Ministério da Administração Interna

LSI- Lei de Segurança Interna

P.S.P- Polícia de Segurança Pública

CRP- Constituição da República Portuguesa

CP- Código Penal

CPP- Código Processual Penal

G.N.R-Guarda Nacional Republicana

P.J- Polícia Judiciária

POI- Policiamento Orientado pelas Informações

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract	III
Lista de Siglas	IV
Índice	V
Índice dos Anexos	VI
Introdução.....	1
Enquadramento Teórico	4
Opções Metodológicas	12
Capítulo 1- Contextualização da Prevenção e o Meio Envolverte.....	18
1.1- A Prevenção.....	18
1.2- Contexto Jurídico	21
1.3- Medo do Crime.....	24
1.3.1- Geografia do Crime/Geografia do Medo	27
1.3.2- O crime e as suas diferentes abordagens. Da Criminologia Tradicional à Criminologia Ambiental	28
1.3.3- Importância dos Fatores Ambientais na percepção do Crime	32
Capítulo 2- Dinâmica da Reprodução Social e os seus agentes sociais	37
2.1- Espaço e a Realidade Social	37
2.2- A funcionalidade do campo social	39
2.3- Habitus	42
Capítulo 3- Abordagem à Segurança e a Prevenção: os seus efeitos	44
3.1- Conceito e a aplicabilidade da Força de Segurança P.S.P.	44
3.1.1. Proximidade e Comunidade: Uma relação adjutória	46
3.1.2- Policiamento de Proximidade e Comunitário.....	49
3.2-Políticas Municipais de Segurança e de Integração Social no Bairro	56
Capítulo 4- Estudo de Caso: O bairro Quinta da Fonte	59
4.1-A Criminalidade no Bairro	59
4.1.1 -O bairro social como local de práticas ilícitas e palco de crimes. A sua história e a evolução demográfica.....	61
4.1.2 – Criminalidade de Massa	74
4.2- Práticas Criminais.....	75
4.2.1- Delinquência Juvenil, Crime e Desvio	78
4.2.2.Tráfico de Droga no Bairro	88
4.3-O Sentimento de Insegurança no Bairro	94
4.4- Estratégias e Hábitos de Prevenção	99
Conclusão.....	102
Referências Bibliográficas	110

Índice dos Anexos

Anexos.....	122
Anexo 1.....	122
Guião de Entrevista.....	122
Anexo 2.....	123
Grelha de Observação	123
Anexo 3.....	124
Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº1	124
Anexo 4.....	126
Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº2	126
Anexo 5.....	127
Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº3	127
Anexo 6.....	129
Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº4	129
Anexo 7.....	131
Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº5	131
Anexo 8.....	132
Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº6	132
Anexo 9.....	134
Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº7	134
Anexo 10.....	136
Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº8	136
Anexo 11.....	137
Anexo 12.....	138
Anexo 13.....	138
Anexo 14.....	139
Anexo 15.....	139
Anexo 16.....	140
Anexo 17.....	140
Anexo 18.....	141
Anexo 19.....	141
Anexo 20.....	142

Introdução

O tema deste trabalho é a Prevenção e Segurança: Reprodução Social de um Estilo de Vida. Estudo de caso no bairro Quinta da Fonte. O bairro da Quinta da Fonte localiza-se no concelho de Loures, precisamente na freguesia da Apelação. De acordo com o Diário de Notícias, este bairro assume uma característica social tendo em conta, a receção dos primeiros residentes nos finais dos 90. Tudo isto começa quando Portugal começa a receber os imigrantes vindos dos países PALOP. Muitos deles não tendo as possibilidades de se organizarem economicamente e socialmente, acabaram por contruir os famosos bairros de lata de modo a conseguirem sustentarem-se. No entanto com o passar dos anos, surgiram grandes preocupações por parte das autoridades municipais no que toca à habitação das pessoas em questão. Muitas das vezes viviam em condições precárias levando uma forte intervenção até do próprio Estado. Sendo assim, é um bairro jovem no sentido da sua existência tendo em conta que maior parte da sua população é de origem africana. Ainda de acordo com o DN, 75% da população é cabo-verdiana e o restante divide-se por habitantes de outros países. Nos dias de hoje, o bairro Quinta da Fonte conta com cerca de 6500 habitantes nos quais maior parte procura encontrar uma realidade social diferente e melhor. A razão da escolha deste tema, deve-se ao facto de existir uma grande incidência no que toca a prevenção da criminalidade no Bairro da Quinta Fonte localizado no Concelho de Loures, o que levou a interessar-me sobre o que está por de trás da necessidade das pessoas se sentirem em segurança. O tema tenta responder a pergunta de investigação na qual passamos a citar: “ até que ponto a prevenção criminal poderá ser reproduzida culturalmente no meio da comunidade? No entanto, a prevenção da criminalidade é motivada por vários fatores, desde de logo pelo medo do crime e pelo sentimento de insegurança. Esta ideia de prevenção acaba-se por se traduzir em práticas e costumes, fazendo com que as pessoas adquiram um certo estilo de vida sem se aperceberem. Contudo, estas práticas vão sendo partilhadas e transmitidas pelas pessoas no seio da

comunidade do bairro. O importante aqui a perceber, é de que maneira estas práticas de prevenção são reproduzidas e como algumas pessoas do bairro da Quinta da Fonte, cada vez mais tentam não associar-se à práticas criminais. É importante frisar que o bairro da quinta da fonte é constituído por várias nacionalidades, desde de portugueses, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses. Essa miscigenação, também pode ser entendida por um lado como um fator de diversidade cultural mas por outro lado, um fator de insegurança e de criminalidade no bairro, pois o contexto social pode ter uma relevância significativa. É um bairro bastante problemático com vários casos que vieram à opinião pública.

Neste sentido, o grande objetivo deste trabalho foi especificamente compreender de que forma a prevenção da criminalidade é reproduzida socialmente entre as camadas sociais da comunidade populacional do bairro Quinta da Fonte. É assim que a o presente trabalho focou-se na identificação de estratégias e hábitos de prevenção compreendendo ainda a relação entre a prevenção criminal e a reprodução social. Este é um processo que envolve um conjunto de elementos e fatores sociais nos quais relacionam-se entre si. Este relacionamento é notado de acordo com os hábitos e comportamentos.

No presente trabalho, iremos abordar vários subtemas que relacionam-se com o tema central da dissertação pois existem vários elementos que motivam a prevenção da criminalidade, visto que a segurança é um direito e preocupação de qualquer cidadão num estado democrático. Sendo ainda a segurança como o principal dever do Estado, cabe ao mesmo executivo garantir a segurança dos direitos e liberdades dos cidadãos. A criminalidade não é só uma atividade de teor jurídica e política porém, também consiste na reunião de vários fatores sociais que motivam o desenvolvimento da mesma. Pois então, é necessário entender que a criminalidade suscita comportamentos e atitudes não só por parte das forças de segurança, nas quais representam o Estado no que toca a prevenção da criminalidade e a garantia da liberdade dos seus cidadãos. As próprias pessoas também desencadeiam um conjunto de formas e estratégias a fim de se salvaguardarem. Desta forma, caba à nós tentarmos investigar as causas destes tipos de comportamentos de forma a perceber a relação causal existente.

Portanto, o focus da investigação centra-se nalgumas famílias residentes no bairro procurando compreender, o modo como se previnem da criminalidade sem esquecer, nomeadamente a reprodução social da prevenção. É um trabalho no qual centrou-se em técnicas de investigação qualitativas. Tendo em conta a complexidade e a relação entre significados e símbolos, foi necessário a interpretação das mesmas. No entanto o trabalho de campo baseou-se nas técnicas da observação participante e não participante e da entrevista com o seu respetivo guião de modo a compreender o envolvimento destas famílias no que respeita ao crime e a prevenção.

Enquadramento Teórico

Os conceitos que serão definidos para esta pesquisa são: conceito de Reprodução Social, conceito de Segurança e o Conceito de Prevenção.

Reprodução social define-se como um processo de “constante renovação da produção material e cultural dos seres humanos (...) é determinado por elementos de produção e pelo interesse da classe dominante em manter a ordem social” (Pité,2004,p.30). A reprodução social acontece num determinado espaço social onde são produzidas as práticas que constituem esse mundo social. O conceito de habitus (Bourdieu, 1998) está intimamente ligado ao conceito de reprodução social uma vez que, as práticas que o habitus produz, são determinadas pelas condições passadas da “produção de seu princípio de produção de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em última análise, o produto” (Bourdieu,1972, p.14). Segundo a definição já clássica, o habitus deve ser pensado como:

“ (...) um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”(Bourdieu, 2005,p.191).

Bourdieu (1998) não separa a reprodução social da reprodução cultural pois, para o autor, é necessário pensar nas relações entre poder económico e o poder simbólico. Foi através do conceito de reprodução social que Bourdieu conseguiu perceber, a reprodução das desigualdades no ensino e interpretando os seus mecanismos e imposição de princípios de dominação que residem em instâncias como o Estado e a Família.

A reprodução social não ocorre apenas no capital económico mas, também, pela detenção de capital cultural que é entendido como a “incorporação intransferível de capacidades cognitivas quanto a posse de bens e certificados que garantem vantagens àqueles que os detêm” (Pinto, 2000,p.169). Relacionar a reprodução social e a prevenção faz sentido no contexto da comunidade local do bairro da Quinta da Fonte uma vez que, a prevenção da criminalidade tem se resumindo em práticas indispensáveis nas famílias há vários anos. Estas mesmas práticas

ao serem transmitidas às gerações futuras dão continuidade ao mesmo estilo de vida criando estratégias de reprodução.

Entretanto, é necessário circunscrever o local de estudo. Estamos precisamente a falar de um bairro social onde por sua vez não faltam problemas de ordem social tais como a pobreza, exclusão social e a criminalidade que acabam por denigrir a imagem do local. Todavia, grande parte dos problemas sociais que estão relacionados com situações de exclusão social ocorrem em contextos espaciais e territoriais específicos, nomeadamente em zonas periféricas das grandes metrópoles. Normalmente o ambiente em que se vive, como por exemplo os bairros sociais, os acampamentos de barracas e os bairros de lata, "desvalorizam o contexto de vida dos indivíduos e a dignidade humana" (Magano&Mendes,2013,p.40).

Ainda de acordo com Magano & Mendes (2013), as situações de pobreza e exclusão social são originadas por um conjunto de problemáticas que na maior parte das vezes, não estão isoladas, contribuindo para uma situação de desfavorecimento.

O conceito de Segurança acaba por se tornar bastante ambíguo por assumir vários e diferentes sentidos, suscitando por vezes dúvidas e incertezas que acabam por originar contestações. Todavia, existe um consenso no que toca a etimologia da palavra Segurança. Através da língua grega, vamos perceber que a palavra Segurança advém do vocábulo "sine cura" que se traduzindo, significa " sem preocupações", ou seja, remete qualquer indivíduo a preocupar-se primeiramente consigo mesmo. É neste modo, de uma forma mais consensual e comum que podemos afirmar que, o objetivo da segurança como atividade passa por evitar um mal menor ou maior. É assim, a ausência de risco existindo sempre a previsibilidade e a certeza do futuro. Por sua vez a noção concetual de segurança deve ser contextualizado e conjeturado com o formato sociopolítico e económico. Por exemplo quando se está em estado de Guerra, o conceito de Segurança não é o mesmo quando não se esta em guerra. Daí o conceito de segurança ter um alto grau de mutabilidade devido a realidade societária e face à falta de unanimidade em edificar um conceito que seja universalmente aceite. É deste modo que se percebe que o conceito de segurança não está totalmente amadurecido devido a sua constante

reformulação face às emergentes necessidades decorrentes da evolução da própria realidade societária. Portanto é importante ter atenção a contextualização local, nacional e mundial para definirmos o conceito de segurança. As constantes transformações sociopolíticas e económicas afetam o próprio conceito de segurança e a sua aplicabilidade. Esta alteração provoca uma redefinição de objetivos e de planificações. No entanto, quando se fala de segurança é necessário saber quais são as entidades que fazem segurança face a quê ou a quem? A segurança de quem? E com que meios poderemos fazer segurança? Nestas questões é necessário ponderar sempre quais os instrumentos de segurança face a tipologia das ameaças, riscos e perigos.

Conforme foi referido anteriormente, o conceito de Segurança é polissêmico por ter mais de um significado. São vários os autores que defendem as suas diferentes perspetivas. Alguns autores são mais radicais enquanto outros autores, são mais moderados nas suas definições sobre o conceito. Para Fraga (2000), o conceito de segurança é algo que nos é exterior porque na “realidade temos dificuldade em admitir que a segurança depende de nós mesmos, porque começa por aquilo que sentimos em relação a determinada situação, pessoa ou animal” (2000,p.8). Com este autor percebemos então que a segurança traduz-se num sentimento que temos sobre outra pessoa, objeto e até mesmo animal. Sendo assim, a segurança não depende exclusivamente de nós mas sim de fatores externos. Mas a segurança começa dentro de nós segundo Fraga (2000). É assim que Segurança é a “confiança que se tem ou que se consegue gerar; é a tranquilidade de espírito que se obtém da existência de confiança; é a convicção de que não se correm riscos” (Fraga,2000,p.8). Podemos também referir que a segurança corresponde um momento em que uma pessoa ou objeto não se encontra exposta sobre um determinado perigo e ameaça. Todavia para Fraga (2000), o conceito precisa de ser delimitado de novo, pois o autor acha que ninguém está realmente em segurança devido a circunstâncias exteriores. É deste modo que a “segurança é sempre mais aparente do que real, mais subjetiva do que objetiva” (Fraga,2000,p.8). A segurança é algo que está baseado na interpretação individual de cada ser humano, mas pode não ser válido para todos.

Já Cepik (2001) contraria um bocado a definição de segurança de Fraga (2000). Cepik (2001) defende que a Segurança é “uma condição relativa de proteção na qual se é capaz de neutralizar ameaças discerníveis contra a existência de alguém ou de alguma coisa” (2001,p.2). Aqui este autor defende a segurança na sua esfera individual, ou seja, que cada ser humano consegue desenvolver um conjunto de mecanismos que visem a sua proteção. Esta proteção pode ser de forma física, no qual o ser humano se defende de ataques visíveis que possam ferir a sua integridade física. Podemos também falar de proteção no que toca à alimentação ou até mesmo na área da saúde. Quando queremos ter uma alimentação mais saudável, é preciso elaborar um plano a nível da ementa que por sua vez, paute e discipline a nossa alimentação evitando alimentos menos saudáveis. Seguindo este raciocínio, percebemos então que devemos nos proteger de qualquer ameaça e que esta proteção resulta da Segurança que queiramos fazer das nossas vidas. Ainda com Cepik (2001), ao entrarmos na esfera organizacional da segurança, vamos perceber que este conceito sob uma forma mais funcional e de atividade é tida através de padrões e medidas de proteção. Contudo estes padrões e medidas são definidos por rede de informações, sistemas eles informáticos, instalações, comunicações, pessoal em modus operandi e por último pelos equipamentos.

Para Clemente (2015) a segurança: “sustenta a liberdade, porquanto, em termos objetivos, a segurança consiste na ausência de ameaça aos valores fundamentais da cidadania. E, certamente, a liberdade representa o valor maior da vida humana. Por isso, a segurança é a irmã-gêmea da liberdade” (2015,p.10).

De acordo com a citação acima referida pelo autor Clemente (2015), não há liberdade sem segurança. A segurança é que estabelece a liberdade e os valores da cidadania numa sociedade. Uma sociedade democrática, só funciona se os valores da dignidade humana e as instituições democráticas não estiverem sob ameaças, sejam elas externas como internas.

Hoje em dia, o conceito de segurança acaba por englobar dimensões mais extensas. É assim que devemos nos preocupar com uma segurança de cariz internacional, humana, societal e local. A segurança internacional como o próprio o nome indica, é um tipo de segurança que vai para além das fronteiras

tradicionais dos países e que exige uma maior cooperação entre os Estados como vamos observar no próximo capítulo. A segurança societal tal como a local, não divergem muito pelo facto das duas terem uma maior preocupação com os níveis de insegurança ou de criminalidade na sociedade de uma certa localidade. Em Portugal, no concelho de Loures foi implementado um programa de segurança que visava dar de volta, o sentimento de segurança às pessoas. Foi deste modo celebrado, o famoso Contrato Local que envolvia várias autoridades político-administrativas e judiciais. Por isso, existe três níveis de segurança, a segurança local acabando por se estender a nível nacional e depois a última instância o nível internacional. A segurança nacional acaba por ser uma “condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia” (Cepik,2001,p.3). Podemos também associar a segurança nacional com a segurança interna uma vez que, o que se pretende é assegurar a segurança da comunidade nacional dentro e fora do seu território. No entanto o tipo de segurança nacional é o que acaba por ser mais discutido, merecendo por vezes várias reflexões e debates. Nos dias de hoje já se associa a Segurança Nacional à Defesa Nacional devido a transformação geopolítica do mundo.

Em suma, como refere Tomé (2010) a referência de segurança são as pessoas ou a comunidade. Pode existir vários tipos de enquadramento e de perspectivas, mas o importante é o objetivo é a implementação da tranquilidade e o bem-estar das pessoas. Assim sendo, ainda com Tomé (2010) a Segurança é a proteção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade. Para existir paz duradoura e democracia funcional, é necessário existir uma segurança eficaz e que proteja de certo modo as instituições, os valores morais e as pessoas.

De uma forma geral prevenir significa simplesmente numa ação em que o resultado que se espera é a própria prevenção. Também podemos considerar que prevenir resulta de um conjunto de medidas ou preparação antecipada de algo que visa prevenir algum mal. No entanto, o que acabamos de dizer é aquilo que consideramos sobre o senso comum sobre a palavra. Relativamente ao conceito propriamente dito, existe um conjunto de autores no mundo académico no qual abordam o conceito de prevenção de forma diferente.

Entretanto, devemos nos concentrar no conceito de prevenção no que toca à criminalidade e de que modo pode ser reproduzida. Este cruzamento entre a prevenção e a reprodução social fazem com que a segurança tenha um maior aprofundamento e uma maior dimensão.

Para Costa (2017), a prevenção criminal é um conjunto de atos e de mecanismos que servem para reduzir o crime. Esta redução pode significar dimensões de caráter mais micro ou macro (Costa, 2017). De uma forma mais macro, a prevenção inclui então a territorialidade em que se tenta defender tudo aquilo que está relacionado com espaços físicos. Em relação a vertente micro, Costa (2017) afirma que a vigilância natural é a situação em que as pessoas estão sempre atentas ao que se passa ao seu redor. A prevenção criminal não se faz apenas a nível local. A preocupação e a ideia de se prevenir faz com que sejam criados modos e hábitos que sejam reproduzidos no quotidiano das pessoas. Esta reprodução aumenta ainda mais os mecanismos e os recursos de segurança das pessoas. Quando as pessoas aumentam mais os seus níveis de prevenção, sentem-se mais seguras. Por vezes, o aumento dos níveis de segurança podem significar uma maior insegurança por parte das pessoas. As pessoas ao se sentirem inseguras, vão tentar criar um conjunto de medidas para se prevenirem de um eventual perigo ou risco. No entanto, este conjunto de medidas poderão reproduzir por sua vez a ideia de que o que foi feito antes, não foi eficaz e vai-se reproduzindo sempre o sentimento de insegurança. Segundo Lourenço e Lisboa (1998), este conceito corresponde a intolerância que normalmente as pessoas têm ao facto da violência ser menor nos sítios onde trabalham.

Entretanto, a prevenção criminal não é definida unilateralmente, ou seja, não é apenas feita por um lado. É feita por dois lados, quer pelas populações e comunidades locais e quer pelas autoridades locais e nacionais. Bayley (2008) realça a importância da colaboração entre a polícia e as comunidades. Essa colaboração fará com que se identifiquem pontos e lugares que devam ser primeiramente combatidos e depois prevenidos. Costa (2004) para completar esta ideia de colaboração entre as autoridades e as comunidades, considera as comunidades locais como novas alternativas para a ordem e a segurança pública. Esta alternativa resume-se pelo facto das comunidades acompanharem

de perto a criminalidade e o seu impacto. Contudo, as comunidades mais que ninguém conseguirão identificar as zonas mais sensíveis à criminalidade e por conseguinte informar à Polícia.

Dentro da esfera da Prevenção, temos ainda situacional do crime que pode ser definida como “medidas não-penais que têm por objetivo impedir a passagem ao ato através da alteração das circunstâncias particulares em que os delitos da mesma natureza são cometidos ou poderiam sê-lo” (Cusson, 2006,p.205). Podemos considerar como medidas não penais, todas as técnicas e instrumentos que dificultem a ação do criminoso. Por sua vez, estas medidas poderão ter um impacto significativo no qual, o criminoso acabará por desistir de cometer um certo crime. Segundo Caiado (2013), fatores como as câmaras de vigilância e os controlos de acesso, acabam por estar associados à prevenção situacional em que o criminoso sente-se localizado e seguido. Entretanto, Caiado (2013) coloca o “deslocamento” como um dos objetivos a alcançar nas estratégias de prevenção situacional. O que se pretende é o facto do potencial criminoso mudar de alvo quando a medida de proteção e de prevenção tornam-se eficientes. A prevenção situacional tem o propósito de afastar os delinquentes de uma determinada área e enfraquecer todo o tipo de iniciativa de crime. A instalação de dispositivos de segurança, o melhor patrulhamento das forças de segurança e o controlo de acessos são exemplos de medidas que visam eliminar o risco e o crime. Cusson (2006) enumera três linhas de defesa numa sociedade. Uma dessas linhas está relacionada com a prevenção situacional daquilo que assume mais importância na vida das pessoas. Este tipo prevenção, acaba por se fazer à pessoas que mais gostamos e bens em locais onde existe uma maior tendência de se propagar a criminalidade. O Bairro Quinta da Fonte é um desses casos, onde várias pessoas previnem-se da criminalidade existente. Essa prevenção resume-se também em estratégias e técnicas que são transmitidas às gerações mais novas e partilhadas com os vizinhos.

Segundo Giddens (2009), os sistemas de vigilância têm tido uma forte importância na gestão do crime. Poiares (2015), considera que a instalação de câmaras de vigilância e a contratação de seguranças para os estabelecimentos são medidas que podem dissuadir os ladrões num determinado espaço. Neste sentido, a prevenção situacional da criminalidade visará também

“implementação de programas de sensibilização e informação do público, a adoção de medidas de autoproteção e na implementação de programas destinados a prevenir a revitimação” (Almeida,2011,p.5).

Dessa forma, Gomes (2005) considera que é necessário o ladrão ter medo e não vítima. A prevenção situacional vai conquistando cada vez mais lugar e torna-se numa grande forma de prevenir e de combater a criminalidade.

Em suma, não podemos esquecer a definição de prevenção apresentada pelo Conselho de Maio de 2001, que por sua vez cria a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade. Assim, a prevenção da criminalidade:

“Abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução de criminalidade e dos sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativa, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas. Inclui o contributo dos governos, das autoridades competentes, dos serviços de justiça criminal, de autoridades locais e de associações especializadas que eles tiverem criado na Europa, de setores privados e voluntários, bem como de investigadores e do público com apoio dos meios de comunicação”.

À luz da citação acima referida, podemos concluir que a prevenção é uma atividade global que abrange todas as estratégias e técnicas com o intuito de reduzir a criminalidade. Com essa citação, entendemos que a prevenção assume uma abordagem multidimensional em que os Estados assumem uma maior preponderância na redução de sentimento de insegurança. No entanto, a dentro da esfera da prevenção temos a prevenção situacional que é mais específica e que tem conquistado mais lugar, sendo benéfica e vantajosa com a introdução da tecnologia.

Opções Metodológicas

Dado ao tema que consiste em compreender de que forma é feita a prevenção no Bairro Quinta da Fonte e o objetivo das pessoas estarem seguras dos perigos e riscos, a metodologia teve um carácter qualitativo porque, a sua pesquisa foi de proximidade e de profundidade permitindo uma maior análise. O presente trabalho teve como objetivo identificar situações de prevenção e de segurança na comunidade do Bairro de Habitação Social Quinta da Fonte avaliando as vias por onde se reproduz os comportamentos sociais de segurança e prevenção. Abordou-se questões sociológicas do ponto de vista da criminologia e questões de direito no que toca a materialização da prevenção. Para este trabalho, optamos pelo método qualitativo que de acordo com (Reis,2010), permite a observação direta dos contextos em estudo, ou seja, a relação dinâmica do mundo real e o sujeito. Felgueiras (2016) considera o facto de o método ser importante no que toca ao percurso de investigação, pois é que permite alcançar o conhecimento científico ou académico. Assim, o método é a maneira de como os investigadores se posicionam no terreno de campo desde do início até a conclusão da investigação. Desta forma “ o método científico percorre um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados da mesma e contexto de implementação, incluindo a definição e operacionalização de conceitos e a formulação de hipóteses” (Santo,2010, cit.in Felgueiras, 2016, p.419),

Segundo Quivy et al., (2005), a investigação deverá iniciar-se com uma pergunta de partida, a qual deverá ser simples, clara, direta, exequível e pertinente, de modo a conseguir transpor os objetivos da investigação. Para Moreira (1994) os objetivos da pesquisa podem ser identificados após as definições do tema e do problema de pesquisa e, por fim, da identificação dos principais conceitos. Deste modo, os investigadores por via da sua própria interpretação quando descrevem um determinado, fenómeno social, conseguem filtrar os dados através de uma lente situada em um momento (Creswell,2010).O método qualitativo permite que

o investigador fale e interprete de forma mais ampla, os sujeitos de investigação e observe como estes atuam numa determinada realidade.

A sua forma de atuação sofreu alterações, a primeira mais clássica e a segunda mais recente. A Abordagem clássica define a abordagem qualitativa como “atividade que localiza o observado no seu mundo. Consiste num conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Estas práticas transformam o mundo num conjunto de ” representações, incluindo as notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e notas individuais “ (Denzin & Lincoln, 2000,p.3). A abordagem mais recente “ parte do pressuposto básico de que o mundo social é construído com significados e símbolos, o que implica a procura dessa construção e dos seus significados “ (Moreira, 2010,p. 49). Segundo Creswell (2010) a abordagem qualitativa nos oferece várias vantagens numa investigação. Algumas delas começam através do cenário natural em que os investigadores recolhem dados no terreno onde os participantes experienciam o problema em estudo o que, torna mais simples a interação. Os investigadores assumem um papel fundamental em torno da investigação, quer isto dizer que com a nossa recolha de dados através da observação e entrevistas temos um maior raio de análise e reflexão sobre o fenómeno em estudo.

Certamente é preciso salientar a flexibilidade no decorrer da investigação, o que significa o desenho de pesquisa. Este desenho de pesquisa pode diante de constantes modificações necessárias, orientar o pesquisador para um melhor entendimento sobre o fenómeno central (Creswell,2010). Posto isto, não existe regras, procedimentos rígidos nem papéis fixos numa investigação e o desenho da pesquisa poderá sempre ser redefinido por investigados e os investigadores. No que toca a recolha dos dados desta pesquisa, foram utilizadas as entrevistas e a observação participante. A observação torna-se útil uma vez, que a exploração de tópicos podem ser desconfortáveis para os participantes (Creswell,2010). De facto é curioso tentar saber a importância da observação, neste caso, de carácter participante. A observação participante é por norma, uma expressão usada na literatura antropológica para assinalar uma estratégia metodológica formada por um conjunto de técnicas de obtenção e de recolha de dados, assim sendo:

“Há uma curiosa mistura de técnicas de pesquisa na observação participante: entrevistam-se pessoas, analisam-se documentos, compilam-se estatísticas, recorre-se a informantes e realiza-se observação direta. Sendo assim, a observação participante será definida como uma estratégia de campo que combina simultaneamente a entrevista, a participação, a análise de documentos e a introspecção” (Denzin, 1970,p.185 -86).

Seguindo a ideia de Basit (2003), desde a recolha de dados até a redação deste trabalho realizaram-se várias e fastidiosas etapas nomeadamente, a transcrição das entrevistas, descrição das observações, leitura e releitura das transcrições e das descrições, sumarização das transcrições e das descrições, seleção de novas categorias mercê das observações diretas, codificação dos dados, ligação dos temas e categorias, seleção das citações, abreviaturas, afirmações e sentimentos a partir dos dados.

Pode-se então confirmar a observação participante como estratégia de investigação, no qual, o investigador insere-se no contexto social e cultural que pretende estudar, vive com as pessoas que são por vezes os objetos ou sujeitos de estudo.

Com base em entrevistas semiestruturadas, elaboradas com o seu respetivo guião e pela observação participante, foram feitas histórias de família. Esta opção justificou-se pelo facto da técnica em si, complementar as observações que serão realizadas. Todavia, como refere Creswell (2010),que as limitações da mesma passam pelo facto, de não fornecer os dados diretamente, visto que, as informações são filtradas pelos informantes. Este tipo de entrevista permite uma maior flexibilidade e liberdade no que corresponde à alteração da sequência das perguntas, bem como adaptar e adequar a linguagem ao público-alvo, neste caso, algumas famílias do Bairro Quinta da Fonte. Quando se trata de assuntos relacionados com a criminalidade e exclusão social, a sensibilidade e o medo têm tendência de sobressair. As pessoas que vivem dentro dessas realidades sociais, por vezes não se sentem a vontade para falar. No entanto, quando

aceitam falar e conversar segundo um guião, o investigador sente maior confiança e veracidade nas palavras. Por vezes, é muito melhor aplicar um questionário por inquérito, porém, as informações não terão a mesma profundidade de análise. O investigador limita-se a analisar o que lhe foi respondido. Com base na entrevista semiestruturada, o investigador consegue “captar”, outros pormenores e informações que não constam no guião, mas, revelam-se necessários para a investigação.

Uma vez que foi, preciso interpretar as técnicas reproduzidas no que toca à prevenção da criminalidade, por vezes questiona-se a insuficiência das técnicas de recolha de dados pois, existem diversos fatores que podem, alterar a investigação como o medo, a sensibilidade, antipatia. Posto isto “será realmente suficiente comprar um gravador, investir num fato e gravata ou num vestido bonito, escrever algumas cartas, preparar entrevistas semiestruturadas e procurar alguns assuntos de pesquisa?” (Crang & Cook, 2007,p.60).

O acesso ao terreno não foi de certo modo fácil. Tal como foi dito anteriormente, temas desta natureza suscitam medo por parte das pessoas. Contudo, também existe a outra faceta da moeda em que existem pessoas que não gostam deste tipo de investigação. Associam este tipo de investigação à uma certa espionagem ou trabalho infiltrado da polícia. É necessário convencer as pessoas que este tipo de investigações contribuem e muito para o conhecimento. Com a evolução do conhecimento, a prevenção e o combate à criminalidade passam a dispor de novos recursos e conhecimentos. Fim ao cabo, as próprias pessoas é que saem beneficiadas, sendo que, o trabalho da polícia é manter as pessoas tranquilas e seguras. Desta forma, foi necessário entrar em contacto com alguns meus conhecidos.Com base neles, foi-me apresentado por um lado, vários residentes que já foram vítimas de violência no bairro e por outro lado, residentes que previnem-se pelo facto do bairro ter uma natureza problemática e também, por tirarem como exemplo o que aconteceu nos seus vizinhos e amigos do bairro. Este processo facilitou a recolha de informação e depois a sua análise e reflexão. Dentro do universo populacional do Bairro, escolhi 8 famílias nas quais apenas um elemento respondeu nesta pesquisa. Tal como já referi, são meus conhecidos e por isso sinto-me confiante e livre para desenvolver este trabalho. Todavia, a escolha desta amostra foi procedida por via da amostragem

por seleção racional. Segundo Freixo (2013), este tipo de amostra privilegia os entrevistados com as características típicas e apropriadas para o problema de investigação. Porém, os entrevistados pediram o anonimato uma vez que não querem ser reconhecidos.

Em suma, após a recolha dos dados, passarei então pela sua análise e interpretação. Contudo farei uma análise categorial nos temas abordados no guião de entrevista. O guião de entrevista permitiu conduzir as entrevistas de forma organizada e harmoniosa permitindo que o participante exprimisse livremente as suas ideias, emoções, ansiedades, sentimentos e pensamentos sobre o fenómeno em estudo. Todavia é importante salientar a importância do cronograma em que foram definidas as tarefas para a recolha de dados (condução das entrevistas e a realização das observações); para a organização e tratamento dos dados nomeadamente a transcrição das entrevistas, a descrição das observações, a organização das categorias e a codificação dos dados); para a análise de dados que permitiram a síntese e a interpretação dos mesmos e por sua vez permitiram se apresentassem mais adiante em forma de resultados.

A grelha de observação foi um auxílio no que toca a sistematização das observações e a interação com os participantes criando um clima de aproximação espontânea. Com esta técnica, foi pretendido “arrumar” e “organizar” a informação toda no seu devido lugar. Estou confiante que vou recolher muita informação, quer pela via do guião de entrevistas e quer pela via da grelha de observação. Por isso, vai ser necessário organizar a informação para que consiga então expor os indicadores e fatores da prevenção e a sua reprodução social.

Segundo Bardin (1988), esta análise traduz-se na utilização de categorias existentes ou na criação de categorias específicas. Sob este efeito, a análise de dados remete-nos para a subjetividade uma vez que a subjetividade do investigador é importante para a descrição e interpretação do fenómeno, pois “enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo, oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (Bardin, 2009, p.11).

A análise de dados para Bardin (2009), análise de conteúdo acaba por se transformar num método empírico que reúne um conjunto de técnicas de análise de comunicações, sendo que a interação e o convívio contribuem para a interpretação do problema. Sendo assim, “a análise de dados qualitativos é “uma etapa muito difícil por não ser fundamentalmente um exercício mecânico e técnico mas um processo em que o raciocínio, o pensamento e a teorização são dinâmicos, intuitivos e criativos” (Bardin, 2003, p143).

Capítulo 1- Contextualização da Prevenção e o Meio Envolverte

1.1- A Prevenção

Quando falamos de prevenção, nos vem à cabeça a ideia de prevenir ou de evitar que um mal aconteça-nos. Podemos nos prevenir segundo as nossas experiências já vividas ou através de testemunhos de pessoas secundárias. A prevenção é mais do que uma precaução, é o estar atento ao que se passa à nossa volta estando, sempre preparado para um eventual acontecimento. A prevenção abrange várias áreas da atividade humana. Tendo em conta a criminalidade, a prevenção da criminalidade é encarada como o primeiro elemento de defesa e de combate ao crime. Tal como se diz no mundo do desporto, a defesa costuma ser o melhor ataque, no que diz respeito as políticas policiais e municipais, a prevenção rola um papel importante no desenvolvimento da criminalidade. O forte crescimento de dispositivos policiais num determinado local, maior vigilância e por fim um maior controlo, significam o conjunto de esforços realizados para que possa atenuar a eclosão da atividade criminal.

Todavia, não basta apenas juntar um conjunto de mecanismos para combaterem a criminalidade. É necessário antes de mais, uma leitura sociológica e crítica face a um contexto específico. Elementos como a pobreza, exclusão social e abandono escolar relacionam-se de forma intrínseca no desenvolvimento da criminalidade. As pessoas estando mais expostas à “ rua”, terão tendências de fazerem parte de maus grupos. Sem ocupação escolar ou laboral, nada os impedirá de se associarem à grupos criminosos. Porém, as escolas também são um forte foco de criação de grupos marginais, o que chamamos de delinquência juvenil. Daí a criação do PES em 1992 por parte do ME e o MAI. Este programa consiste há cerca de 28 anos em garantir a segurança das comunidades escolares em recintos de ensino, prevenindo e contraindo a violência. Por exemplo na Suécia, em 2009 a prevenção da criminalidade apresentou características mais pedagógicas do que processuais penais. Queremos com isto dizer que foi dada uma maior atenção ao indivíduo que por norma é indisciplinado. Segundo Popkewitz et., al (2009), o programa de prevenção da

criminalidade na Suécia passava por sensibilizar e ensinar os mais jovens a se comportarem à luz da lei e de assumir as suas responsabilidades. Para Popkewitz et., al (2009) a punição não tem muito valor porque poderá afetar as estruturas sociais dos indivíduos e nada prova se depois da punição, os indivíduos podem ou não mudar os seus comportamentos. Todavia, a instrução que é dada desde a juventude dos indivíduos, é uma garantia que os elementos incorporar-se-ão nas estruturas sociais dos mesmos. Parecendo que não, esta é uma maneira de prevenir a criminalidade. Não esperar que o crime aconteça para depois punir. Trata-se de prever e agir antes que o crime se consuma. Até mesmo o indivíduo que já praticou o crime, necessita de ser instruído de forma a tirar ilações do seu comportamento criminal e das consequências que isto terá.

Costa e Melo (1999) consideram a prevenção como um ato ou efeito de prevenir, significando a ideia de existir um aviso prévio no qual deve estar em causa a precaução e a antecipação. A prevenção não pode estar apenas associada as forças de segurança mas também a comunidade. A própria comunidade pode ter atitudes mais preventivas no que toca a criminalidade. O CPP português no seu art.º 1 define como crime todo o conjunto de pressupostos no qual depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais.

Para Poiares (2016), a prevenção apresenta-nos duas perspetivas. De um lado a prevenção criminal no qual o indivíduo previne-se diretamente da criminalidade criando estratégias e hábitos de prevenção. Por outro lado a prevenção social onde por sua vez representa os comportamentos das pessoas na sociedade como por exemplo o sentimento de insegurança. Poiares (2016) compreende que os conceitos de insegurança/segurança, risco, e de prevenção devem ser tratados juntamente criando uma relação entre os mesmos. O conceito de segurança para Poiares (2016), é importante quando abordamos questões relativas a sociedade. São questões como a tranquilidade pública, o bem-estar e a proteção dos direitos e liberdades e garantias das pessoas. Para Oliveira (2006, cit.in Poiares, 2016), a insegurança, compreende por um lado a situação resultante do estado objetivo da delinquência e por outro, a insegurança que se sente, e que traduz a ideia de um sentimento de insegurança, que se manifesta por intuições do medo e da presença do risco. Ainda com Poiares (2016), o risco é ainda entendido como um perigo externo, “rebatizado como risco”

(Carapinheiro 2002 cit.in Poiares, 2016, p.96), sendo que a consciência do risco andou sempre de mãos dadas com a história do homem e é uma característica intrínseca à vida em sociedade (Ekberg, 2007, citado em Poiares, 2016).

Considerando que policiamento deve tratar acima de tudo, da comunicação do conhecimento/ informação sobre o risco entre as instituições da sociedade que a solicitem (Poiares, 2016), alerta que atualmente, é cada vez mais consensual que a resposta a essa realidade passa pela consolidação de respostas integradas e em parceria materializando uma verdadeira governança em rede envolvendo forças policiais, associações de moradores, câmaras municipais, ministério público, assistentes sociais etc.

Enaltecendo Gomes (2005), as causas profundas da criminalidade são de natureza ambiental e social, ou seja, as diferentes tipologias de prevenção da criminalidade destacam a prevenção social, que age sobre as motivações criminais do pró-delinquente e do delinquente, e a prevenção situacional, que visa reduzir a oportunidade com o desenvolvimento de técnicas e estratégias de detecção do risco e do perigo. Gomes (2005) considera que a prevenção situacional também designada por prevenção da insegurança surge como resposta aquilo que chamamos de criminalidade de massa nas sociedades de consumo e põe o seu tónico na redução das oportunidades.

Para Gomes (2005), a prevenção situacional deverá proceder a análise detalhada da forma como, em certas zonas, certos crimes são cometidos; definir o modo de agir sobre as condições ligadas ao ambiente e à situação a fim de reduzir as oportunidades de passagem ao ato e determinar as entidades que podem implementar essas medidas de redução. O autor salienta ainda que, o objetivo é massificar as técnicas de prevenção situacional que facilita enormemente o trabalho policial e faz com que, sempre que possível, a missão das Forças de Segurança, seja aliviada por dispositivos técnicos, invertendo a dinâmica do terror: “ é preciso que seja o ladrão a ter medo e não as potenciais vítimas” (Gomes,2005, p.171).

Assim sendo, a prevenção estende-se por um vasto e largo campo de agentes sociais. As próprias famílias são consideradas como agentes sociais responsáveis pela criminalidade. As escolas com vários projetos e campanhas que tentam sensibilizar os jovens à não seguir maus exemplos e, até mesmo as

autoridades de saúde. A prevenção da criminalidade é a linha da frente face ao combate criminal. Primeiro identifica-se, analisa-se e age-se. Não se pode esperar que algo de mal aconteça primeiro para depois, agirmos. Caso seja verificada uma tendência de uma suspeita atividade criminal, é necessário precaver. Neste sentido todos nós somos responsáveis pela prevenção da criminalidade. Embora que a Polícia disponibiliza todos os mecanismos legais e técnicos, cabe a comunidade colaborar como muitas das vezes acontece em várias localidades. Para além de protegermo-nos, saber informar as autoridades competentes sobre situações anormais e descontroladas é um ato de prevenção.

1.2- Contexto Jurídico

A prevenção é um conceito cuja sua abordagem não carece de estruturas e normas jurídicas e judiciais. É um conceito trabalhado não só na esfera social dos fenómenos mas também dentro do quadro jurídico. Portanto existem artigos e leis que suportam a prevenção como algo prioritário para a sustentação da democracia. Por este efeito, vamos abordar as duas abordagens do conceito e a sua extensão. Falaremos primeiramente da dimensão nacional e então depois da dimensão transnacional.

No que toca ao nosso território nacional, a prevenção é exibida na LPC, tendo em conta, o biénio de 2017-2019. Assumindo a lei nº96/2017, de 23 de Agosto, foram definidos vários objetivos que visam orientar a política criminal. Deste modo o artigo 2.º define um conjunto de comportamentos que são considerados como crimes e atentados à democracia. Portanto, o artigo 2.º tem em conta a dignidade dos bens jurídicos e a necessidade de proteger vítimas. Dentro deste quadro são considerados fenómenos criminais de prevenção prioritária entre outros, como por exemplo o terrorismo e os crimes previstos no artigo 4.º da Lei n.º52/2003, de 22 de agosto, alterada pelas Leis nºos 59/2007 de 4 de Setembro, 25/2008, de 5 de junho, 17/2011, de 3 de maio, e 60/2015, de 2 de Junho, criminalidade violenta organizada, tráfico de

estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, em particular as chamadas drogas sintéticas e até mesmo o tráfico de armas. Tendo em vista os crimes de prevenção prioritária, o diploma também prioriza os crimes de investigação de forma a acelerar os processos. Mas não é apenas uma medida de rapidez mas também de prevenção porque, quanto mais rápidas forem as investigações, mais probabilidade terão as autoridades judiciais de desmantelarem organizações criminosas de forma a garantir a tranquilidade e a segurança das comunidades e populações. A prevenção da criminalidade destaca-se no artigo 7.º do diploma que diz o seguinte:

“ Na prevenção da criminalidade, as forças e os serviços de segurança desenvolvem programas e planos de segurança comunitária e de policiamento de proximidade destinados a proteger vítimas especialmente vulneráveis e, bem assim, a controlar as fontes de perigo referentes às associações criminosas e organizações terroristas (...) ”

À luz da citação acima destacada, percebemos que a prevenção da criminalidade é um elemento primordial para as autoridades de segurança. É necessário garantir a paz das populações, a prevenção passa então a ser a antecipação dos fenómenos criminais. As comunidades podem criar mecanismos de prevenção, reproduzindo rótulos e dinâmicas sociais no seu quotidiano, porém não disponibilizam de todo os elementos jurídicos e judiciais para puderem combater de forma eficaz o crime. Cabe então às forças de segurança criarem um conjunto de métodos e práticas que visem o combate ao crime, tal como, iremos ver no próximo subcapítulo.

Portugal faz parte da União Europeia e como tal, segue os requisitos e orientações da mesma no que diz respeito à prevenção e combate à criminalidade. Atendendo o Tratado de Amesterdão que vigora desde de Maio de 1999 que tem como objetivo, garantir a segurança dos cidadãos dentro do espaço europeu. Entretanto, o Conselho Europeu de Tampere de Outubro de 1999 assumiu como preocupação o desenvolvimento de programas nacionais de que visem combate à criminalidade. Portanto a ideia central procurar mecanismos de prevenção que garantam a tranquilidade das pessoas. Face ao

desenvolvimento de práticas de prevenção que necessitam de colaboração entre as autoridades, foi criada uma Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade no de 2000. Como afirmámos anteriormente, é necessário identificar e analisar elementos e condições que propiciam a criminalidade. Elementos como o álcool, lixo, habitações em estados degradáveis podem favorecer a eclosão da criminalidade num determinado sítio. Nos Estados Unidos, foi implantado o programa pré-escolar Perry. Programa desenvolvido nos 70 em que foram selecionadas crianças que vinham de ambientes familiares com rendimentos, mais baixos e com poucas oportunidades de sucesso na vida. De acordo com o programa, a logo prazo constatou-se taxas de êxito escolar muito altas. Contudo, verificou-se também taxas baixas de jovens em prisões. Deste modo, percebemos que a Educação também rola um forte papel no que toca a prevenção da criminalidade. Caso haja uma cooperação entre as instituições primária e secundárias como as famílias, escolas, associações de moradores e a própria polícia, será benéfica para se combater a criminalidade e o seu medo.

É assim que REPC salientou o facto de a prevenção abordar a questão do medo da criminalidade. A criminalidade se estiver em níveis muitos altos, pode afetar a confiança dos cidadãos face à Polícia. No entanto segundo a REPC, a prevenção é considerada como o elemento redutor da criminalidade. A título de exemplo, medidas de prevenção inteligíveis podem contribuir para o decréscimo da criminalidade.

1.3- Medo do Crime

O facto de as pessoas terem medo do crime, faz com que tentem se proteger e prevenir. O crime é uma atividade que suscita medo e causa terror muitas da vezes nas pessoas, tanto diretamente como indiretamente. No entanto, o medo do crime é precisamente:

“ uma reação emocional caracterizada pela percepção de perigo consequente ansiedade produzida por sua ameaça remota ou iminente, indicada por fatores percebidos no ambiente, tais como a notícia de ocorrência de homicídios, estrupos, arrombamentos, agressões físicas etc” (Dantas et al., 2006:,p.3 apud Council,1995).

Contudo, em 2003 a European Committe on Crimes Problems, considerou o medo do crime como o receio da ocorrência das práticas criminais como os assaltos, homicídios, tráfico de droga e de armas. É uma sensação que pode atingir a vertente individual onde por sua vez, cada pessoa ao ter medo, previne-se mas, pode também atingir uma vertente coletiva quando existe a sensação de medo no meio de uma comunidade. Ainda com a ECCP (2003), os crimes de colarinho branco também contribuem para o forte crescimento do medo. São crimes que muitas vezes não são reportados às autoridades policiais porém, as pessoas conhecem a sua existência.

Deste modo, Dantas et., al (2006) consideram que o medo do crime é uma sensação na qual todo mundo sente quando existe um grande fluxo de criminalidade. Porém, o medo do crime pode por sua vez ser útil para o desenvolvimento de técnicas de prevenção e de segurança. A presença do medo conduz à uma “ adoção de hábitos e o estabelecimento de posturas defensivas no sentido de prevenção de ameaças, tendo em vista, em última instância, a auto preservação” (Dantas,2006,p.2).

Já Dantas et.,al (2006) entende o medo do crime como um sentimento que provoca um conjunto de reações de natureza preventiva, face a ideia de que existe um risco. Ainda com Dantas et., al (2006), esse mesmo crime pode ser percecionado através de fatos reais ou por mera imaginação. Por um lado

existem pessoas que podem ter medo do crime porque já foram vítimas da mesma atividade. Por outro lado há pessoas que por assistirem fatos criminais em outras pessoas, acabam por se antecipar e começar a se prevenir. A imagem que as pessoas constroem sobre o mundo pode se formar na mente através da percepção. No entanto, o medo do crime varia em função da construção imaginária pessoal de uma ameaça criminal, da gravidade dessa ameaça, de vulnerabilidades pessoais, reais ou imaginadas e de um consequente risco, real ou imaginário, de se ser vítima.

É necessário também perceber que a comunicação social contribui imenso no que toca, a construção do medo e da sua negatividade. Quando é mostrado nos telejornais temas relacionados com o crime, imagens que ferem suscetibilidades, podem desencadear um conjunto de sensações e de receio nas pessoas. É assim que:

“A cobertura noticiosa de determinados lugares depende de diversos fatores. A espetacularidade e peculiaridade de determinado crime atraem as atenções num determinado momento e a existência de filtros que censuram as notícias difundidas são questões que influenciam o discurso produzido” (Esteves, 1999,p. 36).

Existem de facto vários elementos que contribuem para a construção do medo do crime. A comunicação social é um deles quando consegue mostrar uma certa realidade social mesmo quando ela não corresponde com a verdade. Todavia devemos aceitar que a comunicação social tem um forte papel e impacto na sociedade e na construção de percepções. Quando é descrito de forma negativa um determinado local, “criam-se imagens mentais extremamente negativas sobre determinadas áreas das cidades que conduzem a atitudes evasivas e consequentemente de maior receio e medo de por lá circular” (Esteves, 1999,p.41).

Entretanto para Dantas et al, (2006), o medo do crime é a consequência da forte e violenta atividade criminal. Segundo Dantas et al., (2006), foi realizado um estudo no Reino Unido de forma a reduzir a Criminalidade no seio das

comunidades. Por via desse estudo, concluiu-se que existem fatores que contribuem para a construção do medo do crime. Destaca-se a proximidade da ocorrência da criminalidade. As pessoas cujas habitações ficam dentro ou na periferia dos bairros sociais problemáticos, têm tendência de estarem inseguras e sempre atentas a qualquer movimento estranho. Esta inquietude revela o impacto que a criminalidade tem na vida das pessoas. Assim constrói-se o sentimento do medo do crime. As pessoas passam a temer pelas suas vidas e bens. A prevenção passa a ser algo prioritário e presente no quotidiano das pessoas. Este sentimento também pode crescer pelo facto de a pessoa ter sido vítima de uma tentativa de agressão. De acordo com Grabosky (1995) o “medo do crime” pode estar relacionado com a vitimização direta e indireta. Direta quando estamos a abordar pessoas que sofreram agressões diretamente. Passam de facto a serem vítimas de crime. Porém existe também a vitimização indireta quando recebemos informações sobre pessoas mais próximas que foram vítimas de um respetivo crime.

Por vezes a falta de informação pode levar as pessoas a sentirem medo do crime. Nem sempre a cobertura da média corresponde de facto a realidade. Um certo acréscimo de informação e de comentários pode conduzir as pessoas, à imaginações falsas. Daí ser importante o bom uso da informação para que não se espalhe, o terror e o medo.

1.3.1- Geografia do Crime/Geografia do Medo

A geografia do crime relaciona-se com a geografia do medo porque a elevada criminalidade num determinado lugar, contribui para o crescimento do sentimento de insegurança. As pessoas sabendo que existem locais menos seguros, *a priori* já sentem medo. Isto é o impacto que a criminalidade tem num determinado local ou até país. A sua atividade cria sentimentos de medo e de ansiedade nas pessoas que não pertencem àquele meio envolvente. Segundo Machado (2004), os bairros de habitação social e as zonas de habitação precária ou degradada são os locais onde o cidadão médio canaliza o seu medo e onde localiza o foco principal da insegurança urbana. Esta é uma ideia que pode trazer um certo estereótipo e preconceito nas pessoas que vivem nesses locais. E de facto, existe esse mesmo estereótipo e preconceito por parte das pessoas que não vivem nesses contextos sociais. Assim é uma causa que se traduz na exclusão social pois, existe uma tentativa de segregação entre as comunidades. Os estilos e padrões de vida não são compatíveis e o crime ajuda a acentuar essa mesma incompatibilidade. Tal como abordámos no subcapítulo anterior, tudo está relacionado com a perceção que o Ser Humano tem pelas coisas. Associar o contexto habitacional com a segurança tem vindo a ser uma prática muito usual. É desta forma que Esteves (1999) considerou que as pessoas tomam a liberdade de considerar, os locais com um nível de vida social superior e qualificado, como bem seguros. Por isso que as Ciências Sociais têm um grande papel na interpretação do mundo. Relacionar estas duas variáveis, habitação e a criminalidade só é necessário através de uma forte presença no terreno. Mas o estudo não acaba apenas no campo de investigação. Existe um conjunto de procedimentos que levam à compreensão e análise de uma determinada realidade social. É desta forma que destacam-se os mapas de criminalidade. São desenhos que representam e identificam os focos de criminalidade dentro de uma localidade ou país. São mapas que são muito utilizados pelas Forças e Serviços de Segurança face ao combate da criminalidade. Por exemplo, o RASI em cada ano revela mapas de criminalidade após a junção de vários relatórios. Os mapas de criminalidade baseiam-se nos dados registados e na sua avaliação. Todavia, os mapas de criminalidade não

representam todo o conhecimento da criminalidade. Como Dias (1984), refere este tipo de casos correspondem às cifras negras. Ainda com Dias (1984), as cifras negras correspondem à ocultação e opacidade dos crimes. Isto provoca um desfasamento entre a criminalidade conhecida pela justiça e a criminalidade real propriamente dita. Existem muitos crimes que não são denunciados. São exemplos como violência doméstica, criminalidade de massa que muitas das vezes não são reportados às autoridades e por isso não são conhecidos. No caso da violência doméstica, os casos não são reportados às autoridades devido ao medo por parte das vítimas.

Por fim, é necessário entender que a criminalidade urbana é um “incómodo” na sociedade. A presença desta atividade faz com que existam mecanismos de combate e de prevenção, quer por parte das pessoas e quer por parte das autoridades de segurança. O crime na esfera do Direito é um delito ou algo que atenta os bens das pessoas, porém, na esfera social o crime “afeta todas as dimensões da vida social e dos indivíduos pode contribuir para uma nova cultura de segurança, conscientemente assumida por cidadãos mais esclarecidos e mais responsáveis” (Lourenço, 2010,p. 55).Com as preocupações das pessoas em manterem-se prevenidas e longe da criminalidade, o crime passa a ser um elemento inabilitado no seio da sociedade.

1.3.2- O crime e as suas diferentes abordagens. Da Criminologia Tradicional à Criminologia Ambiental

No campo da Criminologia tradicional, o pensamento criminológico moderno, é influenciado pelas visões das teorias do consenso, e do conflito. Nesta temática, destacamos as teorias de consenso na qual destaca-se a escola de Chicago.

Segundo Vila Nova (1998), a cidade de Chicago sentiu um forte impacto nos fluxos migratórios. Segundo Vila Nova (1998), o fluxo migratório contou com

imigrantes provenientes da Irlanda, Polónia, Itália e de negros oriundos do sul do país norte-americano. A constituição populacional provocou várias alterações no seio da sociedade de Chicago. O exemplo dos (slums), os bairros de lata, acabaram por despertar indignação e contestação da classe política vigente na altura.

Para os sociólogos de Chicago, não interessava simplesmente o estado da cidade mas sim a interpretação e descrição dos seus problemas sociais. Os problemas sociais revelavam alguma preocupação devido ao rápido crescimento demográfico que se seguiam pela forte presença de imigrantes. O próprio choque racial entre brancos e negros sustentavam ondas de criminalidade e violência.

Para Becker (1996), o crescimento desordenado das cidades faz desaparecer o controlo social das pessoas. Os desacatos, manifestações e a onda de violência não foram contidas. Daí aumentar o sentimento de insegurança devido a reprodução sistemática dos comportamentos antissociais.

Segundo Dubar (2007, citado em Carvalho, 2018), a teoria da subcultura delinquente, é uma visão culturalista da delinquência, baseada no princípio segundo o qual a delinquência é gerada por factores como a pobreza e a desigualdade, em que as subculturas são produzidas por diversas formas de marginalidade, de exclusão e de deterioração social, que recorrem à violência, ao roubo e ao tráfico como práticas compensatórias. Para o autor, o que determina a conduta delinquente é essencialmente o meio social no qual o individuo está inserido. Desta forma, é com base nas características desse meio social que a delinquência transmite-se para as gerações seguintes.

A teoria do controlo social ou da anomia é a visão funcionalista da delinquência em que a anomia (estado patológico) é uma das causas do crime, visto pressupor a ausência de conformidade com as normas vigentes numa sociedade como salienta (Durkheim, 1984, cit.in Carvalho, 2018). Sendo assim, um dos fatores que originam a violência e os homicídios, é fator patológico em que o individuo é identificado como “doente” (Durkheim, 2001, citado em Carvalho, 2018).

Para Dubar (2007, cit.in. Carvalho,2018), a teoria das janelas partidas, inspira-se na escola de Chicago. É também uma teoria conhecida pela teoria da

oportunidade corroborando existência de uma relação direta entre a desordem e o aparecimento da delinquência. Segundo Becker (1996), se uma janela permanece danificada num dado bairro ou num local onde a criminalidade assume uma grande incidência, constitui de facto um sinal aos potenciais delinquentes e criminosos. O sinal que é passado revela que não existe controlo nas ações dos criminosos. A imagem da polícia passa estar enfraquecida por não ser capaz de manter e garantir a segurança da comunidade.

Todavia, o pensamento de (Shutherland,1939,1973), apresenta conceitos como a associação diferencial, uma teoria de consenso cujos pressupostos referem que as causas da criminalidade não se encontram nas características pessoais dos sujeitos, quer sejam biológicas ou psicológicas e, desta forma, os criminosos são indivíduos normais com uma origem social. Segundo esta teoria, o crime é uma conduta que, como qualquer outra, se aprende ou seja, não é hereditária, qualquer pessoa pode chegar a cometer um ato criminoso o que leva a pensar tal como (Shutherland,1947), que a aprendizagem do crime ou de qualquer conduta dá-se por via da interação e da comunicação com as pessoas, especialmente nos pequenos grupos íntimos e nas relações pessoais.

Em conclusão (Becker, 1996), refere que as teorias de consenso entendem que os objetivos da sociedade são exclusivamente atingidos no momento em que os indivíduos convivem conseguem assimilar e partilhar os mesmos valores e comportamentos.

Por outro lado, destaca-se a outra abordagem da criminologia tradicional no qual se faz alusão às teorias de conflito. Teorias estas que marcam com o início da teoria da rotulação. Parafraseando Becker (1963), as pessoas rotuladas por serem desviantes, partilham em si um rótulo. Este rótulo é imposto pelas pessoas devido a partilha do mesmo tipo de comportamento, sendo este repudiado. É assim que “um registo de passagem pela prisão torna mais difícil ganhar a vida numa ocupação convencional, predispondo assim o sujeito a ingressar numa atividade ilegal” (Becker, 1963, p.181).

O autor considera que a teoria da rotulação por ser uma maneira de considerar um domínio geral da atividade humana, ou seja, o desvio é uma para além de um comportamento repudiável, é partilhado por elementos e pessoas assumindo por vezes grandes dimensões.

Contudo, a teoria da rotulação também designada por *labelling approach* por (Erving Goffman & Howard Becker, 1996), que segundo (Dubar, 2007, cit.in Carvalho, 2018), é uma visão mais ampla da delinquência no qual se estabelece a ligação entre o desvio e o rótulo que se atribui ao desviante ou ao indivíduo. Esta teoria considera que a criminalidade não é uma qualidade da conduta humana mas sim a consequência de um processo de estigmatização ou seja, o criminoso passa adotar comportamentos antissociais cuja merece reprovação por parte da sociedade no seu geral. Os padrões e regras impostas pela sociedade são vistos como condutas a serem seguidas e tudo que vai ao contrário das mesmas, é designado como desvio.

Parafraseando Dias e Andrade (1997), a teoria *labelling approach*, agrega as causas da criminalidade tendo em conta os fatores individuais. A teoria cria e atribui o rótulo que é entendida como criminalização primária. Esta criminalização provém da vasta personalidades jurídicas e judiciais visto que o rótulo após de ser produzido é atribuído segundo todos os comportamentos que fogem da esfera normal da sociedade. Por sua vez, a criminalização primária produz a criminalização secundária em que a sociedade acentua negativamente o indivíduo devido ao seu comportamento desviante.

Já a Criminologia Ambiental, constitui uma alternativa à criminologia tradicional. Segundo Clarke e Felson(1998), este ramo tende a priorizar o impacto do ambiente ou do meio social onde o crime é cometido.

Entretanto, a teoria das atividades rotineiras (*Routine Activities Theory*), representa a interação existente entre indivíduos e o ambiente. Esta interação provocará por conseguinte o comportamento dos indivíduos, seja ele negativo ou positivo de acordo com Clarke e Felson (1998).

Ainda para os autores, um crime ocorre quando existe a reunião no espaço e no tempo de pelo menos três os elementos essenciais nomeadamente, um provável agressor (infrator motivado); um alvo adequado/vítima (pessoa, local ou produto) e na ausência de um guardião capaz de o impedir nomeadamente, uma pessoa ou equipamento, um polícia, vigilante, sistema de segurança, amigos, colegas, professores. Os referidos autores consideram ainda que, o agressor motivado pode sofrer de alguma patologia, pode pretender maximizar o lucro, pode ser subproduto de um sistema social perverso ou deficiente, pode estar inserido num

ambiente de desorganização social ou pode estar num meio com inúmeras oportunidades de praticar o crime. Este é um especial tema que merece uma certa atenção como veremos no próximo subcapítulo. A criminologia Ambiental torna-se importante para a prevenção da criminalidade.

1.3.3- Importância dos Fatores Ambientais na percepção do Crime

A criminalidade é um tema de análise desde dos anos 50 do séc. XX. O seu estudo profundo conduziu à novas linhas de pensamento e de compreensão. Deste modo, surgiram várias correntes empíricas que por sua vez alargaram o objeto de estudo. A figura do delinquente passa a ter uma maior redundância no que toca a análise das causas profundas da criminalidade, que são de natureza ambiental e social. Assim destaca-se a prevenção situacional que tenta contrariar as tendências da criminalidade. O seu objetivo passa pela diminuição do sentimento de insegurança na sociedade. A prevenção situacional põe o acento tónico na redução das oportunidades. Um maior controlo e com o auxílio de mecanismos tecnológicos, farão com que um criminoso tenha menos hipóteses de praticar o crime. Tendo como exemplo os bairros sociais, a implementação de esquadras e de cameras de vigilância, passam por ser uma solução viável. São elementos que poderiam reduzir literalmente o crime. Tendo em conta o quotidiano e a realidade social urbana, parte-se do pressuposto que o crime resulta tanto da emergência de uma ocasião, como da motivação do autor. Se um criminoso precisar de dinheiro para comprar droga ou vice-versa, não terá receio em praticar um assalto ou roubo visto a sua necessidade. Esta necessidade suportará a motivação de praticar o crime. Todavia, com a presença de meios de controlo e de vigilância, a motivação do criminoso diminuirá. Assim, percebemos que estes meios ajudam as forças de segurança e a comunidade a identificar problemas, analisá-los, desenvolver respostas e avaliar os resultados.

Por conseguinte, destaca-se então a criminologia ambiental e a sua influência no estudo da criminalidade. A criminologia ambiental é a outra faceta da Sociologia do crime. Um ramo preventivo que trata, entre outros objetos, dos

padrões do fenómeno da criminalidade, tendo em conta o espaço urbano e o impacto das suas variáveis sobre as percepções e ações de potenciais vítimas e criminosos. O seu objetivo passa pela identificação de problemas e resposta aos mesmos. É assim que a criminologia ambiental incide no ato de praticar o crime. A questão de quais são as causas e motivações que conduzem um criminoso a praticar o crime, deve ser respondida, no âmbito da criminologia ambiental. A preocupação recai na forma como o crime é praticado, procurando-se formas de reduzir as oportunidades e tentações para o crime e aumentar a percepção dos riscos associados à prisão.

Já antes tínhamos focado a questão da oportunidade e da motivação do criminoso, a consumir o ato criminal. A criminologia ambiental veio por este meio criar um conjunto de teorias explicativas que tentam explicar, a criminalidade segundo as oportunidades. Foram assim desenvolvidas as 4 teorias tais como: a Teoria das Atividades Rotineiras; Teoria da Escolha Racional; Teoria do Padrão Criminal e a Teoria da Oportunidade.

A teoria das atividades rotineiras tentam identificar e perceber quais são os elementos essenciais para ocorrer um crime. Para Clarke & Felson (1998), para a ocorrência de um crime é necessário existir a convergência de tempo e espaço em, pelo menos, três elementos como um criminoso que pratica o crime e agride os direitos das outras pessoas, um alvo adequado em que podemos considerar como algo que esteja em sua posse e que represente uma oportunidade. Depois tudo isto configura-se com a ausência de um guardião capaz de impedir o crime. Aqui podemos referir as forças de segurança ou até mesmo os seguranças privados. Quando falamos de um guardião, referimos a capacidade ou equipamento que desencoraje a prática do delito. Demos exemplos da Polícia ou da Segurança Privada, porém, os amigos ou até mesmos colegas de trabalho podem servir de guardiões. Num bairro social, os moradores também o podem fazê-lo de forma a dispersar o criminoso até a chegada da polícia. O importante é tentar evitar um incidente. A teoria das atividades rotineiras caracteriza o alvo adequado como uma vítima. Pois este sofrerá de agressões para que o criminoso consiga concretizar o seu objetivo. Podemos referir uma pessoa, um local ou um produto. Por exemplo se o crime é um arrombamento numa casa ou numa loja do bairro, então o alvo adequado deve ser um local em que se

acredita haver dinheiro ou um produto com valor de revenda. Por sua vez também podemos mencionar a criminalidade de massa. Os roubos e furtos também seguem essa lógica. Se o crime é um roubo na rua, então o alvo adequado será uma pessoa que é percebida como munida de objetos de valor para o agressor, desprotegida e, provavelmente, sem condições de reagir. A teoria das atividades rotineiras exige mais do que a existência de um agressor, ou seja, requer um alvo fraco e um ambiente favorável ou seja, um ambiente que forneça as condições exatas para que o crime ocorra.

Desta forma, um crime poderá ser prevenido se tanto o alvo como o local não oferecerem oportunidades para que um delito específico aconteça. Para Beato Filho (2002), a diminuição do crime só é possível por intermédio da polícia. A sua presença fará com que as oportunidades do criminoso possam reduzir.

A teoria da escolha racional teve início na década de 1980 e 1990 nas escolas sociológicas. Para Clarke & Cornish (1986), a teoria assenta-se na ideia do “custo-benefício”. O criminoso avalia as vantagens e desvantagens ao praticar um determinado delito. A tomada de decisão do criminoso baseia-se, principalmente, no que é mais imediato e importante negligenciando análises mais complexas do custo-benefício. É por isso que o criminoso dá pouca atenção a uma eventual punição ou a consequências de longo prazo. Ele preocupa-se mais com a recompensa do momento oferecida pelo crime, ou o risco de que alguém impeça a sua ação no local. É assim que existe primeiramente uma seleção na qual, ocorre quando alguma coisa chama a atenção do criminoso. Trata-se por exemplo da facilidade aparente na invasão de uma residência, característica e comportamento da vítima. No entanto, dependendo do tipo de crime esta fase pode durar meses ou semanas, dias, horas, minutos ou segundos porque requer avaliação e ponderação do criminoso. Por sua vez, a vítima é escolhida por via dos elementos de condições mínimas de interesse. Desta forma o criminoso procura a confirmação da sua escolha. Isto é um processo que requer um planeamento cuidadoso por parte do criminoso tendo em vista as características ambientais contrárias como a luminosidade. A falta de luminosidade pode refletir o facto de o crime ser praticado muito a noite. Os criminosos pensam que a falta de luminosidade favorece as suas operações pois dificulta a visibilidade das forças de segurança.

E como tal, o aparecimento de uma testemunha que pode ainda dissuadi-lo de praticar o crime torna-se menos possível porque por norma, as pessoas evitam andar em espaços escuros. Espaços com pouca luminosidade representam um acrescido sentimento de insegurança.

Entretanto, o risco é máximo para a vítima ou o local a ser atacado. Os fatores referidos anteriormente contribuem para a resolução do crime por parte do criminoso. No bairro social da Quinta da Fonte, há zonas em que não há sequer luminosidade. Seja em algumas ruas e até mesmo nos prédios. Isto contribui para o ato criminal. Os criminosos sentem-se a “ vontade” para atacarem as suas vítimas. A extensão do prejuízo decorrente da ação criminosa passa a depender de fatores aleatórios nível de agressividade do criminoso, reação da vítima, presença ou não de armas. E como tal, isto provoca anomalias psicológicas nas vítimas. Há outros fatores que podem funcionar como potenciadores da ação delituosa, como a droga e o álcool. Um criminoso que tem por hábito consumir muito álcool, estará mais motivado a iniciar um delito. Isto também acontece quando está sob efeito de estupefacientes. Contudo, também é preciso entender que o mesmo se aplica caso o criminoso queira consumir droga. Sem dinheiro fará de tudo para o conseguir a fim de comprar de satisfazer a sua necessidade.

A teoria do Padrão Criminal está geralmente associado aos problemas policiais. Para a Polícia, é necessário responder a um conjunto de questões que fazem parte do quotidiano. Questões essas que por norma ajudam a Polícia a encontrar algumas soluções e formas de intervenções. Contudo, os problemas policiais podem ser entendidos e descritos da forma que permitam a sua compreensão e a identificação das intervenções que serão necessárias.

Este tipo de teoria consegue identificar o tipo de infração que é cometida pelos criminosos e quais são as suas tendências. Dentro desta temática, encontra-se o roubo, furtos, assaltos ou até mesmo o tráfico de droga. Sendo assim, a polícia consegue identificar o procedimento, ou seja, demonstra a maneira como as pessoas atuam. Toda investigação criminal quando chega neste nível tenta perceber o modus operandi dos criminosos. Portanto, é também importante para a polícia saber a localização dos crimes. Destaca-se aqui os mapas de criminalidade para tentar-se perceber as dinâmicas da criminalidade. A

criminalidade de hoje em dia não se mantém estática. Ela movimenta-se porque hoje em dia, os grupos criminais são extensos. As áreas de atuação são definidamente escolhidas e ponderadas. Um grupo criminal pode atuar numa freguesia e ao mesmo tempo noutra. O mesmo tipo de crime pode ser efetuado em vários locais. Acaba por ser mais complicado para a polícia quando encontra-se numa investigação criminal. É assim que o tempo torna-se pertinente. A sazonalidade e os períodos do dia em que possam existir os mesmos tipos de crimes acabam por ser determinantes nas investigações criminais. A própria prevenção criminal terá uma forte atenção a estes elementos.

Todavia, para uma boa prevenção da criminalidade, é necessária para a polícia e a comunidade perceber quais são as evidências de um determinado crime. Por exemplo, para a polícia é importante perceber se a violência e desordem repetem-se de forma mais ou menos intensa. No entanto, a localização é sempre um grande elemento para se verificar se existe de facto criminosos ou vítimas diferentes. Assim, os esforços e recursos da polícia e comunidade também devem estar concentrados, em conformidade com essa realidade do crime, para a obtenção de melhores resultados em termos de prevenção.

A teoria da oportunidade defende que oportunidade pode ser considerada uma das principais causas do crime. Para Clarke & Felson (1998) ressaltam que o comportamento individual é o resultado da interação entre o indivíduo e o ambiente. As oportunidades para o crime são concentradas no tempo e no espaço – o crime varia largamente com a hora do dia e com o dia da semana, refletindo as oportunidades para que ele ocorra. As oportunidades para o crime dependem da forma como as atividades ocorrem diariamente – os criminosos e os seus alvos mudam de acordo com os itinerários para o trabalho, escola e atividades de lazer. São frequentes os arrombamentos quando as pessoas estão fora da residência. Ainda com Clarke & Felson (1998), um crime produz oportunidade para outro. Um criminoso pode roubar uma coisa que tinha em mente mas, caso veja outra coisa valiosa, terá o desejo de a ter. Porém, tanto a polícia como a comunidade rolam um grande papel nesta teoria. Tendo em conta a oportunidade do criminoso praticar o delito, o crime pode ser prevenido pela redução da oportunidade, ou seja, organizar e solucionar métodos de prevenção.

Estes métodos devem ser estabelecidos para cada situação específica porque nem todos os crimes são iguais. Clarke & Felson (1998) consideram que a redução de oportunidades pode baixar os níveis de criminalidade. No entanto, só é possível baixar os níveis de criminalidade com o suporte de medidas de prevenção.

Portanto é necessário entender que a criminologia ambiental acrescentou em parte, um grande conhecimento e ajuda às forças policiais e as comunidades. Na temática da criminalidade e da sua prevenção, a criminologia ambiental potencializa a prevenção por concentrar esforços na vítima que sofre a agressão, no guardião que podemos entender como alguém capaz de dissuadir o crime e por fim no ambiente e no criminoso. O criminoso está atento ao que rodeia a sua volta. Todos os pormenores são importantes para a tomada de decisão. É então pertinente tanto para a polícia como para a comunidade perceber quais são as tendências criminais. Esta compreensão coadjuva às autoridades policiais e as comunidades a combaterem o crime.

Capítulo 2- Dinâmica da Reprodução Social e os seus agentes sociais

2.1- Espaço e a Realidade Social

Nas Ciências Sociais, o objeto de estudo é sempre delimitado socialmente para que se possa de certa forma circunscrever melhor a investigação. Daí que de muito se falar do espaço ou da realidade social de um certo fenómeno ou até mesmo objeto. De acordo com Bourdieu (1996), todo um espaço social é na verdade a construção da base que é feita por nós mesmos os homens, de modo, a que possamos perceber as diferenças que existem num certo espaço, numa certa sociedade e por aí adiante. Ainda com Bourdieu (1996), todos os espaços sociais têm por base uma estrutura social que caracteriza os modos de transformação social que ocorrem nos espaços sociais. Por exemplo, numa sociedade em que o crime é um elemento constante, servira

de estrutura social no qual já está implementado no espaço social. Por sua vez, o crime enquanto uma estrutura social acabará por provocar transformações sociais no mesmo espaço, tal como, a preocupação das pessoas se prevenirem, o modo de se prevenir e de estarem em segurança.

Porém, Lima (2010) considera que maior parte dos espaços sociais são apenas simbólicos, ou seja, tem um certo valor e significado cuja dimensão não é concreta como às vezes pensamos. Daí a autora Lima (2010) justificar que os espaços sociais são construídos pelas pessoas e pelos seus estilos de vida. Neste sentido, as pessoas do bairro da Quinta da Fonte, não têm o mesmo estilo de vida uma vez que nem todos praticam o crime. As pessoas nas quias entrevistei, fizeram questão de afirmar a preocupação de estarem longes dos pressupostos delinquentes. Esta preocupação requer um estilo de vida e uma forma de estar diferente dos outros. É aqui onde Lima (2010) faz a distinção entre o espaço social e o espaço físico. Para a autora, “o espaço físico é caracterizado pela exterioridade recíproca das posições, o espaço social é definido pela distinção das posições que o constitui” (Lima, 2010:73).

No entanto, Carvalho (2007) concorda com o facto do espaço social requerer aproximações e distanciamentos. Isto acontece na esfera das relações sociais entre as pessoas. Dentro de um determinado grupo que pratica furtos e roubos, será normal que as relações sociais dentro do mesmo grupo serão de proximidade uma vez que maior parte das vezes estão juntos para planear as suas emboscadas. Todavia, todas as outras pessoas que se sentem inseguras e que tentam estar afastadas daquela realidade, o distanciamento social é uma forte solução. As relações sociais estão muito assentes no quotidiano das pessoas. As relações sociais são construídas por via dos momentos e atividades que vão se desenrolando entre as pessoas. O que é preciso salientar é o facto de muitas das vezes, o espaço físico interfere muito no espaço social. Num bairro social onde existem dois grupos sociais, ou seja, o que praticam o crime e o que não praticam, os recintos não vão ser requentados por ambos, os caminhos não vão ser percorridos por ambos. Haverá sempre uma certa segregação física porque um grupo social teme o outro. É nesta lógica que se assenta o princípio do distanciamento. Primeiro podem os ter o distanciamento social onde as pessoas ao não enquadrarem com o estilo de vida de outras,

procuram se distanciar fisicamente. Sendo assim, existem distinções sociais que são provocadas no espaço social. Essas mesmas distinções constroem estruturas sociais. Existem de certa forma, posições sociais dentro do espaço social que levam à um certo tipo de comportamento. Podemos ir mais longe ao afirmar que muitas das vezes, os estilos de vida existentes resultam dum conjunto de elementos de fatores que obrigam a uma certa ideia de obrigação. Se existe um distanciamento social e físico entre grupos no mesmo bairro, por norma haverá a probabilidade de um dos grupos querer se superiorizar ao outro. Normalmente é o grupo que constituído por delinquentes que tenta sempre se superiorizar. As tentativas de furtos e de roubos são obrigam aos moradores a se precaverem de forma a não ser assaltados e furtados. Desta forma, a exclusão social não é apenas feita de fora do bairro mas também dentro do bairro. O distanciamento social e físico força a exclusão social visto que existem dois estilos de vida que não se enquadram nem tão pouco. É assim que se cria o tal “ campo social” de Bourdieu (1992) como veremos no próximo subcapítulo. A realidade social reproduz padrões e estruturas provocadas pelas pessoas. A forma de agir e de pensar leva-nos a reproduzir comportamentos que constroem uma realidade social descritível. A prevenção é um exemplo vivo. A realidade vivida obriga as pessoas estarem sempre preparadas.

2.2- A funcionalidade do campo social

De acordo com Bourdieu (1992), quando falamos de campo social, automaticamente descreve-se como um espaço onde por sua vez existe um certo jogo de poder e de disputa entre duas forças. Aprofundando ainda mais, poderemos dizer que há sempre um grupo que tenta se superiorizar sobre o outro. Um grupo que tenta dominar o outro. O jogo de poder e de disputa muitas vezes pode estar relacionado também o espaço físico. O grupo que tenta dominar e controlar os restantes, pode simplesmente fazê-lo ocupando espaços

e áreas importantes, onde tem um grande fluxo de pessoas. Isto é uma característica que se nota muito nos bairros sociais. Os tais grupos considerados como delinquentes tentam sempre ocupar grande parte da rua onde possam ser vistos. Por sua vez, isso corresponde a tentativa de mostrar o seu “poder” e o seu domínio sobre os outros. Tentam intimidar todos aqueles que não fazem parte do seu grupo. Entretanto não podemos apenas referir apenas os moradores que previnem-se do crime e que fogem dos espaços ocupados pelos grupos delinquentes. A própria Polícia pode ser considerada também como uma força que também disputa o espaço social. Tendo em conta que o trabalho da Polícia passa pelo combate à criminalidade, têm como obrigação dispersar os indivíduos para garantir a tranquilidade e a segurança nas ruas do bairro. Todavia, quando a polícia é obrigada a intervir no bairro sempre que haja uma ocorrência, corresponde exatamente a disputa no mesmo espaço social. Um grupo tenta persistir com a sua atividade criminosa e o outro grupo tenta erradicar a mesma criminalidade. É desta forma que mais tarde, Bourdieu (1996) explica o seguinte:

“A noção de espaço social contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a realidade que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõe. Os seres aparentes, diretamente visíveis, que se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos” (1996,p.48).

Ainda com Bourdieu (1996), o campo social envolve um novo conceito, a *illusio*. É praticamente a crença de pensar que vale a pena estar preso ao famoso jogo ou disputa de poderes e de forças. Decerto que para a Polícia sempre valerá a pena combater a criminalidade devido ao estatuto e a obrigação que ocupa na sociedade portuguesa. Tendo em conta o sentido restrito de Polícia, manter a segurança e a tranquilidade pública, garantir o direito dos cidadãos e prevenir a violação das regras é um objetivo primordial. Para a Polícia a crença baseia-se

nesses elementos. Mas para os grupos delinquentes, a crença no jogo poderá estar associada ao vício do consumo de drogas. Os indivíduos como precisam de consumir drogas para sustentarem os seus vícios, necessitam de estar mais tempo na rua para poderem comprar. Podemos também referir os vendedores que necessitam de vender droga para angariar recursos financeiros para continuarem com as suas vidas. Os indivíduos que assaltam, roubam e furtam também insistem na tal disputa com a Polícia porque muitos vivem dos furtos para se alimentarem ou ostentar os seus vícios. É deste modo que percebemos como a disputa pode ser realizada entre vários agentes sociais. Neste caso tiramos exemplo da Polícia e dos grupos delinquentes em cada um através da sua distinção social, tenta impor a sua regre de jogo. Quando a imposição não é acertada, cria-se choques resultando em buscas domiciliária, confrontos entre indivíduos e a Polícia e detenções. É preciso entender que existe um conjunto de variáveis sociais que constroem esta realidade social que já há muito tempo é conhecida em Portugal. No entanto, necessita de análise profunda e cuidadosa para que possamos perceber o quão estruturado está o espaço e o campo social.

Então, Lima (2010) acha que o *illusio* demonstra na verdade a posição divergente dos agentes sociais num determinado campo. Esta divergência forçará o confronto entre os mesmos agentes sociais uma vez que cada grupo acredita no seu jogo. De um lado temos o grupo delinquente que tenta por sua vez impor a sua rotina dentro do bairro por via da criminalidade. Provocando o sentimento de insegurança, intensificam as suas atividades criminosas. Por outro lado temos dois grupos que jogam do mesmo lado. A Polícia e dos moradores que se previnem da criminalidade. Os moradores acreditam que as regras do jogo são claras, a prevenção é um meio fundamental. Para a Polícia, a erradicar a criminalidade é uma meta e uma obrigação e para tal a crença de continuar na disputa do jogo resume-se numa finalidade.

2.3- Habitus

Para Lima (2010), tanto o campo social como o habitus são o suporte da reprodução da dinâmica do espaço social. Com estes dois conceitos, existe uma certa relação que estrutura o certo espaço social. Bourdieu (2001) reforçou o facto de um fenómeno social ser um produto relação que se coloca entre a situação vivida e o habitus. Podemos até ir mais longe e afirmar que quando reproduzimos de certa forma várias atividades rotineiras ao longo de um tempo indeterminado, percebemos que as mesmas atividades são interiorizadas. Ainda com Bourdieu (2001), o habitus é o resultado também das vivências e experiências passadas nas quais servem de referência. No caso da prevenção, existe um conjunto de tarefas que devem ser cumpridas por parte dos moradores. Estas tarefas são consequências de assaltos vividos pelos mesmos ou experiências vividas pelas outras pessoas e que serviram de sabedoria e de exemplo. No entanto, Bourdieu (2001) considera que o habitus é interiorizado pelas pessoas segundo as rotinas corporais, quer isto dizer, o dia-a-dia das pessoas é vivido segundo a realidade social e os seus comportamentos são reproduzidos segundo a mesma.

Bourdieu (2002) mostrou que o habitus não somente ligado às praticas corporais mas que também pode estar associado ao sistema emotivo do Homem. De acordo com o autor, podemos considerar o habitus como um conjunto de desejos e vontades estruturados socialmente. É assim que o habitus também pode ser “uma composição de relações históricas depositadas nos corpos individuais sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação” (Lima,2010,p.82). A experiência e as histórias de vida vividas pelas pessoas fazem com que tenham certos tipos de comportamentos e atitudes de modo a evitarem, a repetição dos erros do passado. As pessoas que vivem no bairro em que a criminalidade é algo vulgar, a prevenção é primordial porque a realidade e o espaço social obrigam as pessoas a se prevenirem. Todavia, Lima (2010) considera existir dois tipos de habitus. Considera-se o habitus individual quando está presente no individuo as suas histórias de vida e pessoais, ou seja, algo que aconteceu-lhe diretamente na sua vida. Estamos a

falar de assaltos, roubos ou furtos diretos. Por sua vez, existe o habitus coletivo no qual tenta-se associar todos os fenômenos sociais que ocorrem no espaço social e que de certo modo, atingem todas as pessoas que nele coabitam. Referindo Wacquant (2000), o habitus abastece a ideia de socialização quando existe um determinado número de moradores que estão submetidos no mesmo espaço social e todos os dias reproduzem as suas rotinas preventivas dentro do bairro. Em momentos anteriores afirmamos que muitas pessoas previnem-se da criminalidade segundo os testemunhos dos vizinhos. Porém, existem também pessoas que têm a sua própria experiência de vida que no qual não querem voltar a cometer os mesmos erros. Entretanto, Bourdieu (2005) afirma que:

“O habitus é tanto individual quanto coletivo, como princípio gerador e unificador de uma coletividade ele retraduz as características intrínsecas e racionais de uma posição e estilo de vida unitário, ou seja, as afinidades de habitus” (2005,p182).

Segundo Bourdieu (1972), o conhecimento é algo que é transferido através da prática, trata-se de um produto estruturado mas também estruturante, ou seja, com a sua base enfatizando a importância do conceito de habitus. Por sua vez, o conceito de habitus é um elemento chave, para a percebemos de que como a prática é considerada como um fator de renovação e reprodução social, ou seja, é através das práticas culturais que assistimos a maneira de que como os diferentes povos e comunidades expressam, as suas culturas

O habitus interfere na vida das pessoas armazenando e gravando a sua ação no interior das estruturas sociais das pessoas. Para Martins (1987), o habitus é contruído primeiramente no núcleo familiar, na escola e no trabalho. Estes são fatores que contribuem para a construção e o desenvolvimento do indivíduo num determinado contexto social. Todavia, Almeida (2005) realça a hipótese do habitus alterar-se devido ao contato físico entre as pessoas. Os costumes mudam quando as pessoas passam a conviver muito num determinado local. O

que achavam bom, pode passar a ser mau. Daí a maior parte dos meus entrevistados pais, temerem pela aproximação dos seus filhos aos grupos delinquentes do bairro. Alguns dos filhos estudam fora, outros mesmo estudando dentro do bairro, o percurso não muda. Da escola vão para casa e caso queiram passear com os seus amigos, é fora do bairro. Nunca frequentam os mesmo locais que os outros para que se evite o contato social.

Em Suma, o habitus são valores que interiorizam-se na estrutura social do indivíduo onde por sua vez, determinam o comportamento do indivíduo. Desta maneira, a ação do indivíduo é influenciada pela sua postura num determinado contexto social. Muitos investigadores afirmam os hexis e o ethos do habitus, são as bases que diferenciam as classes sociais pelo facto de serem as componentes do habitus como a causa da reprodução social.

Como Almeida (2005) referiu, o habitus faz com que o indivíduo incorpore um conjunto de valores nos quais apresentam uma estrutura social provocando, a sua interiorização. Esta interiorização é vista pela sua exterioridade porque os agentes sociais reproduzem todos os dias as suas rotinas de prevenção. Deste modo, reproduz-se também a reprodução social pois, o conhecimento de pais para filhos, de vizinhos para vizinhos é suportado pelo habitus.

Capítulo 3- Abordagem à Segurança e a Prevenção: os seus efeitos

3.1- Conceito e a aplicabilidade da Força de Segurança P.S.P.

De facto é inverosímil abordar questões como a Prevenção e Segurança sem a Polícia. Mesmo que a prevenção seja um produto cultural aprendido e transmitido no seio de qualquer comunidade, existe um conjunto de técnicas e métodos elaborados pelas forças de segurança, neste caso pela Polícia de Segurança e Pública. No entanto é necessário entender o forte papel da polícia e a sua conceptualização. A sua conceptualização mostra verdadeiramente para onde está focada a sua direção, no que toca, ao combate da criminalidade. No entanto as questões de policiamento, proximidade e até mesmo de

patrulhamento são importantes para se perceber de que forma, os cidadãos reagem à criminalidade. Tal como afirmámos anteriormente, a prevenção reproduz uma aprendizagem social. Os comportamentos de prevenção são um resultado de uma experiência vivida tanto em primeira ou segunda pessoa. No entanto a presença policial também pode reforçar por um lado o sentimento de segurança e por outro lado, um sentimento de insegurança. A intervenção e presença da polícia numa determinada realidade social, faz parte da construção da mesma. O facto de as pessoas estarem habituadas a presença permanente da polícia ou de assistirem várias vezes a intervenção da mesma, é algo que faz parte do seu quotidiano e como tal, poderá também fazer parte do estilo de vida da comunidade. Como é algo que já está muito intrínseco naquela realidade, as pessoas consideram normal. Portanto é necessário abordar a atuação da PSP no Bairro da Quinta da Fonte e perceber de que forma esta mesma atuação, contribui para um estilo de vida.

Como referido anteriormente, é importante frisar o conceito de polícia para uma melhor compreensão da temática de prevenção da criminalidade. É um conceito que sofreu várias modificações devido a realidade sociopolítica vivida em Portugal. O “étimo de Polícia vai buscar a sua raiz ao vocábulo grego Polis que significa cidade, urbe” (Clemente, 1998,p. 39). Nos tempos remotos o conceito de polícia estava relacionado com a governação. A polícia tinha em grande parte, um papel mais administrativo comparado aos dias de hoje. No entanto, nos dias de hoje o conceito de polícia encontra-se mais adequado à realidade social que se vive em Portugal desde do 25 de Abril de 1974. A democracia trouxe uma nova forma de viver e ver as coisas. A imagem da polícia modificou-se e bastante. Na ditadura salazarista, a polícia tinha uma imagem defeituosa e desarmoniosa. A sua forma de atuação violava aquilo que se considera hoje como os direitos de cada cidadão. É desta forma que o Constituição da República de 1976 identifica a polícia como:

“ 1- A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos” (Artigo 272º CRP)

Pois então, a polícia ainda continua com o seu sentido administrativo porém, o mais importante é perceber quais são os objetivos da polícia no Estado de Direito Democrático como Portugal. Atendendo a função policial, a tranquilidade pública deve ser mantida pela polícia. Deve ainda por sua vez garantir o direito dos cidadãos. Por fim é da competência da polícia prevenir a violação de regras. A palavra prevenção contém um “ tom acentuado” porque é partir dela que se consegue combater a criminalidade. O prevenir e tentar evitar acabará por ser mais benéfico que esperar a consumação do crime e então depois agir. No entanto quando fala-se de prevenção e de segurança, não se refere apenas a polícia em si mas, retrata-se também o Estado. A polícia é a representação do Estado e tem como missão fazer prevalecer a ordem, tranquilidade e a segurança na sociedade. Assim sendo, a alínea 1) do artigo 1º da LSI- Lei da Segurança Interna diz o seguinte:

“1 - A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.”

À título da citação acima referida, percebemos que a prevenção é uma responsabilidade do Estado. A preocupação pela segurança e tranquilidade dos cidadãos é a política primordial de segurança de qualquer governo em Portugal.

3.1.1. Proximidade e Comunidade: Uma relação adjutória

Tendo em conta o estudo de caso desenvolvido, a prevenção não depende apenas dos moradores mas também necessita da intervenção policial. Assim sendo, a proximidade está estabelece aquilo que podemos chamar como “ relações” entre o Estado e o cidadão. Sendo a Polícia de Segurança Pública

uma instituição do Estado, cabe a si mostrar a intenção do Estado. A proximidade procura “estabelecer uma relação mais aberta e orientada para as pessoas, que abranja a ideia de uma predominância do papel dos cidadãos, de exigências de desburocratização e expectativas de participação na gestão e nas decisões comunitárias” (Mozzicafreddo, 2001:7 cit. in. Oliveira, 2006,p. 85).

No entanto com a preocupação da prevenção, houve a necessidade de se criar estratégias de forma a se ter uma polícia mais próxima da comunidade. Esta ligação passaria também por mudar a imagem da Polícia, ou seja, não ser vista como apenas a autoridade, mas como um parceiro para a resolução de problemas.

Desta forma estabeleceram-se parcerias envolvidos por projetos sociais e de segurança com a orientação da resolução de problemas de qualquer comunidade. Esta nova abordagem contribuiu para uma nova realidade social na qual a comunidade passava também a ser um “ agente de autoridade” pois com a mesma, a polícia desenvolvia estratégias de forma a combater a criminalidade com a especial atenção na prevenção.

A proximidade referida tenta colocar o cidadão como um agente de segurança. O saber identificar práticas criminais e depois comunicar à polícia, faz com que seja mais eficaz o combate à criminalidade. No entanto, não é fácil por parte do cidadão ver ainda a polícia como um parceiro. O medo ainda persiste e a desconfiança ainda mais. Por isso que seja necessário investir sempre nesta relação de proximidade porque “as políticas de proximidade, não só ao nível policial, são especialmente importantes para reforçar relações perdidas dentro das comunidades ajudando a desenvolver laços de conhecimento e confiança entre as pessoas” (Leitão, 1999,pp. 5-6). No entanto esta proximidade também é vista como uma “lógica de aproximação da Polícia à população, no quadro de um aumento da sua eficácia e legitimidade. E pretende ser uma resposta positiva àquelas decisões que geram uma distância entre o Estado e os cidadãos” (Oliveira, 2006,p. 85). Contudo é fundamental existir um conjunto de recursos que possam reforçar as relações entre a polícia e o cidadão. Durante a investigação, os entrevistados afirmaram que em tempos, houve consideravelmente comunicação entre a polícia e os moradores. Todavia, esta comunicação reduziu uma vez que deixou de haver organizações, conferências

ou até mesmo atividades lúdicas que envolvem ambas as partes. Para além de esta prática ser um elemento útil de prevenção e de combate à criminalidade, pode ainda suscitar um sentimento de segurança e de acompanhamento no morador particularmente e no cidadão geralmente. A proximidade revela no seu todo uma nova forma de prevenir a criminalidade. Pode até ser mesmo uma forma de policiamento tendo em conta os objetivos e metas a serem atingidos. É assim que o policiamento de proximidade “revela de uma conceção renovada das relações de proximidade que idealmente devem existir entre a polícia e os cidadãos, reenviando a uma conceção de eficácia policial que deve ter presente a dimensão humana dos problemas e uma preocupação pela coesão social” (Oliveira, 2006,p. 86).

É necessário ainda perceber que muitas das vezes a presença da polícia não é bem “vista” no seio das comunidades. Isto acontece no bairro da Quinta da Fonte. Não são todos os moradores que reconhecem a importância do contacto entre a polícia e a comunidade. Muitos preferem proteger-se à sua maneira descartando o papel da polícia. Isto está relacionado com o facto de os moradores terem medo das repercussões. A proximidade exige comunicação e a comunicação muitas das vezes é visível. Para os criminosos não será de bom agrado, assistirem conversações entre a polícia e a comunidade. Daí ser importante “compreender as implicações do policiamento comunitário na sua totalidade, é necessário entender claramente o que se quer dizer quando se aplica a expressão comunidade” (Trojanowicz 1998,p.62). Comunidade para além de ser um conceito alargado e dimensional é também visto como uma estrutura social. Existem relações sociais que se desenvolvem dentro ou fora do espaço geográfico. Dentro da comunidade existem relações de confiança e de lealdade. A polícia pode tentar resolver um problema no seio da comunidade mas caso não haja reciprocidade e esforço, de nada serve. Tendo em conta as relações sociais entre os moradores da comunidade, pode existir aquilo que se chama de encobrimento. Dentro da comunidade sabe-se quais são os criminosos mas devido a amizade, ninguém vai denunciar os mesmos. Como também referimos anteriormente, o sentimento de insegurança e de medo prevalecem. Muitos têm medo de denunciar à polícia os criminosos devido as represálias.

Em suma, é importante perceber que tanto o conceito de comunidade e de proximidade são importantes para o trabalho de prevenção na temática da criminalidade. As relações de acompanhamento e de confiança apenas serão consolidadas com o reinvestimento de medidas e políticas de proximidade. A entreaajuda da polícia e da comunidade provocará uma melhor intervenção por parte da polícia. Com isto, os direitos dos moradores serão assegurados tendo em conta a tranquilidade e ordem pública. Podemos ainda considerar que a presença da polícia na comunidade pode significar também um hábito, ou então, algo já rotinado.

3.1.2- Policiamento de Proximidade e Comunitário

Todo tipo de policiamento faz parte de um modelo. Um modelo de policiamento tenta responder às exigências segundo a realidade estabelecida. Assim, “um modelo permite recorrer a imagens para representar uma realidade que é, por natureza, complexa, múltipla e de difícil percepção ao espírito humano, que tem uma certa dificuldade em apreender o seu conjunto e o seu movimento” (Rocher,1968,p.148 cit. in. Oliveira,2006,p. 97). No entanto, os modelos de policiamento devem ter como base, todos os elementos sociais. Não se deve isolar ou individualizar esses mesmos elementos sociais. Os modelos de policiamento permitem analisar os elementos sociais primeiramente de forma coletiva e então depois individualmente. Os modelos permitem desenvergar a realidade social em pequenas partículas, para depois analisá-la e agir em conformidade. A realidade apresenta complexidades uma vez que as sociedades evoluem. Entretanto, as práticas criminais acompanham esta mesma evolução. As páticas criminais do quotidiano apresentam modificações e novas técnicas nas quais a polícia tem o principal dever de prevenir. Acaba por ser um trabalho extremamente desafiante para a polícia. As práticas criminais que se

desenvolvem todos os dias na sociedade, coadjuvam para o crescimento do sentimento de insegurança. Deste modo, “cada vez mais consensual que o que incomoda e condiciona o comum dos cidadãos não é tanto o crime organizado, mas antes a pequena criminalidade, ou «criminalidade de massa» ” (Elias, 2007,p.477). De acordo com Elias (2007), a criminalidade de massa tem revelado uma forte preocupação da polícia. As orientações ou políticas criminais estão orientadas nesse sentido, na prevenção e combate deste tipo de criminalidade. Enquanto a criminalidade organizada necessita de um maior planeamento e timing, para ser executado, a criminalidade de massa não é bem assim. Tal como vimos nas teorias de criminologia ambiental, o criminoso é movido pela vontade e a oportunidade do momento. Caso tenha a oportunidade executar um crime, irá fazê-lo caso as circunstâncias sociais estejam adaptáveis. Os riscos e perigos quotidianos fazem com que as pessoas tenham uma maior preocupação com a sua segurança, daí prevenirem-se. Contudo para a polícia, é necessário manter a proximidade com a comunidade de forma a prevenir os crimes. Por isso, “o olhar da polícia começa a incidir sobre as causas da delinquência, portanto a chave da resolução da problemática da insegurança situa-se aí e nunca a jusante” (Clemente,2000,pp.XI-XII). As causas da delinquência passam por ser relevantes para a polícia. A prevenção passa pela identificação dessas mesmas causas. Tanto para a polícia como para a comunidade.

Por sua vez, este tipo de policiamento emergiu nos EUA em meados do século XIX. Segundo Ferreira (2000), houve uma forte preocupação face ao distanciamento entre a polícia e a comunidade. Tendo em conta, a preocupação de voltar a “juntar” ambas as partes, foi criado o Police Community Relations. Um projeto que consistiu em “estreitar relações com a comunidade incrementar a comunicação com os cidadãos e com vários atores sociais, e envolver a comunidade na prevenção criminal” (Ferreira, 2000,p. 36). Todavia este projeto não obteve sucesso à falta de agente operacionais capazes para aproximarem a comunidade da polícia. Foi assim que desencadearam outro projeto nos EUA, Crime Prevention Unit. Este projeto consistia em “equipas ou agentes cuja missão era a de dar conselhos de segurança e prevenção criminal a grupos específicos, desde a comunidade a comerciantes” (Leitão,1999,p.12).

Entretanto o projeto também não funcionou uma vez que “fracasso ficou-se a dever à distanciação evidente para a população entre os polícias bem apresentados e bem-falantes e aqueles com quem diariamente tinham os mais variados contactos, frequentemente eivados de tensão, autoritarismo e agressividade” (Leitão, 1999,p.12). De facto, era necessário várias mudanças, incluindo os hábitos dos polícias. Uma nova forma de policiamento tentava emergir mas, os velhos hábitos e comportamentos ainda perpetuavam na polícia.

O principal objetivo desta nova dinâmica passou pela inovação e criação de um novo estilo de vida. Da mesma forma que as pessoas estão habituadas à uma realidade social e dela fazem o seu quotidiano, a polícia também participa na mesma realidade social. Constatou-se então que estes dois projetos passaram tentar aproximar a polícia e a população. A ideia de que a polícia só é necessitada quando existe algo perigo, crime ou acidente tinha de ser abolida. A polícia necessitava de criar uma nova imagem na qual a comunidade devia aceitá-la. A proximidade passa a ser um fator de combate à criminalidade. A proximidade da polícia passa a estar dentro da realidade social das pessoas. O facto de ver um carro patrulha ou polícias a patrulharem as ruas, deveria passar de um ato estranho à normal. Com este modelo tenta-se criar constates mecanismos de comunicação entre a população e a polícia. A antiga ideia do “papão das crianças mal comportadas, a quem os pais ameaçam com a polícia se não obedecerem” (Bolle, 1998,p.410), deveria desaparecer da sociedade. O objetivo passava pela nova imagem da polícia, uma instituição que existe para ajudar e que acima de tudo, as pessoas confiam. Assim nasce a ideia de “criar uma verdadeira parceria entre a Polícia e a comunidade para resolver o problema do crime, bem como, mais em geral, para responder aos complexos problemas do controlo social (...) doravante, o combate ao crime constitui tarefa tanto da sociedade como da Polícia” (Bolle, 1998,p.411).

O policiamento comunitário “no seu plano ideal, não é apenas um meio para fazer face às preocupações da comunidade, mas uma filosofia que dá poderes e responsabiliza a comunidade” (Trojanowicz, 1998,p.233 cit. in. Elias, 2007,pp. 472-473). O cidadão também passa a ser responsável pela segurança e tranquilidade. A confiança constituir-se-á como a base para as denúncias de

comportamentos não aceitos nas sociedades, ou seja, a criminalidade. Com isto, “fundamenta-se na premissa de que a Polícia e a comunidade têm de trabalhar em conjunto para identificar, priorizar e solucionar problemas” (Ferreira, 2000,p.40). No entanto, Oliver (2000) considera que este tipo de policiamento passa pela descentralização da polícia. Esta descentralização confere aos polícias uma maior adaptação ao quotidiano. Por sua vez também aumenta um maior nível de capacidade para, resolução de problemas. Todavia, “é importante que um movimento como o policiamento comunitário provoque mudanças na forma como o policiamento é realizado, que todos os membros da instituição policial sejam envolvidos, e que todos os membros da comunidade tenham a mesma oportunidade de se envolver nas iniciativas do policiamento comunitário” (Oliver, 2000,p. 81). Não compete apenas à polícia ter a vontade combater a criminalidade. A própria comunidade também o deve mostrar-se afetiva com os projetos ou sensibilizações que vão sendo criadas. A segurança e a tranquilidade pública cabe à todos. A comunidade deve incluir a polícia na sua realidade social de forma normal e amiga.

Policiamento de proximidade é na verdade “um modelo integrado, ou seja, o modelo de policiamento integra-se numa política mais vasta, que é a política das cidades, de que a Polícia é apenas um ator, é uma parte importante mas não a única” (Gomes, 2001,p. 2). Podemos considerar que este tipo de policiamento pode ser uma aposta do governamental. A polícia e a comunidade passam a ter um forte papel. Na verdade, a polícia sempre teve um forte um papel na que toca à segurança e a ordem pública. Porém, a comunidade entra como um novo “ ator” à quem lhe é depositada a confiança de ajudar às autoridades. No entanto, este modelo faz com que a polícia participar “ativamente na melhoria da qualidade de vida das cidades e na prevenção da delinquência e da criminalidade, não de forma isolada, mas em conjunto com outros atores sociais, com responsabilidades diretas na segurança da sociedade” (António, 2003,pp. 18-19). A ideia central resume-se no facto de tanto a polícia como a comunidade, são atores preponderantes no que toca ao combate da criminalidade. Torna-se difícil cada fazê-lo sozinho e por isso, a parceria e a confiança que é exigida, passam a ser cruciais. Pouco efeito terá as

técnicas, comportamentos e hábitos de prevenção caso a polícia não seja vista como parceira. A polícia será uma mais-valia no que toca à prevenção.

O conjunto de informações e de conhecimentos podem tornar-se eficazes no combate à criminalidade. Este mesmo conjunto de informações e conhecimentos só terá eficácia caso forem partilhadas entre ambas partes. Clemente (2000) sublinhou o facto da função da polícia valoriza de forma crescente a prevenção e a proatividade junto da população. Não é suficiente combater só com violência legítima. Por isso, a atuação de diversas entidades, públicas e privadas, em parceria abre caminho para a futura erradicação da violência do seio da comunidade humana” (Clemente, 2000,p. X). Na altura, a incumbência deste projeto requeria o aproveitamento de um relacionamento próximo com o cidadão. Este relacionamento apenas ajudava a Polícia na incrementação de relações de confiança e cooperação com a comunidade. Como refere Leitão (1999b,p. 6), “esta plena integração nas comunidades além de melhorar as relações entre polícia e comunidades, com todas as vantagens daí provenientes, é especialmente útil para que sejam as próprias comunidades a assumirem um papel determinante na sua segurança e bem-estar”. Todos nós já ouvimos “ não há polícia para todos”. Entretanto, dizendo em outras palavras significa que a polícia não consegue estar em todo lado no mesmo momento. Mesmo com as equipas de intervenção rápida e o reforço do patrulhamento, a polícia não consegue reduzir as oportunidades de crime. Por isso, que justifica-se mais ainda a exploração e crescimento da segurança privada. A parceira e a comunicação entre a segurança privada e a segurança pública podem contribuir para uma maior resposta à criminalidade. No entanto, segurança privada não passa a ser apenas o único ator social nesta temática. A comunidade também passa a ser um parceiro social como temos vindo a referir ao longo deste subcapítulo. Assim é necessária a implementação da ideia de que, “a comunidade deve-se policiar a ela própria. A polícia pode, na melhor das hipóteses, apenas ajudar nessa tarefa” (Goldstein,1990,p. 21). Ainda assim, já há 20 anos que se dizia que “o policiamento de proximidade só terá sucesso na sua implementação, se os cidadãos estiverem suficientemente informados acerca dessa mudança, e apostarem, eles também, nesse novo tipo de policiamento” (Matos, 2000,p.25). Cada vez mais a polícia deve optar pela

promoção da interação com a comunidade. Esta estratégia deve partir pela iniciativa de criar parcerias entre entidades públicas e privadas. Por exemplo, nos bairros sociais poderiam existir vigilantes ou seguranças que estejam em constante comunicação com a Polícia. Como não existem esquadras dentro dos bairros, uma ideia a ponderar nos dias de hoje, a própria associação de moradores passa a ser como “o ponto de controlo” nos bairros sociais. Mas para esta envolvimento funcionar, necessita de boa vontade e confiança.

Por fim, não podemos nos esquecer que a criminalidade incute o sentimento de insegurança e por conseguinte o medo como anteriormente referimos. No entanto, a forte presença policial também pode contribuir para o acréscimo desse mesmo medo. A geografia do crime corresponde à uma realidade social em que o crime está bem localizado. Por sua vez, onde há crime, há polícia. Por norma, os bairros sociais apresentam esta particularidade. Contudo Wilson & Kelling (1992) criaram a teoria do Broken Windows, ou seja, esta teoria cria uma ligação entre a danificação física com o declínio da ordem e segurança pública. De acordo com Wilson & Kelling (1992), é assim estabelecida uma relação entre o comportamento de um delinquente num bairro e os vidros de uma janela, afirmando que quando os vidros são partidos e não sendo reparados, podem levar à destruição de todo o edifício, passando-se o mesmo com o delinquente em relação ao seu bairro. Se a polícia e a comunidade têm informação de existência de delinquentes e por sua vez, encontram-se identificados, é preciso agir. É necessário coagir os indivíduos para que não possam causar o medo e a insegurança no bairro. O próprio desvio e delinquência juvenil também passam a ser um perigo, pois a transmissão de más práticas e com natureza criminais, vão se sentir ainda mais. Caso a polícia juntamente com a comunidade consigam dar resposta à este problema, poderemos ter outro tipo de combate à criminalidade não levando os “cidadãos comuns a reduzir os seus próprios esforços para manter as suas casas e para controlar a conduta indisciplinada” (Goldstein, 1990,p.23). Este tipo de policiamento exige uma crescente envolvimento entre a comunidade e a polícia. Se quisermos falar em questões mais institucionais, podemos também associar a segurança privada. A comunicação e a partilha de ideias é extremamente importante no combate à criminalidade. Desta forma, em 2003 foi implementado

um sistema de policiamento, baseado nas informações, ou seja, policiamento orientado pelas informações (POI). O POI consiste numa “ferramenta de gestão no processo de decisão recorrendo à análise sistemática de informação criminal, com vista a reduzir e prevenir o crime, procurando obter meios de prova de forma a orientar os recursos policiais e projetos de parceria” (Ratcliffe, 2003, pp. 1-2). Define-se em quatro elementos pilares: a definição de perfis de autores de crimes e de desordens; a gestão de *hotspots* dos crimes e incidentes de ordem pública; a investigação da ligação entre séries de crimes e de incidentes de ordem pública; e a aplicação da prevenção situacional com recurso a parcerias com entidades privadas. A orientação da polícia vai no sentido da identificação em primeiro lugar e então depois na ação. O POI utiliza “metodologias científicas de análise, de forma a redirecionar o policiamento, bem como para prevenir e reduzir o crime e a identificar os seus autores. Investe na colheita e tratamento de informação de forma sistemática (Tilley, 2005, pp. 3-4). Deste modo, consegue-se avançar na matéria da criminalidade e de prevenção. No entanto, tal como frisámos anteriormente, este processo só resulta se houver confiança entre ambas as partes. Tanto a polícia como a comunidade são responsáveis pela identificação dos criminosos. A entreaajuda entre a polícia e a segurança privada também contribui para a prevenção da criminalidade. A criminalidade é um problema de especial atenção das autoridades policiais. No entanto, a comunidade não poderá ficar de fora uma vez que pode ser considerada como um forte parceiro no que toca ao combate à mesma. É um trabalho que deve ser desenvolvido com base nos conhecimentos e partilha de informações tanto para a Polícia como para a comunidade. Sendo assim, é necessário um conjunto de mecanismos e técnicas que visem a sua sustentabilidade de forma a garantir a confiança entre a Polícia e a comunidade. O trabalho que é desenvolvido entre a polícia e a comunidade deve também por sua vez, estar incluído o papel dos autores de segurança privada. A introdução de elementos de segurança privada em bairros sociais problemáticos poderá acrescentar novas ideias e medidas relacionadas com combate da criminalidade. A presença da segurança privada poderá também, criar um sentimento de segurança no seio das populações vigentes. O facto de as pessoas verem um segurança ou um posto de polícia por perto, contribuirá para um ambiente mais seguro. Este ambiente fará sentido

uma vez que, os criminosos terão mais cautela para praticar qualquer tipo de delito.

Contudo, é importante salientar tudo isto só é possível com políticas de segurança desenvolvidas *a priori* pelas autoridades governamentais e municipais. Todos os esforços devem ser articulados com base em políticas que visem o combate à criminalidade. É neste sentido que no próximo subcapítulo iremos tentar mostrar o quão importante é, a intervenção das autoridades municipais face à criminalidade. O papel de cada um dos intervenientes (autarquias, forças de segurança, comunidades) é necessariamente importante para uma boa articulação de esforços visando bons resultados.

3.2-Políticas Municipais de Segurança e de Integração Social no Bairro

O bairro da Quinta da Fonte é conhecido pelas autoridades por estar associado à delinquência juvenil, forte criminalidade e situações de pobreza. Títulos como “ Quinta Da Fonte é bairro explosivo” (DN,2007); “ Construção massiva potencia criminalidade em bairros sociais” (TVI24,2008); “ Os dias em que a Quinta da Fonte parecia um filme do faroeste” (Público, 2017); “ Megaoperação em Loures. PSP e PJ cercam bairro da Quinta da Fonte” (ZAP.aeiou,2020) são alguns dos exemplos de que como a criminalidade está de facto presente no bairro. Principalmente a última operação policial tratou-se duma operação que visou deter suspeitos de homicídios, roubos e tráfico de droga. Estes são alguns elementos que por si só, estabelecem uma relação entre a criminalidade e o sentimento de insegurança implantado na população. Desta forma, facilmente percebemos que a perceção da comunidade identificar o Bairro Quinta da Fonte como um espaço de crimes, violência, medo e de insegurança. Tendo em conta a situação drástica no bairro, a Câmara Municipal de Loures resolveu adotar medidas que visassem primeiramente a integração

social e então depois o combate à criminalidade. A autarquia pensou que a integração social fosse um grande passo para tentar combater a criminalidade. A tal ideia na qual referimos anteriormente, de que a comunidade deve ser vista como um parceiro foi repensada pela autarquia e posta em prática. Deste modo é lançado o Contrato Local (2008-2011) com a preocupação central de integrar a comunidade do bairro e combater a criminalidade. O contrato serviu de ligação entre os vários intervenientes do bairro. Com a maior participação das pessoas nas atividades da autarquia local, a polícia conseguia ao mesmo tempo conquistar a confiança das pessoas. Desenvolveu-se assim uma certa confiança entre as pessoas e a polícia. Neste sentido a autarquia conseguiu também combater a criminalidade porque, existindo uma maior aproximação de instituições autárquicas no bairro, a segurança era um assunto de grande importância. Foi assim que a Câmara Municipal de Loures conseguiu delinear medidas e projetos municipais que permitiram de facto a integração social das pessoas. Por exemplo, a Orquestra Geração que teve um grande êxito na Área Metropolitana de Lisboa, no Bairro da Quinta da Fonte fez com que os jovens tivessem um olhar diferente sobre a realidade social. Fez com que mitos deixassem a criminalidade, outros por ventura não chegaram de entrar na vida do crime.

Isto mostra de facto uma medida de combate à criminalidade. Tirar e evitar que as pessoas que os jovens acedam aos canais da delinquência juvenil é uma medida de segurança. A implementação de um projeto musical, é no fundo uma técnica de combate.

Após a celebração do Contrato Local, surgiu a primeira edição do festival “O Bairro e o Mundo” que decorreu nos dias 11,12 e 13 de Junho de 2013 no bairro. Foi um projeto coordenado pela Câmara Municipal de Loures e do Teatro IBISCO - Teatro Inter Bairros Para a Inclusão e Cultura do Otimismo. Tendo em conta o teor do projeto a sua missão consiste em juntar os jovens de bairros sensíveis de Loures. No fundo, o projeto procurou mostrar aos jovens que valores como a disciplina e o trabalho em equipa podem contribuir para o renascimento de uma nova visão social e física. Sendo assim, os jovens deixarão de ver a criminalidade como o único caminho para a resolução dos seus problemas. O bairro da Quinta da Fonte estava percecionado como um

palco pobreza, conflitos étnicos e criminalidade. Para o Teatro IBISCO tornava-se difícil transmitir aos jovens exemplos construtivos, de inclusão e sucesso pela via legal do trabalho e não da criminalidade. A introdução de um novo paradigma iria permitir o rompimento da violência e da criminalidade. Assim, este projeto consistiu em oferecer aos jovens oportunidades para se revelarem, ou seja, mostrar os seus talentos por via da arte, neste caso o teatro. Por conseguinte, o projeto “O Bairro e o Mundo” teve como maior preocupação alterar as rotinas e comportamentos que estavam associados à criminalidade. Então foi implementado a ideia de que os jovens deviam mostrar os seus talentos. A mudança da imagem dos prédios e dos locais dentro do bairro foi a aposta forte. Os grandes graffitis e desenhos marcaram o aspeto do bairro. Para os não residentes do bairro, quando lá passavam notavam algo de diferente. Assim tentava-se mudar a imagem do bairro. A própria reabilitação de equipamentos coletivos e do espaço público fez com que o bairro ganhasse uma nova imagem. Tudo isto só foi possível com a intervenção da Câmara Municipal de Loures e com a boa vontade das pessoas. No entanto, a criminalidade não acabou e continua. Porém este foi um grande passo para se tentar travar a sua evolução. Sabe-se que ainda existe muito trabalho pela frente. Todavia, os projetos como Contrato Local (2008-2011) e o “Bairro e o Mundo” (2013) foram provas em que articulação de esforços entre vários intervenientes conduzem para um bom sentido. As políticas de segurança e de integração social são possíveis para o decréscimo da criminalidade em qualquer bairro social problemático.

Capítulo 4- Estudo de Caso: O bairro Quinta da Fonte

4.1-A Criminalidade no Bairro

O tema de criminalidade é ainda focado na imprensa nacional e não só. Os dados são sempre tratados com uma maior atenção pelo Governo uma vez que o mesmo é o principal provedor de Segurança no nosso país. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2017, Portugal continua a apresentar níveis de criminalidade geral muito inferiores à média registada na União Europeia (UE). Isto é certamente o resultado e o esforço que Governo tem feito em conjunto com as Forças de Segurança em manter a tranquilidade, a segurança e o normal funcionamento das instituições democráticas. A criminalidade é uma atividade que apesar de ser ilícita, suporta um conjunto de crimes que são censuráveis aos olhos da justiça. São censuráveis uma vez que, todos os comportamentos ou ações que são desenvolvidas pelas pessoas “lesam ou põem em perigo de lesão bens jurídicos especialmente relevantes para a vida em sociedade” (Silva,2010,p.32). A citação outrora referida corrobora com a criminalidade no seu geral uma vez que a criminalidade é um vasto conjunto de crimes que vão assumindo várias tipologias, entre elas na sociedade e no seu espaço físico, na internet e por outras formas. De acordo com Cotta (2005), a criminalidade consiste num conjunto de atos contra a integridade (física, psicológica e social) do indivíduo e da população em geral, como o homicídio, agressão, roubo, invasão, maus tratos, tráfico de droga, os quais estão na base do que designamos insegurança. Fernandes (1998) assume ainda que a insegurança pode causar prejuízos materiais tendo consequências psicológicas para a comunidade ou a população, afetando o seu modo de vida. É certo que o crime é uma atividade que cada vez mais vai ganhando grandes proporções nos bairros sociais. O bairro da Quinta da Fonte não é exclusivo. É um bairro bastante problemático em que já se sucedeu, vários acontecimentos negativos e graves colocando a segurança de outros residentes em causa. Segundo o jornal Público, em 2008 um tiroteio mostrou como é que a violência nas ruas do bairro pode suscitar sentimento de insegurança provocando

preocupação por parte das forças de segurança e o próprio Poder Local. Todavia questiona-se sempre, o porquê da criminalidade ser vulgar nos bairros sociais. Qual é de facto, a sua origem e a sua motivação visto que o crime se reproduz de forma acelerada nesses tipos de contextos.

Parafraseando Cotta (2005), as mudanças sociais profundas e rápidas podem dar origem a fenómenos sociais graves tais como a pobreza e a exclusão social. Estes dois fatores são bastante mencionados porque, normalmente as pessoas que são realojadas nos bairros sociais, são pessoas que vêm de contextos em que as condições presentes, não dignificam a condição humana. Estamos precisamente a falar de bairros de lata ou até mesmo arrumação de tendas num determinado terreno que não tem uma certa fiscalização. E por norma, a pobreza e a exclusão social que essas pessoas são submetidas provocam uma determinada rutura com o controlo social como refere Cotta (2005). O controlo social é assim exercido por várias estruturas, como as escolas, a polícia e a própria família que muitas das vezes não consegue cumprir com este dever de garante. Segundo Dirk et. al, (2004), esses fenómenos graves podem aumentar a criminalidade. No bairro da Quinta da Fonte, a criminalidade é sentida de forma significativa porque a polícia é chamada várias vezes ao local. As ocorrências e as queixas passam sempre por assaltos, furtos à residências, roubos de carros e furtos na rua por indivíduos que muitas das vezes são bastante perigosos. Quando estamos a falar de criminalidade, estamos a referir um tipo de criminalidade mais “leve”, ou seja, criminalidade massa. Mas segundo Elias (2018), a criminalidade de massa tem tendência, a complexificar-se, a assumir configurações mais graves e violentas e também a internacionalizar-se, tendo em vista a obtenção de maiores proventos económicos. Quando as pessoas chamam a polícia e nas suas queixas estão presentes, furtos as suas residências ou furtos na via pública, a polícia já sabe o destino dos objetos furtados. Se forem objetos com um valor muito alto, sabe-se logo que o objetivo é vender o material furtado de modo que consigam ter um montante monetário para fazer face as suas despesas. Porém se os objetos tiverem valores mais pequenos, o que os assaltantes podem fazer é mudar algumas particularidades dos objetos roubados e usarem os mesmos materiais no seu quotidiano.

No entanto tem existido uma forte intervenção da Polícia de Segurança Pública face a criminalidade no bairro. Já em 2016 de acordo com o Diário de Notícias o atual Governo pretendia precisamente reativar, os programas de segurança que estiveram em vigor no Governo socialista do Doutor José Sócrates nos anos compreendidos 2008-2011. Os famosos Contratos Locais foram e são programas de prevenção da criminalidade que tiveram êxito no concelho de Loures contribuindo para um decréscimo de 10% no concelho.

Assim sendo, a criminalidade é algo que está presente no bairro desde há muito tempo, os acontecimentos de 2008 e até mesmo o clima de tensão que se vivia em 2004 são provas de que o bairro é problemático. Não são os únicos eventos que se sucederam no bairro, existem outros que acontecem no dia-a-dia mas, estes são 2 anos em que marcaram a imprensa portuguesa e o próprio país.

4.1.1 -O bairro social como local de práticas ilícitas e palco de crimes. A sua história e a evolução demográfica

O Bairro de Habitação Social Quinta da Fonte encontra-se situado no Concelho de Loures, Freguesia da Apelação. A sua origem remonta os anos 70 pois foi em 1977 que iniciaram-se as primeiras construções do bairro social. Maior parte das pessoas que lá vivem viviam nos famosos bairros de lata situados nas freguesias da Portela e do Prior Velho.

Segundo Letria e Malheiros (1999), em 1960 ainda no Estado Novo, dá-se o primeiro programa de construção de bairros de carácter social.

No entanto, as construções tiveram de facto algum atraso devido ao desentendimento entre as construtoras e a Câmara Municipal de Loures. Por sua vez, estas divergências levaram o adiamento das obras nos anos 60 e 70. Contudo em outras situações como o famoso Bairro “Quinta do Mocho” ou Urbanização Terraço Pontes, os tais espaços destinados para a construção foram ocupados por imigrantes que chegados a Portugal não possuíam alternativa habitacional. Acaba por ser surpreendente que um dos principais, e mais marcantes, motivos de escolha do local para tais ocupações foi, sobretudo,

a sua proximidade ao Aeroporto pois na altura os espaços escolhidos localizavam-se nos redores do Aeroporto. Desta forma, o que era para ser uma Urbanização da J. Pimenta, tornou-se num “bairro de lata em lotes de nove e dez andares, esgotos a escorrer pelas paredes ao lado das parabólicas e da roupa estendida, lixo lançado das janelas para os carros estacionados. Um bairro de lata como os outros, onde abundam as "minorias" e os taxistas nunca querem ir, donde as pessoas não admitem ser e a polícia só vai de G3” (Jugular, 2008).

Letria e Malheiros (1999) referem que, de acordo com os Censos de 1991 foram registadas 296 famílias (cerca de 1093 indivíduos). Em 1993, com o recenseamento ao abrigo do Plano Especial de Realojamento (PER) as famílias recenseadas eram já 447 (cerca de 1495 indivíduos). Letria e Malheiros (1999) referem, inclusive, que quando muitos se aperceberam de que os indivíduos que ocupavam os bairros de lata entretanto construídas nos terrenos circundantes, iram ser realojados, muitos outros indivíduos que residiam noutros bairros degradados da área metropolitana de Lisboa, mudaram-se para a Quinta da Fonte na esperança que lhes fosse atribuída uma habitação social.

Assim, de acordo com Letria e Malheiros (1999), o número de indivíduos a realojar seriam cerca de 3842 indivíduos.

No âmbito do Programa Especial de Realojamento foram realojados no concelho de Loures cerca de 9316 indivíduos, sendo que mais de metade (5123 indivíduos) foram realojados em dois Bairros de Habitação Social (Câmara Municipal de Loures, 2010:8): Bairro de Habitação Social “Quinta da Fonte” (Urbanização Municipal Quinta da Fonte): foram realojados cerca de 2249 indivíduos.

Por conseguinte, é importante realçar o impacto dos fluxos migratórios que se registaram, com destino às grandes áreas metropolitanas devido a forte atração e concentração económica e industrial. Deste modo notou-se o um crescimento considerável a nível populacional. Mas, este crescimento acarretou um conjunto de problemas sociais e económicos que até necessitam de intervenções e resoluções. Conforme referimos anteriormente, as populações que deslocavam-se para a Área Metropolitana de Lisboa, eram sobretudo, provenientes de classes baixas, possuindo baixas habilitações literárias. Os seus objetivos

resumia-se numa qualidade de vida melhor. Acabaram por procurar os grandes centros urbanos, locais onde se concentravam a maioria das indústrias e fábricas. Deste modo, os deslocamentos migratórios, principalmente o êxodo rural, intensificaram-se de forma significativa. Ainda assim, com a sobrelotação das pessoas na cidade, criou vários problemas incluindo o da habitação, tanto pela inexistência de oferta de habitação dada a quantidade de pessoas, bem como pelo facto de estas não terem capacidade financeira para aceder a maioria da habitação existente nas cidades. Tal como refere Salgueiro (1972,p,39), “como o seu nível de instrução é baixo (...) vão preencher as categorias salariais mais baixas, que não lhes permite ter casa na cidade”. Assim, acabam por procurar habitação nas zonas periféricas da cidade de forma a garantirem a sua sobrevivência. Muitas das vezes em bairros degradados ou casas precárias, as vulgarmente conhecidas barracas ou bairros de lata. O realojamento dos agregados residentes em barracas, não foi realizado da melhor forma, sendo que na altura dos realojamentos colocaram-se no mesmo bairro várias etnias, raças e grupos, sem se imaginar as consequências futuras. Desta forma a criação de bairros problemáticos visibilidade devido a miscigenação de grupos e etnias. A definição de bairro problemático acaba por abordar várias versões devido a diversificação de conceitos e possíveis causas que manifestam-se com as várias abordagens. Todavia quando pensamos num bairro problemático pensamos em sentimento de insegurança, delinquência juvenil e criminalidade. As características dos bairros de habitação social, nomeadamente a analogia entre eles, a utilização de materiais de construção de fraca qualidade, entre outros, constatamos que a deterioração dos mesmos ser relativamente rápida. Esta particularidade levou que muitos dos habitantes promovessem a vandalização do mesmo. A insegurança não se funda apenas nas características de construção do bairro, mas “são sobretudo os seus habitantes que são considerados como produtores de insegurança” (Katane, 2002,p.87).Aliadas às questões exógenas relacionadas com a qualidade e tipo de construção temos questões endógenas como baixa literacia, desemprego, pobreza são características comuns aos habitantes em bairros de habitação social, muitas vezes associadas a práticas ilícitas, que conduzem a sentimentos de

insegurança, seja por parte dos próprios residentes do bairro, seja por indivíduos que residem perto do mesmo.

A presença de várias etnias e raças no mesmo bairro contribui para um ambiente de tensão e de conflito e onde por vezes este é extravasado sob a forma de violência manifestada nas guerrilhas entre eles. Se atentarmos a designação bairro problemático sob o ponto de vista das Forças de Segurança (Felizardo,2012,p.10), a Policia de Segurança Pública (Relatório n.º 48697/97, de 4 de Julho do Comando Geral da PSP) e Guarda Nacional Republicana (através da Diretiva 12/2006, de 23 de Fevereiro), constataam que existem determinadas características comuns aos habitantes residentes nos bairros que nos permitem identifica-lo como sendo problemático. A relação entre os bairros problemáticos zonas urbanas sensíveis e os Hotspots ou também conhecida por zonas quentes. Segundo o Relatório do Comando Geral da PSP nº 48697, de 4 de Junho de 1997, pp. 13-14 (cit. In Lousa 2006), os bairros problemáticos tem algumas caraterísticas nas quais desencadeiam a criminalidade. São caraterísticas como o elevado grau de absentismo e insucesso escolar derivado à criminalidade e a delinquência juvenil. Por outros casos, a pobreza acaba por ser uma das causas.

São ainda também frequentes os casos de alcoolismos seja em jovens ou em adultos. Estes casos podem passar para níveis de toxicodependência criando graves problemas no fórum psicológico. O controlo das forças de segurança contribuem ainda para um clima de tensão e de confronto na maior parte das vezes. Quando a comunidade é constantemente abordada pela polícia, cria-se no seio da mesma um sentimento de revolta por sentir um certo controlo. É assim que Lousa (2006) que é necessário para a polícia, ter em atenção algumas dessas caraterísticas de forma atuar em conformidade.

Em termos policiais a definição de ZUS (zonas urbanas sensíveis) encontra-se definido na Diretiva estratégica 12/2006 DN PSP. É um diploma que reúne um conjunto características que contribuem para a degradação física e social do ambiente do bairro social. Assim dá-se a desintegração e dificuldades de inserção na sociedade. As pessoas vivendo numa realidade social e física diferente, onde por sua vez acostumam-se com a criminalidade, dificilmente conseguem integra-se em outros contextos pois sentem-se excluídos. Muitas

das vezes, os bairros sociais apresentam níveis de densidade populacional acima do que o previsto. Muitas das vezes a composição familiar aumenta quando existem várias pessoas a vivem na mesma casa.

A Diretiva Estratégica 12/2006 visava a prevenção e a intervenção policial em áreas consideradas como problemáticas. Essas áreas são também vistas como locais de maior incidência criminal. As forças de segurança sempre tiveram uma dimensão de carácter mais interventiva. Ora os “*Hotspot*” ou “pontos quentes” são zonas urbanas que pelas suas diferem um pouco das ZUS devido as suas características sociodemográficas. A diferença é notável visto que os pontos quentes registam as práticas criminais num determinado bairro ou localidades. Normalmente são identificados os locais de divertimentos como as discotecas ou ambientes noturnos onde existem as grandes ocorrências. Porém, as incivildades também podem pode ocorrer em zonas comerciais, residências locais onde se possa verificar um forte fluxo.

Os “pontos quentes ou os *hotspots*” fazem alusão as ocorrências e as suas composições estruturais. Por exemplo, as ocorrências não são diárias, quer isto dizer, que depende das horas do dia ou da noite ou até mesmo em determinadas horas tal como refere Lousa (2006). No entanto, para as forças de segurança, a prevenção acaba por ser a preocupação primordial e por isso, a ocorrência por vezes não está assegurada, mas o facto de existir a possibilidade de uma determinada ocorrência existir, requer por parte das forças de segurança um estado de alerta e de prevenção. Este estado é conciliado com os mecanismos de reação e de intervenção das forças de segurança.

Os bairros problemáticos são por norma constituídos por várias comunidades. Tal como anteriormente afirmamos, a maior parte dos seus habitantes pertencem a classe média baixa. Muitas das vezes precisam de apoios de carater social para que possam colmatar as suas dificuldades. De facto, a carência assume várias dimensões o que influencia o aumento da criminalidade e das atividades ilícitas dentro do bairro. Todavia, a pobreza ainda é abrangida por vários níveis nos quais reproduzem-se por meio da criminalidade. No que toca aos jovens, muitas das vezes a única forma de resolver os eus problemas é o crime. Assim sendo a delinquência juvenil passa a ter uma grande enfase no

quotidiano das pessoas. Tudo isto traduz-se depois em contextos de conflitos causando violência urbana.

Na maior partes das vezes, o aumento do crime está relacionado com o aparecimento de grupos criminosos.

No entanto é necessário atender a alguns aspetos que contribuem para a caraterização de vários bairros sociais tal como as forças de segurança apuraram. Os baixos níveis de escolaridade é um fator elementar na génese dos bairros sociais. As pessoas tendo um nível de escolaridade inferior, dificilmente poderão integrar-se na sociedade. Neste ponto, salientamos a integração no sentido de boas carreiras profissionais, bons postos de trabalho ou até uma boa posição social. Tendo em conta os baixos níveis de escolaridade, a margem de boa oferta de um emprego será menor pois as pessoas não se apresentam com as bases pretendidas. Daí por conseguinte, procurarem empregos com uma qualidade mais baixa comparando com os empregos onde a exigência é a palavra-chave. Com isto cria-se a ideia de exclusão social pois as pessoas começam a associar o bairro e a sua vida na sociedade. Muitas dessas pessoas passam por autoexcluírem da sociedade procurando, por vezes, justificações em defesa do crime. Ainda assim não nos podemos esquecer da outra vertente. Queremos precisamente frisar o facto de as pessoas por vezes terem baixos níveis de escolaridade devido a fácil entrega na vida do crime. Muitos jovens acabam por deixar a escola por motivos de pobreza. Em famílias numerosas onde por sua vez os pais sentem dificuldades em propor uma boa qualidade de vida aos seus filhos, alguns podem sentir a necessidade aumentar a mão-de-obra em casa. Porém o aumento da mão-de-obra obriga ao jovem a deixar a escola mais cedo. Contudo a precariedade dos vínculos laborais, salários baixos são os exemplos que representam a vida das pessoas que deixaram a sua formação profissional a busca da sua inserção precoce no mundo do trabalho. As dificuldades financeiras obrigam as pessoas aceitarem a maior parte dos trabalhos mesmo não, reunindo as devidas condições laborais.

Ora, tal como referimos anteriormente, o abandono escolar acontece por um lado quando existe uma necessidade dar uma maior resposta às dificuldades que se enfrentam em casa. Muitas das pessoas que vivem nos bairros sociais necessitam de ajudas de cariz social pois os seus rendimentos são literalmente

baixos. Como tal, carecem de dificuldades e com famílias numerosas a situação tende a complicar-se. Com isto, são os irmãos mais velhos que normalmente deixam a escola para trabalharem. Entretanto, esta situação reproduz uma certa dependência social onde por sua vez, as pessoas necessitam da ajuda social a fim de estabilizarem as suas vidas.

Mas esta situação tem a sua vantagem e desvantagem. A vantagem apresenta-se no que toca a resolução de problemas financeiros, existir um “alívio” caso a pessoa encontre um emprego. A desvantagem parte do sentido de que o jovem põe em causa a sua formação profissional porque acaba por abandonar a escola.

Por outro lado, temos a vida do crime como fator do abandono escolar nos jovens dos bairros sociais problemáticos. Sabemos que em idades jovens, a identidade da pessoa é facilmente “corrompida” pelo grupo de amigos ou até mesmo pela família. As influências ganham um grande poder sobre os jovens. Caso um jovem de um determinado grupo não fumar ou consumir bebidas alcoólicas, é visto de lado e de forma diferente. Esta segregação obriga a mudança de comportamento do jovem que se sente ignorado pelos seus amigos. Esta mudança passa a ter um tom negativo chegando ao ponto, do jovem assumir comportamentos intoleráveis no seio da sociedade. Estando consciente ou não, caso estes comportamentos mantenham-se, o jovem começa a ser desviado e influenciado pelas más práticas. Adotando o caminho da delinquência juvenil, o desinteresse pelas estruturas pilares, ou seja, a família e a escola passam a ser evidentes. O jovem não pretende mais estudar para poder estar mais tempo na rua com o seu grupo. Estando na rua, terá mais oportunidades para cometer atos ilícitos para satisfazer as suas necessidades.

Dando-se esta situação, cria-se o sentimento de inimizabilidade, ou seja, devido a pobreza e as faltas de condições básicas, as pessoas tendem a rejeitar a responsabilidade de serem criminosas quando furtam ou vandalizam para poder satisfazer as suas necessidades. Isto cria um determinado esquema já moldurado nas comunidades criando um hábito. Este sentimento vai se reproduzindo socialmente passando de pessoa para pessoa. Por vezes, a fuga ao controlo das autoridades é uma forma de poderem esconder os recursos obtidos pela criminalidade. Muitas das vezes, para além dos apoios sociais, as

peessoas conseguem criar estratégias de sobrevivência muito desenvolvidas. O tráfico de estupefaciente ou de armas é um exemplo mais visto no seio das comunidades. As pessoas criam designadamente empregos clandestinos que assentam na prática de ilícitos criminais.

Por fim, todos estes aspetos estão incluídos na segregação tanto social como física. Social porque existe a tendência de classificarmos as pessoas que vivem nos bairros sociais como algo à parte. As pessoas que vivem nos bairros sociais, por sua vez também acabarão por se sentirem à parte criando um sentimento de exclusão social. Deste modo, cria-se um pensamento de divisão entre uns e outros. Nos bairros problemáticos, as construções de barracas em terrenos abandonados pelas autarquias, passam uma imagem negativa para quem não pertence aquela realidade social. As perceções e as opiniões negativas florescem criando preconceitos. Muitas da vezes, os prédios degradados, sem segurança ou condições de higiene, com deficiente ou sem saneamento básico, fraca iluminação pública passam uma imagem de insegurança e de perigo nas pessoas de fora. A vandalização dos espaços públicos e a degradação das utilidades públicas representam de certa forma o medo e a necessidade de prevenção. Por exemplo no bairro Quinta da Fonte, apesar da intervenção da Câmara Municipal de Loures, muitos dos prédios continuam a não iluminação interna. Ora, para as pessoas que vivem nesses mesmos prédios acaba por ser perigoso frequentarem esses mesmos espaços. Portanto, são estas as características apontadas pelas forças de segurança que caracterizam os bairros problemáticos. São elementos identificados e que são trabalhados constantemente quer pelas forças de segurança, quer pelas autarquias municipais. Contudo é um trabalho que requer esforço e parceria de modo a combater os problemas. O PES é um grande exemplo em que, a polícia tem um papel mais interventivo nas escolas de forma a combater a delinquência juvenil reduzindo os níveis de abandono escolar e propondo sempre a prevenção e a segurança.

No entanto, é necessário entender que maior parte dos bairros problemáticos são “ espaços estigmatizados e estigmatizantes” (Pinto & Gonçalves, 2000,p.111). São ainda espaços onde por sua vez o que acontece são:

“Os contextos de pobreza e exclusão vividos nos bairros de habitação social levam à sentimentos de desvalorização e de inferioridade relativamente ao restante território, marcando negativamente a perceção da sua imagem, inclusive da sua capacidade enquanto fabricante do seu próprio destino” (Pinto e Gonçalves, 2000,p.102).

Este é um processo que segundo os autores, articula as imagens negativas de qualquer objeto ou prática entre os conflitos e a insegurança. Contudo, todo este envolvimento cria consequências nas relações e comportamentos das pessoas. Pinto & Gonçalves (2000) apresentam o exemplo da droga como uma imagem negativa na qual desenvolvem-se conflitos entre os vendedores da substância e os compradores. A falta de pagamento por vezes gera grandes conflitos envolvendo inocentes. Todo o ambiente e clima produzido cria por sua vez um sentimento de insegurança. É desta forma que surgem vários conflitos entre bairros sociais ou até mesmo grupos. Muitas das vezes, estes conflitos chegam a ser extremamente violentos causando até mortes. Por vezes os maus entendidos entre as famílias causam conflitos de longa duração afetando as gerações vindouras. Pinto & Gonçalves (2000) consideram os conflitos de vizinhança no qual as famílias por razão qualquer, não podem partilhar o mesmo local devido as suas querelas.

Ainda com a obstatante dos problemas e conflitos que surgem nos bairros sociais, o vandalismo é uma das práticas cujo crescimento é significativo e notável. Maior parte dos jovens que queiram reivindicar os seus direitos ou até mesmo expressarem os seus gritos de revolta, fazem-no através do vandalismo urbano. Esta prática faz com que muitas das vezes, o bairro apresente uma imagem negativa ao exterior criando um sentimento de insegurança. O vandalismo não significa apenas o “grito de revolta” das pessoas, mas também a delinquência juvenil e não só. Quando os indivíduos identificam-se com as más condutas e as incivilidades, tende-se a tornar “normal” as práticas de vandalismo. Devemos perceber também que os conflitos entre as etnias também criam um conjunto vasto de vandalismo e de maus comportamentos. Isto acontece normalmente nos bairros sociais onde por sua vez, existe a partilha do mesmo espaço entre

várias etnias. Um pequeno conflito por vezes origina grandes conflitos nos quais é preciso a intervenção das forças de segurança. É assim que se dá a desestruturação entre as relações sociais das pessoas devido aos conflitos. Pinto & Gonçalves (2000) pretendem mostrar como é que uma imagem negativa pode afetar as dinâmicas sociais no meio de uma comunidade. Estes conflitos criam sentimento de insegurança e de mau estar entre os indivíduos. O sentimento de insegurança origina um conjunto de técnicas e estratégias de prevenção por parte dos indivíduos. Com isto nota-se que “nesta espiral de estigmatização podemos encontrar a chave de descodificação das complexas relações entre a estruturação de uma imagem pública negativa, as dinâmicas de conflitualidade percebidas e vividas e os sentimentos de insegurança associados, ou mesmo decorrentes de tais dinâmicas” (Pinto & Gonçalves, 2000, p.111). Ainda assim, podemos considerar o facto de existirem sentimentos de insegurança e vividos nos bairros de habitação social, contribuem para a interiorização de uma imagem negativa, transformando-os em “dispositivos estigmatizados e estigmatizantes que fortemente comprometem a constituição de identidades positivas” (Pinto e Gonçalves, 2000, p.110).

Com isto, Pinto & Gonçalves (2000) consideram ainda existirem fatores que condicionam e estruturam a imagem pública negativa dos bairros de habitação social, tais como o crescimento e agravamento dos fenómenos ligados ao consumo e tráfico de droga. A droga e a sua circulação parecem estar a afetar o modo de vida das pessoas dentro e fora do bairro uma vez que tanto o seu conteúdo como o seu lucro criaram grandes canais de escoamento. No entanto a composição social, ou seja, as famílias e os grupos sociais tendem a criar uma certa identidade nos indivíduos. Caso os indivíduos pertençam a famílias problemáticas e conflituosas, certamente que a sua realidade não estará longe do quotidiano das famílias. Isto integra sujeitos com um determinado perfil social quer pelo seu modo de vida e pelo seu comportamento. Desta maneira, este processo contribui negativamente para a estruturação das dinâmicas locais conotadas devido aos conflitos.

No entanto, todas as dinâmicas sociais criadas pelas pessoas na comunidade, apenas são desenvolvidas caso existam ações e comportamentos dentro do mesmo espaço social e físico.

Ao reconhecermos, enquanto sociedade, a existência de indivíduos, grupos e territórios excluídos socialmente, admitimos que existem todo um conjunto de “mecanismos que colocam em situação de grande dificuldade tais indivíduos, grupos e territórios”. A grande questão está em saber se tais mecanismos assentam nos indivíduos rotulados como excluídos ou se, pelo contrário, assentam na estrutura e funcionamento sociais” (Fernandes, 2014:179).

Caso queiramos nos basear na convicção de que radica nos indivíduos, teríamos que ou eles seriam “vítimas de si próprios” devido a falta de capacidade de adaptarem-se as normas da sociedade devido aos problemas de socialização que se vão surgindo entre as pessoas que se excluem socialmente. Neste caso teríamos políticas que oscilavam entre a intervenção por compaixão e pelo controle do risco (Fernandes, 2014). Ao basearmo-nos na convicção de que radica na estrutura e funcionamento sociais, os indivíduos, grupos e territórios seriam vítimas de mecanismos de segregação dos quais não têm controlo (racismo, xenofobia, desigualdade estrutural no acesso aos recursos, reprodução transgeracional dos estatutos e papéis sociais desvalorizados/desqualificados). Neste caso teríamos políticas que visassem minorar o impacto de tais mecanismos como refere (Fernandes, 2014). Tal como afirma Fernandes (2014), as “representações do senso comum” mostram que os indivíduos “excluídos” passam de vítimas a agressores, sendo que no debate público são vistos como “figuras de perigosidade”. Refere como exemplo o dos “jovens das periferias desqualificadas, os quais são vistos como “membros de *gangs* e traficantes de droga, fazendo destes territórios verdadeiros casos de polícia” (Fernandes e Pinto, 2004; Mucchielli e Le Gouziou 2006 cit.in Fernandes, 2014:179).

Os meios urbanos possuem determinadas características, tais como dimensão, densidade e heterogeneidade da sua população, que “influenciam a prática de atos delituosos, pois determinam as formas de controlo social e consequentemente as oportunidades para a execução de crimes” (Esteves, 1999:29).

Assim, a marginalidade e desigualdade a que muitos indivíduos são votados dentro da sociedade, “conduz a comportamentos desviantes, os quais constituem hoje grandes preocupações” (Esteves, 1999:27). Já Lourenço e Lisboa (1991:55) definem “o sentimento de insegurança como um conjunto de

manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer coletivas, cristalizadas sobre o crime”, sendo que será “uma expressão de uma representação social do meio” (Jodelet, 1991) cit.in Lourenço e Lisboa (1991), em que estão presentes fatores de natureza cultural e identitário e “lógicas situacionais”, ou seja, que se encontram “ligadas à experiência do ator sobre a realidade vivida”. Afirma que “a cristalização do sentimento de insegurança no crime é facilitada pela sua própria natureza: o crime afeta o indivíduo no seu corpo, nos seus haveres e na violação do seu domicílio, isto é, na sua privacidade”. Adiantam ainda que o “aumento da criminalidade” encontra-se interligado com o “crescimento económico” e a “explosão do consumo”, bem como ao próprio “crescimento das cidades, à desagregação do tecido social urbano, à alteração dos modos de vida e, mais profundamente ainda, dos valores”. Associa ainda tais mudanças a um “conjunto de indicadores de uma eventual crise das sociedades ocidentais”, que se traduzem no “enfraquecimento” e na “desorganização das estruturas familiares, a pobreza e exclusão social e a toxicodependência” (Lourenço e Lisboa, 1991:56). Assim, temos que o sentimento de insegurança surge associado a um “clima generalizado de ansiedade” que tem origem no complexo e “rápido processo de mudanças sociais que caracteriza a sociedade moderna e em que o aumento da criminalidade é uma das consequências mais visíveis” (Chesnais, 1981;1992 cit.in Lourenço e Lisboa, 1991:56). Alves (2010:190,191) refere mesmo que o sentimento de insegurança se alimenta das crises diárias, das delinquências e também de ameaças difusas, tenham elas natureza económica, política, social ou mesmo as chamadas incivilidades.

Ora, as incivilidades traduzem-se em comportamentos impróprios que influenciam negativamente a comunidade e podem potenciar o caos urbano, no espaço público, criando, ou potenciando, sentimentos de insegurança. Como exemplos de incivilidades podemos indicar os atos de vandalismo sobre veículos ou até mesmo contra mobiliário urbano, a perturbação da paz e sossego aquando do agrupamento de jovens com comportamentos violentos, na grande maioria das vezes, a consumirem bebidas alcoólicas de forma desregrada e em plena via pública ou até mesmo os *graffits*.

Constatamos que muitos deles não estão tipificados no ordenamento jurídico-penal português, no entanto, são lesivos de uma salutar e pacífica convivência social, contribuindo para a construção do sentimento de insegurança, na medida em que tais desordens alimentam a inquietação, reforçando o argumento da insegurança (Roche, 1994:25 cit.in Guerra, 2007).

Assim, podemos afirmar que os sentimentos de insegurança sentidos e vividos nos bairros de habitação social, contribuem para a interiorização de uma imagem negativa, transformando-os em “dispositivos estigmatizados e estigmatizantes que fortemente comprometem a constituição de identidades positivas” (Pinto e Gonçalves, 2000:110). Desta forma:

a “espiral de estigmatização começa exatamente nesta percepção de uma imagem pública negativa que os sujeitos reconhecem nos seus bairros e que parece predispor os seus habitantes a agravar as condições de degradação física, social e simbólica destes bairros deste modo, tudo se passa como se os habitantes, e em particular os adolescentes desocupados, quisessem oferecer ao olhar publico a imagem da podridão da sua cidade, uma podridão que se lhes transmite e com a qual se identificam” (Pinto e Gonçalves, 2000:110).

Assim sendo, são eles próprios que contribuem para a construção da imagem negativa da sua cidade ao reforçar o que a desvaloriza. Na realidade, “não fazem mais do que aplicar a eles mesmos o julgamento dos outros, aqueles que, no exterior, designam a cidade como um gueto” (Paugam, 1995:229 cit. in Pinto e Gonçalves, 2000:110). Tal como afirmam Pinto e Gonçalves (2000:111), “nesta espiral de estigmatização podemos encontrar a chave de descodificação das complexas relações entre a estruturação de uma imagem pública negativa, as dinâmicas de conflitualidade percebidas e vividas e os sentimentos de insegurança associados, ou mesmo decorrentes de tais dinâmicas. O facto dos bairros problemáticos estarem associados a vandalização e ao crescimento da delinquência juvenil, criam mecanismos de prevenção e de segurança. Visto que o sentimento de insegurança é provocado pelo medo do crime e pela vitimização, a prevenção é da maior parte das vezes, a estratégia a adotar para

se fazer face a criminalidade. Muitas das vezes, as pessoas não esperam pela intervenção da Polícia, por si só, criam um conjunto de hábitos e de técnicas de modo a se prevenirem, baixando o sentimento de insegurança.

É assim que, as imagens dos bairros sociais são marcadas pela negatividade das atividades ou até mesmo imagens que neles existem. Porém não podemos apenas pensar que a negatividade é “estática”, ou seja, existe exclusivamente dentro dos bairros sociais. Os indivíduos circulam mesmo fora das imediações dos bairros. Desta forma, criam laços e relações com o exterior favorecendo canais e formas de poderem circular os seus produtos, como por exemplo, a droga e produtos estupefacientes. A negatividade não está apenas dentro dos bairros problemáticos pois os comportamentos vão sendo partilhados entre as pessoas.

4.1.2 – Criminalidade de Massa

Este é um tipo de criminalidade no qual o seu conceito é importado da Criminologia, daí ter uma construção sociológica e não jurídica. Embora que a sua prática é censurável e punível no sistema penal, é um fenómeno social que acontece repetidamente na sociedade. No entanto não existe um conceito consensual e definitivo sobre a criminalidade de massa mas, é um tipo de criminalidade simples que não necessita de organização. Quando se fala de organização, estamos precisamente a referir o facto de não envolver cálculos e tempo para elaboração da atuação. Enquanto na criminalidade organizada, a organização e o tempo são elementos importantes, para primeiramente a execução da operação e tão depois para o sucesso da mesma. Contudo, este tipo de criminalidade é simples que nem sempre envolve um grande grupo de elementos. Não quer dizer que isto não venha a acontecer, mas de facto constata-se que é um tipo de crime que é conduzido por uma pessoa. A criminalidade de

massa está associada ao quotidiano, ou seja, que acontece várias vezes num dia, numa zona e numa dada altura. Furtos por carteiristas é um exemplo vivo de criminalidade massa. É um fenómeno que os lisboetas e os turistas em Lisboa já estão informadas, prevenindo-se de um eventual ataque. Para a polícia acaba por ser mais vantajoso este tipo de criminalidade, para a elaboração de medidas que visem a prevenção e o combate.

Porém, existe uma relação entre a criminalidade organizada e a criminalidade de massa. Esta relação estende-se no intuito dos dois tipos de criminalidade requerem a obtenção de lucro. Tanto um individuo que roube uma carteira e um individuo que assalte um restaurante, a ideia é a mesma: obter lucro. Isto tem-se traduzido no crescimento da violência na criminalidade de massa para a obtenção de lucro. Os furtos a residências revelam a vontade que os indivíduos têm de obter um proveito económico. Ter mais dinheiro ou objetos valiosos obrigam o individuo em elaborar novas estratégias de atuação mais violentas. É assim que, “ao mesmo tempo, a criminalidade de massa tem tendência, a complexificar-se, a assumir configurações mais graves e violentas e também a internacionalizar-se, tendo em vista a obtenção de maiores proventos económicos” (Feiteira et. al, 2016,p.119).

4.2- Práticas Criminais

Normalmente, associamos práticas criminais à todo tipo de comportamento que tenha como génese, o crime ou a sua incitação. Todo o conjunto de comportamentos que envolvam práticas criminais é punível pelo Código Penal Português a partir do artº.295 até ao artº.299. Contudo, todos os comportamentos que se traduzem por práticas criminais, são vistos também por comportamentos antissociais pois, a sociedade tem em vista a sua reprobção. Tudo que não vá ao encontro dos parâmetros estabelecidos pela lei e pelo senso comum, é repudiado. Ainda neste sentido, a grande preocupação encontra-se nos jovens uma vez que é, o grupo que mais associa-se à criminalidade tendo em conta as influências e o meio no qual estão inseridos. É assim que Negreiros (2001, p.7) afirmou que nos dias de hoje, “as

manifestações de agressividade e violência tornam-se cada vez mais frequentes. Quando comportamentos violentos são praticados por jovens é quase inevitável perguntar porque é que isso acontece e o que pode ser feito para diminuir a sua probabilidade de ocorrência”. A ideia do autor Negreiros (2001) reforça-se mais no campo da ação para que possamos corrigir este fenómeno. A violência e o crime quando praticados pelas pessoas tendem a criar uma certa segregação social devido a sua repudição. Esta mesma segregação é entendida pelo comportamento social onde por sua vez, respeitam-se os valores e as boas normas inseridas na sociedade e o comportamento antissocial que é o oposto.

Assim, entendemos todo tipo de comportamento antissocial como “uma vasta gama de atividades como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, uma violação de normas ou de expectativas socialmente estabelecidas” (Negreiros, 2001, p.12). Ora, tudo que não vai ao encontro da ordem e da tranquilidade pública, é visto como um comportamento antissocial e totalmente repudiado, quer pela justiça, quer pela própria sociedade em si. Ainda com Negreiros (2001), todos os comportamentos antissociais não assumem necessariamente a forma de infrações penais, ou seja, no ponto de vista da lei não são puníveis, porém contribuem para a criação de um clima de desordem social, criminalidade ou até mesmo de sentimento de insegurança. Negreiros (2001) realça a importância de não olharmos o comportamento antissocial como apenas algo concreto, ou seja, consigamos através de sinais e comportamentos identificar esses mesmos comportamentos. É um conceito operacional e dinâmico no qual sofre várias modificações tendo em vista o desenvolvimento de práticas e comportamentos criminais. Não podemos de forma alguma minimizar a importância da sua relação com aquilo que referimos como “histórias de vida” que muitas das vezes forçam um percurso de vida diferente nas pessoas. Todavia, é necessário também interpretar e compreender as transformações resultantes do dia-a-dia que são resultantes do meio social e até mesmo por características biológicas.

Em vista disso, a história de vida de um indivíduo pode afetar o seu comportamento no ponto de vista social. Exemplo disso é o facto de muitos jovens assumirem uma certa carência social e financeira vinda das suas famílias e terem como solução a criminalidade. A criminalidade passa então a ser a

consequência de um conjunto de problemas sociais e familiares. Seguindo este quadro cria-se um ambiente propício à criminalidade e a delinquência visto que, não existe um determinado controle por parte da família.

Para Loeber (1988, cit. in Negreiros, 2001), os comportamentos antissociais apresentam sentidos diferentes. Todavia, esses sentidos não implicam apenas o reconhecimento de um prosseguimento lógico do comportamento antissocial. Todo o tipo de comportamento antissocial organiza-se de forma diferente atendendo ao meio social no qual a pessoa insere-se. É desta forma que o comportamento antissocial obedece a dois princípios cuja sua relação é fundamental. Apresenta-se então o padrão criminal individual no qual cada indivíduo assume a sua forma de cometer o crime tendo em vista que os comportamentos desviantes são consequências do meio ambiente, como o consumo de drogas.

Ainda no prosseguimento do comportamento antissocial, Loeber (1988, cit. in Negreiros, 2001), considerou que os comportamentos antissociais, o consumo de drogas, e a delinquência juvenil, são três dimensões que são caracterizadas pelos problemas de comportamento durante a infância tais como comportamentos agressivos, problemas de baixo rendimento e o abandono precoce escolar criando um conjunto de deficiências sociais. Estas deficiências provocam nomeadamente a associação com indivíduos com maus comportamentos surgindo o desvio e por conseguinte o início da delinquência juvenil, tendo como reta final a criminalidade no seu todo.

No entanto, devemos entender que o crime, comportamento antissocial e a delinquência apresentam definições diferentes a nível teórico, mas Negreiros (2001), acredita que o comportamento antissocial é uma das principais causas das práticas criminais pois o crime ou a delinquência juvenil referem-se reiteradamente a comportamentos que por norma são avaliados sob uma sanção penal pois, muitos comportamentos antissociais ocorrem no período da imputabilidade do indivíduo tal como é referido no artº.9 do CP português.

Da Silva (2015) na sua análise sobre a teoria do crime como parte integrante do Direito Penal que se ocupa de explicar o que é o crime e como é punível, considera a existência de quatro elementos do crime como primordiais. Para o autor, o crime dispõe dos elementos: humano, típico, ilícito e culpável. O crime é

sempre um feito que nasce da vontade do seu autor, um produto da sua nução. Já a tipicidade é a conduta na qual um tipo legal de crime ou seja, um modelo do comportamento proibido, abrange o sujeito com os seus elementos objetivos e subjetivos. Esta é a categoria que classifica os tipos de crime. A ilicitude resume-se em tudo que seja proibido ou contrário da lei implementada a culpabilidade. Por fim, a culpabilidade que se dá pela finalidade do processo no qual permite a reprovação do comportamento criminal.

Segundo Negreiros (2001), o termo delinquência pode ser caracterizado de acordo com os critérios jurídico-penais, sendo delinquente todo o indivíduo que praticou atos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais. Para o autor, a delinquência é baseada num contacto oficial com os tribunais, os comportamentos considerados delinquentes incluem delitos que são crime, se cometidos por um adulto, bem como uma variedade de comportamentos que são ilegais. Já Pimenta (2018), considera que delinquente, é todo o indivíduo que comete delitos ou pratica atos ou comportamentos que fogem os parâmetros das normas e das leis.

Para Afonso (2019), as incivilidades também podem criar um comportamento antissocial pois são puníveis e reprováveis pela sociedade. Temos como exemplos o simples barulho ou ruído na via pública, a acumulação de lixo na via pública, a degradação e vandalização que muito ocorrem nos bairros problemáticos e não só de edifícios ou até mesmo a alcoolização são comportamentos antissociais, que não assumem necessariamente a forma de infrações penais, mas constituem-se como uma “porta” para a criação de atos delitos que acabam por se transformarem em crimes. Parafraseando Afonso (2019), existe uma forte tendência em focar a criminalidade em sentido amplo, quer isto dizer, a criminalidade é explicada por via dos atos ilícitos. A criminalidade quando focada, a maior parte dos autores apenas abrangem os crimes mais graves e por conseguinte os menos graves.

4.2.1- Delinquência Juvenil, Crime e Desvio

É inevitável não falar sobre a delinquência juvenil, quando estamos abordar temas relacionados com a criminalidade no seio dos bairros sociais. No bairro da Quinta da Fonte, a delinquência juvenil é constante porque se relaciona outros fatores, tais como o abandono escolar e a participação ativa no crime. Segundo o jornal Público, o antigo diretor do agrupamento de escolas da Apelação, apercebeu-se dos problemas de isolamento. É um bairro que está longe de serviços e locais de trabalho. Ainda segundo o jornal acima mencionado, o bairro Quinta da Fonte encontra-se muito afastado do centro da freguesia provocando uma segregação espacial e cultural. Com esta segregação, maior parte dos jovens sentem-se isolados e marginalizados, impedindo a sua socialização com outros espaços. Esta segregação também poderá ser um fator de delinquência juvenil, pois os jovens ao estarem isolados e se sentirem marginalizados não terão qualquer problema em praticar o crime usando como argumento, a sua exclusão social e a pobreza.

É assim que a “delinquência juvenil é um fenómeno que se vem agravando nas últimas dezenas de anos. A delinquência juvenil é cada vez mais grave em consequência do aumento do tipo de crimes que os jovens praticam” (Fraga,2000,p.19). Sempre houve delinquência juvenil, mas o que acontece é que cada vez mais, nos dias de hoje são divulgados e conhecidos variados casos da mesma ação. Torna-se significativo o seu agravamento visto que, os contextos sociais vão sofrendo alterações. Os jovens que se entregam na vida do crime cedo, terão uma maior probabilidade de serem grandes criminosos. Os crimes que os jovens vão cometendo desde de cedo, significam as alterações que os contextos têm vindo a tomar. O aumento do tipo de crimes que os jovens têm vindo a praticar, mostra em parte a criatividade no ato do crime tentando estar sempre, a frente das forças de segurança. Esta criatividade é o resultado da capacidade de adaptação às medidas de segurança. A polícia desenvolve uma estratégia de combate ao crime mas, se os criminosos descobrem como é que está montada a estratégia por parte da polícia, farão de tudo para mudar de mecanismos de ação. Uma das práticas mais frequentes dos jovens do bairro Quinta da Fonte é entrarem nos prédios para venderem droga. Isso acontece porque a polícia aumentou o seu controlo e patrulhamento impedindo de certa forma, a expansão da droga. Mas os jovens mudaram de método, ou seja, ao

invés de venderem na via pública ou nas ruas do bairro, vendem em sítios escondidos e isolados. Ao venderem droga dentro dos prédios, evitam ser fotografados ou filmados pela polícia.

Para Fraga (2000), há uma «despenalização» da delinquência juvenil como resultado de um maior conhecimento dos crimes perpetrados e de uma mais justa atenção aos Direitos do Homem. O autor dá o exemplo de que enquanto ao roubo de um automóvel efetuado por um menor corresponde hoje uma pena mínima, há cem ou cento e cinquenta anos o roubo de um cavalo por um jovem da mesma idade levava, quase sempre à prisão e, em certas regiões, à condenação à morte. Defende ainda que isto acontece porque a “maior difusão e melhor cobertura por parte da imprensa no que diz respeito ao conhecimento dos delitos levados a cabo pelos jovens, fez aumentar o fenómeno” (2000,p.19). Isto não acontece apenas pela especial atenção nos Direitos do Homem, mas sim porque as práticas criminais vão se reproduzindo pelos jovens.

Fraga (2000) consegue identificar as várias linhas propiciavam a delinquência juvenil. Entre elas encontra-se a “vulgarização do consumo de drogas incentivou a delinquência juvenil, especialmente entre as camadas mais desfavorecidas das grandes cidades, não só ao nível do roubo, como, também, no uso da violência, da força e na prática do abuso sexual” (2000,p.20). Isto significa que com a introdução e o tráfico de droga em locais de pobreza e de exclusão social, as classes mais desfavorecidas tornam-se mais vulneráveis à situação. Outra vertente analisada por Fraga (2000) é precisamente.

“....os próprios jovens deixaram de se sentir obrigados a uma vida mais circunscrita ao lar e ao cumprimento de horários, passando a viver uma liberdade de que, muitas vezes, ainda não sabem fazer uso, caindo na atracção da delinquência para satisfazer necessidades para as quais ainda não têm rendimentos” (2000,p.20).

Ainda domina a ideologia de que todos os jovens que tenham uma idade superior a 18 anos, já são independentes. Muitos pensam que a liberdade que

têm lhes permite a cometerem várias ações mesmo sabendo eles, que são ilícitas. Todos nós sabemos que, isto não é liberdade, nem sequer independência, mas sim libertinagem. Este comportamento leva à “delinquência juvenil, sendo um fenómeno característico de um certo grupo social” (Fraga,2000,p.20). Quando se refere grupo social, estamos praticamente inclinados às pessoas que vivem em contextos de criminalidade e de insegurança. Para Moura (2003), a socialização dos jovens assim como uma ausência de integração, estão ainda diretamente relacionados com a rutura com as instituições, com a autoridade exercida pelos pais, ou pela escola, que deixam cada vez mais de desempenhar um papel de controlo ou coerção. Quer isto dizer que os jovens que normalmente estão indiciados por delinquência juvenil, não têm esperança nas estritas básicas de desenvolvimento pessoal como as escolas e as famílias. Eles preferem confiar mais nos seus amigos que acabam por se tornar o seu núcleo ou grupo. Esta confiança, e entrega total ao grupo pode ser uma causa da violência que existe porque, haverá de certa forma, “uma manifestação de crise, desvio ou desorganização social, ou uma forma de integração no grupo ou na sociedade, e refletindo o mutismo do indivíduo e a dissolução da sua identidade no grupo” (Moura,2003,p.27).

Porém é importante frisar que a delinquência juvenil não está só e unicamente presente nos bairros sociais. Um jovem de uma classe alta, também pode ser delinquente. A delinquência juvenil tomou várias abordagens porque nos dias de hoje vivemos no mundo mais diversificado onde, o contacto entre culturas fazem-se em todo lado. Quer nas escolas, nas ruas, em casa e nos locais de trabalho. A imitação e a aprendizagem de certos hábitos sejam eles negativos ou positivos, fazem-se de forma mais rápida e facilitada.

No entanto é importante ainda perceber que, a marginalidade e a delinquência juvenil estão muitas da vezes relacionadas com a “rua”. A “rua” não representa apenas um conceito abstrato e imaginário mas sim uma realidade sólida e visível. Para Sebastião (1996), a rua acaba por ser um elemento que distorce e corrompe a relação que existe entre os jovens com as suas famílias e as escolas. É principalmente na rua que por sua vez, os jovens enfrentam todos os dias novos desafios. Por isso Sebastião (1996) identificou duas linhas caracterizadoras das práticas quotidianas dos jovens. A primeira está relacionada

com a identificação e angariação de recursos. Quer isto dizer que muitas das vezes os jovens são confrontados com a necessidade de procurar novos alvos de furto. Para isto acontecer, muitas das vezes associam-se à grupos cuja partição de tarefas ou de missões são feitas. Todos nós já ouvimos falar das grandes vagas de roubo que acontecem em Lisboa ou noutras localidades. Por vezes os jovens agem de forma individual, porém, trabalham em sistemas de redes e de pequenos grupos. É daí que primeiramente começam por observar certas zonas de maior afluência e tão depois começam por pôr em prática o planeado. Isto depois relaciona-se com a segunda linha caraterizadora que está relacionada com as práticas de consumo e de diversão como refere Sebastião (1996). Aqui poderemos tentar identificar as razões e os motivos que levam os jovens a alistarem-se na criminalidade e à delinquência juvenil. Como referimos anteriormente, os jovens enfrentam todos os dias novos desafios. Entres eles, encontram-se as vontades e os desejos. Ao experimentarem as coisas que a rua oferece, acabam por estarem seduzidos às mesmas. Aqui falamos da toxipendência e das drogas. Chega ao ponto de se tornar num vício e quando a pobreza está presente e não existe possibilidade de se ter as coisas que se quer, o crime acaba por ser um caminho mais fácil e acessível. Sendo assim, a pobreza acaba por ser uma razão para a prática da marginalidade juvenil e por conseguinte o crime. Não podemos nos esquecer também das situações que ocorrem também dentro das famílias. A violência doméstica e o insucesso familiar, por vezes, conduzem os jovens à rua, estando expostos à vida do crime. Quando entrevistei os meus entrevistados, muitos deles tiveram a liberdade de me dizer que a pobreza acaba por ser uma causa da criminalidade. Portanto, a criminalidade e a delinquência juvenil são práticas muito usuais dentro dos bairros sociais, em especial no Bairro Quinta da Fonte.

Todavia, será que o plano que os anteriores Governos tinham e executaram falhou? Será que a construção de bairros sociais com vista a realojar as pessoas que viviam nos bairros de lata e diminuir a violência urbana, a criminalidade e a delinquência juvenil falhou? Até aos dias de hoje que assistimos o “debate público descreve frequentemente a juventude como um grupo irracional, com explosões de violência gratuita...” (Moura, 2003,p.25). Cada vez mais, a opinião pública homogeneíza-se sobre os bairros sociais. Que

as pessoas que lá vivem não saber preservar o que foi construído implicando grandes investimentos financeiros e sociais. Moura (2003) apontou alguns fatores riscos que têm de ser tidos em conta, que aumentam de certa forma, a delinquência juvenil. Estes mesmos fatores corroboram com o contexto que se vive no bairro Quinta da Fonte. São fatores como o abandono escolar que é motivado pelo desinteresse face à escola, dificuldades de aprendizagem revelando dificuldade em cumprir a disciplina e as regras da escola. Ainda com Moura (2003), o isolamento e o sentimento de exclusão provocam dificuldades relacionais, atitudes de instabilidade, agressividade, indiferença e desobediência culminando com comportamentos marginais. Posto isto, é necessário existir um conjunto de medidas que visem a defesa e o aconselhamento para que se consiga manter a ordem, segurança e a tranquilidade, ou seja, aquilo que chamamos de Segurança Interna. Não é apenas nos bairros sociais mas sim, em qualquer espaço nacional. É deste modo que a criminalidade é um tema ainda muito debatido e de muita análise.

Para Negreiros (2001), a taxa de delinquência juvenil apresenta varia consideravelmente com a idade, ou seja, temos o tempo que diz respeito a infância onde o individuo poderá ser alvo de uma desestruturação familiar criando mudanças comportamentais. Por sua vez, estas mudanças terão a sua repercussão na adolescência, porque, é marcado como o período de desenvolvimento humano no qual muitas das vezes é marcado pela absorção dos maus hábitos e comportamentos.

Negreiros (2001) considera que o início precoce no comportamento antissocial pode significar formas de delinquência juvenil mais graves e resistentes pois, o individuo desde cedo socializa-se com as más práticas tornando-se num habitus reproduzindo socialmente as práticas criminais. Os estudos conduzidos em países e contextos muito diversos, revelam em termos gerais um aumento significativo do número de detenções entre os 12 e os 17 anos, após o que se verifica um declínio, bastante acentuado a partir do fim da adolescência o que levou o autor a concluir que “a frequência da atividade antissocial parece aumentar fortemente entre os 12 e os 17 anos” (Negreiros, 2001, p.48).

O comportamento antissocial apresenta várias características e formas como considera Negreiros (2001). Para o autor existe uma forte ligação entre a

possibilidade de diferentes períodos de desenvolvimento do indivíduo e o processo antissocial. O início precoce representa para os indivíduos um maior risco de evolução para a criminalidade adulta. Quer isto dizer que quanto mais cedo o indivíduo desenvolva comportamentos antissociais, mais resiliente será o mesmo em deixar as práticas criminais.

Tavares (2016) considera a delinquência juvenil como um conjunto de atos ou comportamentos antissociais que abrange em maior parte cometidos por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos, sendo eles considerando-se como um grupo vulnerável. Contudo, a delinquência juvenil é responsabilizada e punível de acordo com a lei.

Segundo o RASI (2018), o conceito de criminalidade em grupo ou até mesmo associação criminosa traduz a ocorrência de um facto criminoso praticado por três ou mais suspeitos, independentemente do tipo de crime, das especificidades que possam existir no grupo, ou do nível de participação de cada interveniente. O Relatório Anual da Segurança Interna (2018) acrescenta ainda que, em Portugal, a delinquência juvenil representa a prática, por indivíduo com idade compreendida entre os 12 e 16 anos. Em Portugal, a delinquência juvenil tem vindo a descer tendo em conta os esforços das forças de segurança observada desde 2015 com menos 142 registos (RASI, 2018).

Citando Cusson (2007), a delinquência juvenil nas suas diversas manifestações (furto, roubo, fraude, violência, tráficos ilícitos), representa de certa forma comportamentos desviantes pois os seus atos e atitudes transgridem as normas impostas pela lei. Esses mesmos atos são sancionados pela lei pois são proibidos tendo em vista o CP português. O autor frisa ainda é um crime uma vez sancionado pelo direito penal, cria reações por parte das pessoas mesmo elas não sendo juristas. Para Nunes (2008), a delinquência juvenil na Europa nos últimos 50 anos, foi consequência de fatores bastante diferentes nomeadamente a violência reproduzida nas redes sociais. Os maus vínculos no seio familiar potenciam práticas delinquentes por parte dos jovens, pois as bases estruturantes não se encontram sólidas.

Para Cusson (2007), o desvio caracteriza-se como um conjunto de comportamentos e de situações não conformes às expectativas, normas ou

valores duma sociedade e que por isso, são suscetíveis de condenações ou sanções.

Para Becker (1963), o desvio define-se como a infração de alguma regra geralmente aceite e criado pela sociedade. O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um infrator. “Desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (Becker, 1963, p22).

Considerando que a vida em sociedade é determinada pelas fortes interações e convívios entre as pessoas, o desvio é entendido como um processo que resulta da interação entre desviantes e não desviantes, entre normais e estigmatizados (Goffman, 1982, 1993, cit.in Carvalho, 2018). Goffman (1982), fez uma análise comparativa em que o médico atribui uma etiqueta à um utente seu. No que toca ao caso de um delinquente a etiqueta é atribuída pelas pessoas que estabelecem à luz da lei, os comportamentos toleráveis no seio sociedade. Uma vez que o delinquente se apercebe da sua categorização tendo em vista, a repudição do seu comportamento, nele cabe deixar todas as práticas que sejam consideradas como desvio.

Assim para Guiddens (2009), o crime e o desvio não podem apenas serem vistos numa perspetiva repulsiva. Maior parte das sociedades que reconheçam que os seres humanos têm valores e preocupações diversas, deve encontrar espaço para os indivíduos ou grupos cujas atividades não estão em conformidade com as normas seguidas pela maioria. Este processo é feito por via da integração e inclusão social. Contudo a maior parte dos comportamentos antissociais provocam práticas criminais criando por vezes situações de violência por parte das instituições que repudiam esses comportamentos e das pessoas que detêm este tipo de comportamento.

Para Lourenço e Lisboa (1998) a violência pessoal ou privada sobrepõe uma violência institucionalizada por parte das forças de segurança, Este tipo de violência é “ aceite” quando nos deparamos com situações de perturbação ou de desordem pública. O aumento da criminalidade e da delinquência juvenil notou um certo aumento a partir dos anos 60 como refere Lourenço e Lisboa (1998). Este aumento foi se acompanhado pelo roubo, furtos de automóveis e até

mesmo de residências. Nisto acreditou-se que a origem do aumento do sentimento de insegurança nasce no acréscimo das práticas criminais. Os autores frisaram a ideia de que a violação de intimidade pessoal foi considerado como uma das causas do crescimento do sentimento de insegurança. O sentimento de insegurança cada vez mais associa-se ao um crescendo de violência social no qual a comunicação faz questão de transmitir e dar a conhecer. Daqui parte a geografia do crime que mais tarde veremos, tal como o medo do crime. Assim a violência está associada a seguinte ideia, ou seja, está perante a “síndrome da insatisfação relativa”, isto é, “quanto menor for a violência maior será a intolerância à violência e, conseqüentemente, maior o sentimento de insegurança” (Durkheim, 1984 cit. in Lourenço e Lisboa, 1998, p.17). A violência está associada ao sentimento de insegurança pois é através dela que o sentimento de insegurança intensifica-se.

Para Afonso (2019), a violência, está presente em certos meios nomeadamente escolas e estádios de futebol que nada mais e nada menos junta-se aos mais tipos incriminadores tais como ofensas à integridade física, participação em rixa e ameaças. Para Vasconcelos e Costa (2005, cit. in Carvalho, 2018), quando nos referimos aos processos e as relações interpessoais em que se empregam diferentes formas para coerção ou para aniquilamento de outrem, causando-lhes danos físicos, mentais ou morais, estamos a falar de violência.

Parafraseando Carvalho (2018), a violência apresenta várias tipicidades a nível político, ideológico, doméstico, desportiva e até mesmo juvenil.

Em suma a Criminologia para além de uma ciência social aborda várias dimensões e fatores. As diferentes abordagens contribuem para um melhor estudo sobre o crime enquanto um comportamento social e algo juridicamente repudiado. Para Palma (2018), a Criminologia também é uma ciência na qual a descrição e a interpretação dos fenómenos são importantes. Sendo assim, esta ciência não pretende apenas mostrar o crime e de que forma podemos repudiar. Contudo pretende apenas compreendê-lo e explicá-lo. Palma (2018) entende que o crime como é um dos objetos primordiais da Criminologia tendo em conta que o autor Hassemer (1984) enaltece a importância da distinção entre as abordagens que identificam o crime com deficiências biológicas ou psicológicas

do agente. Estas abordagens sublinham algumas deformações sociais que podem criar algumas modificações na estrutura social dos indivíduos.

Tal como referido anteriormente, essas deformações podem causar alterações nas estruturas sociais dos indivíduos, e por isso (Pinatel, 1960, Born, 2005, cit. em Carvalho, 2018), destacam duas abordagens no fórum psicológico do indivíduo. Por um lado temos aquilo que chamamos com a rotura social da personalidade, ou seja, o indivíduo sofre com as alterações provocadas pelo crime criando mudanças na sua personalidade. É assim que se designa-se como a deformação psicopatológica.

Por outro lado, dá-se o facto de existir elementos que por sua vez identificam-se com a personalidade criminosa. É desta forma que se reconhece quatro atributos que compõe a personalidade criminal. Destacam-se então da seguinte maneira:

“o egocentrismo, percepção do mundo em função dos seus próprios interesses, ou seja, existe uma labilidade que se transmite em dificuldade de seguir uma linha de conduta estável. Por esta razão, cria-se também a dificuldade de assumir as consequências dos seus atos. A agressividade torna-se num facto na vida dos indivíduos com a tendência dos mesmos reagirem com violência a qualquer tipo de provocação. Deste modo, cria-se um sentimento de indiferença e de insensibilidade ao sofrimento das outras pessoas” (Pinatel, 1960, Born, 2005, pp. 226-229).

Para Negreiros (2001), as várias dimensões do crime e a delinquência concentram-se frequentemente num determinado fator cuja explicação, passa pela associação de pares delinquentes. Desta forma a personalidade criminal do agente pode ser afetada pelo meio no qual está inserido. Negreiros (2001) alerta para o facto de que o comportamento antissocial não pode estar separado do crime pois sob o desenvolvimento do mesmo comportamento antissocial, o crime poderá ser a continuidade das incivildades.

4.2.2. Tráfico de Droga no Bairro

O tráfico de estupefacientes é algo normal no meio dos jovens do bairro Quinta da Fonte. O seu consumo e a sua circulação acentua-se de forma significativa. Cada vez mais, envolve mais jovens enquadrando-lhes no caminho da delinquência juvenil. “O consumo passou a ser um vício tão comum e igual ao do tabaco ou mesmo ao das bebidas alcoólicas” (Fraga, 2000, p. 21). O autor pretende afirmar como é que se está a fazer a massificação da droga como componente central e as suas substâncias. E com esta massificação, cresce também a toxicodependência tornando-se numa grande preocupação a nível nacional e mundial. No bairro Quinta da Fonte, muitos dos jovens consomem e traficam droga têm apenas um só objetivo, obter lucro para fazer face as suas despesas. Daí que Fraga (2000) afirma o seguinte:

“sabe-se, também, que uma das piores consequências que o seu consumo arrasta é gerar fontes de rendimentos financeiros de valores incalculáveis os quais, depois de «despenalizados» pela lavagem feita através de qualquer empreendimento de fachada legal, entram nos circuitos normais de financiamento” (2000, p. 22).

O dinheiro e o lucro que é obtido através do tráfico de droga, por essencialmente vendedores, acabará por se tornar atraente para os outros jovens. O facto dos jovens mais desacreditados, sem esperança, sem ocupações profissionais e escolares estarem nas ruas do bairro e verem outros por ventura, ganhado muito dinheiro, é certamente algo tentador. Terão tendência para entrar na vida da droga. Entrando na vida da droga, automaticamente inserem-se na criminalidade. Contudo, mesmo para os jovens que estejam inseridos na sociedade, ou seja, que têm uma profissão ou que estudam, o tráfico de droga acaba por ser sempre uma atividade tentadora, porque poderão por momentos pensar em deixar as suas ocupações para puderem ganhar dinheiro “fácil”. Assim, o tráfico de droga acaba por ser também um fator de risco e fator que provoca um sentimento de insegurança no bairro. Os pais não ficam

descansados ao saberem da circulação da droga no bairro. A própria escola fica mais atenta ao comportamento dos alunos. Isto tudo traduz-se numa maior envolvimento das forças de segurança.

Posto isto, o “amplo consumo de droga veio desestabilizar os equilíbrios sociais, opondo pais a filhos, atirando para a marginalidade vastos sectores de indivíduos úteis” (Fraga,2000,p.21).

Por norma, o tráfico de droga está associado ao consumo. Consumo este que deriva de vários elementos tais como o prestígio social, a funcionalidade e o dinamismo do grupo quando se insere o contexto e por fim a própria alimentação do vício.

Normalmente, o consumo está associado a uma dimensão cultural cuja emergência de novas maneiras, costumes e hábitos são resultados de interconexões culturais que são facilitadas pelo contacto no dia-a-dia. A abordagem cultural é de algum modo, a influência da cultura no consumidor, ou seja, todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte e todos outros hábitos adquiridos pelo Homem na sociedade e principalmente na família que orientam de certo modo, como é que se consome, como deve-se consumir em função de tudo aquilo que aportamos culturalmente. Quando focamos a cultura como uma das bases essenciais para compreender – mos o consumo, estamos precisamente a falar de cultura de consumo que por sua vez, permite -nos estudar o consumo a partir de um ponto de vista cultural e social. A cultura de consumo é ao fim ao cabo um conjunto de relações dinâmicas entre as ações dos consumidores e os significados culturais.

Douglas (1979) defendeu a necessidade de recolocar o consumo no seu processo social, quer isto dizer, devem ser considerados os ciclos e etapas sociais que produzem mudanças e alterações na estrutura social do indivíduo. A realidade social é fundamental porque inclui pessoas que estão vinculadas entre si através das relações sociais que implicam cooperação e outros tipos de ações sustentando, por conseguinte, uma forma de conduta repetida no grupo. No bairro Quinta da Fonte, temos o exemplo do processo social presente no grupo porque, realmente existe o compromisso dos membros para com o produto. Quando um membro compra um produto e partilha com os restantes, a partida sabe que será recompensado noutro momento quando os outros fizerem

exatamente o mesmo comprando o produto e partilhando. Isto implica a inter-relação de diversas pessoas convencidas acerca da necessidade de manter o vício e o consumo da substância, fortificando os costumes e os vínculos criando um certo ritual de consumo. Considera-se como um ritual porque no grupo estudado, existe um conjunto de formalidades e ações que estão codificadas e atribuídas pelo seu valor simbólico, ou seja, expressões do género “ fecha aí uma oh mano” “ tens mortalha?”, “ para próxima fechas tu ”representam de todo modo uma performance no seio do grupo. Assim sendo, os bens de consumo, neste caso a droga no seu amplo sentido e significado, agrupa um conjunto de “ comunicadores de categorias culturais e valores sociais “ (Douglas,1979,p. 56).

Douglas (1979) identifica um conjunto de práticas que são utilizadas pelos grupos e pessoas de forma a permitir a inclusão que deu nome de estratégias de inclusão. Na sua obra, dá exemplos de como as pessoas são incluídas num grupo ou até mesmo na família, prestando serviços e partilhando bens ao grupo ou família a que pretende – se aderir. É preciso arranjar técnicas para aderir a um grupo e ser aceite, como nos mostra o exemplo do diretor do museu em Londres na sua entrevista apelando a reciprocidade, “ ...ele também deve prestar algum tipo de serviços, sendo eles recíprocos” (Douglas,1979,p.58).

Posto isto, a reciprocidade é um conceito importante porque é considerado como a base das ligações entre o dar e receber que Mauss (2015) menciona na sua obra e na conservação das normas sociais. Em segundo lugar, a exclusão é feita quando um membro do grupo se recusa a partilhar ou devolver o mesmo tipo de serviços para a continuidade do funcionamento do grupo criando assim um conjunto de ações que visam a privação, segregação e o afastamento. Como foi mencionado anteriormente, é preciso entender em parte o sistema de troca que existe no grupo, porque, o dar e receber e depois retribuir, são vistos como atos primários nas relações sociais sendo elas informais ou formais.

Formais se as relações são geralmente passageiras e desenvolvidas em vários contextos da vida como por exemplo no trabalho. Informais se as relações forem duradouras e desenvolvidas por meio de afeto como por exemplo quando falamos de amizade e de relações familiares. Se formos a falar de uma dimensão mais abrangente e geral, vamos perceber que as relações não existem apenas entre os membros mas também, entre grupos. Significa isto, que

o facto de se ir comprar o estupefaciente a um outro grupo, para depois fumar com o próprio grupo é de certa forma uma espécie de contrato e trocas de produtos entre coletividades e não dos indivíduos ou membros do grupo.

Assim sendo, “em primeiro lugar, não se trata de indivíduos, trata-se de coletividades que obrigam-se mutuamente, trocam e contratam” (Mauss, 2015,p.58).

Visto que se não se efetuar a troca ou compra do produto, neste caso, da droga pode efetivamente provocar conflitos entre ambos. No bairro da Quinta da Fonte, o prestígio social é tido em conta no seio dos grupos de jovens, pois as prestações sociais executadas pelos membros para a continuidade do grupo e isto está associado ao *Potlach* que significa “consumir” e “ alimentar” pois o consumo é a vertente que liga as pessoas dentro do grupo com a vontade de alimentar o vício que é a droga. No terreno foi verificado a essência do *Potlach* que consiste no dar e receber para a conservação dos laços sociais porque se um indivíduo não dar, ou seja, não “ abrir uma ganza” e “ fechar com os outros”, este ato pode ser visto como um resultado do individualismo e egoísmo por parte do membro para com o grupo e por conseguinte não receberá de troca a oportunidade de poder fumar com os restantes porque de forma branda e inicial, a exclusão começa a ser feita, e no entanto, existe uma obrigação de receber e caso alguém do grupo recuse a reciprocidade significa que existe o medo de retribuir, sendo que esta retribuição é todo o *Potlach*.

Assim sendo, quem compra a droga para todos puderem fumar remete – nos para ideia de superioridade, de prestígio social no seio do grupo esperando então receber por parte dos outros a mesma oportunidade de poder fumar do mesmo produto, a droga e retribuindo depois. É um ciclo vicioso que é fundamental nas relações sociais no grupo e do seu normal funcionamento, “dá tanto quanto recebes e tudo estará bem» ” (Mauss, 2015,p.202).

Segundo Miller (1998), o consumo é visto como forma de construção de relações sociais, ou seja, é a base da estrutura social que envolve formas de interações que podem ser descritas. Tal como uma conversa pode ser considerada uma relação social, o consumo também pode ser considerado como um tipo de relação social, uma vez que, o comportamento social, consiste numa ação social que é orientada para as outras pessoas solicitando por sua vez uma

resposta de outro agente estando subordinada ao contacto social formando então o início da interação social. Para se consumir a droga aqui evocada, a “ganza” no seio de um grupo, é necessário existir uma rede de relações sociais cuja sua formação é derivada de várias ações motivadas por um mesmo conjunto de significados estruturando o comportamento dos membros no grupo. A etnografia de um grupo não se resume apenas em descrever o quotidiano dos membros que fazem parte deste mas também é, compreender a vida social que se resume no padrão do comportamento do indivíduo perante o grupo que ocorre através das suas relações com o resto do grupo ou até mesmo na sociedade, “ holismos representa um certo valor não por nunca existir um grupo social delimitado, mas sim por se entender a vida social envolvida. Tenta-se compreender tudo o que existe numa sociedade

(Miller,1998,p.2). Assim sendo a etnografia em si é um elemento crucial no estudo do consumo como base de relações sociais no grupo,” a etnografia é conduzida por um conjunto de técnicas no trabalho de campo ” (Miller,1998,p.7). O consumo da droga no bairro Quinta da Fonte, também representa um conjunto- to de significados que expressam sentimentos para quem pertence a comunidade e para quem esteja a praticar a etnografia no mesmo. Recuando a ideia de partilhar, dar e receber de Mauss (2015), percebemos que no fundo toda esta prática de consumo do produto traduz – se num ato de generosidade porque, é um gesto que envolve confiança, vontade e motivação para fazer – lo ao próximo pois, no terreno, foi possível verificar que a proximidade e o apego modifica-se de indivíduo para indivíduo. Uns convivem melhor do que com os outros e isto não acontece por acaso, mas sim pelo espírito de camaradagem e companheirismo que alberga os indivíduos do grupo.

As tais apelidadas “ missões” quando vão comprar ou vender a droga dividindo eventualmente o dinheiro entre os dois, cria um laço de cordialidade entre ambos facilitando a comunicação nos dois em qualquer tipo de atividades e assim, vai – se ganhando experiência através da convivência com o próximo implementando o amor na base do consumo da droga como Miller (1998), propõe o consumo como ato de amor que num contexto de sentimentos, retrata um conjunto de obrigações e responsabilidades.

Miller (1998), através da sua etnografia as compras, verificou que as pessoas fazem compras de modo a fortalecer laços familiares e de afinidade com quem nos importamos, contudo, pode – se verificar que existe uma correlação entre esta conclusão teórica com a prática no grupo do Fogueteiro cuja, compra e partilha da droga, é feita com base na importância que cada membro dá, na continuidade da comunidade e na sustentação do vício. Tal como comprar é uma forma de criar e manter relações, o consumo não foge à regra quando a partilha da droga fortalece a amizade e o espírito de camaradagem no meio de todos os membros criando uma ideia, de identidade coletiva e de pertença ao grupo.

No entanto existe também o lado negativo quando falamos de consumo da droga em torno dos jovens e nomeadamente os seus efeitos relacionados com a criminalidade, abandono escolar e a violência, “o uso de drogas na adolescência também está relacionada com os comportamentos de risco como a violência, a indelicadeza, suicídio, sexo sem proteção e outros comportamentos antissociais ” (Ali.et.al,2011).

O facto de se comprar a droga e não partilhar com o próximo, buscar a droga e não efetuar o devido pagamento, podem ser motivos de desavença e de desconstrução de relações sociais entre ambos provocando confrontos físicos levando a situações extremas como a morte. Porém, o consumo da droga pode aliviar as tensões que possam existir entre os membros do grupo como Miller (1998), determinou o facto de se ir as compras, ou seja, se existir atrito entre os ambos e se um deles comprar a droga e partilhar com o próximo, o efectuamento do pagamento da droga a quem comprou- se a mesma, são atos que podem significar um apelo de reconciliação entre os membros e o regresso da normalidade no seio do grupo.

Existe uma comparação entre as escolhas alimentares estão na posse do consumidor, ou seja, o que se quer consumir, comer e a preferência da pessoa são resultados do poder que as pessoas gozam sobre o consumo estando associados a questões de género, idade, cultura e categorias sociais com a droga como aborda Mintz (1985). O consumo da droga também está associado a livre escolha da pessoa. Em casos normais, ninguém é obrigado a consumir a droga, porém, quando o vício é alimentando torna-se por hábito culpabilizar os

outros indivíduos. Desta forma, índices como permanecer sempre em grupo na rua, representa o consumo como um ritual como Douglas (1979) caracteriza a narrativa do consumo.

Torna-se evidente que o consumo alberga várias dimensões, entre elas, a cultural e social que fim ao cabo correspondem a um conjunto de relações sendo elas formais ou informais representando diferentes formas de interação que ocorrem em diversos espaços sociais. Compreende-se, também, que devemos atentar para uma característica muito importante nos Homens: os seres humanos são seres sociais e a partir disso, a sociabilização de um produto é fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade e até mesmo da sociedade uma vez que ela integra os grupos sociais.

Contudo torna – se importante compreender que a interação estabelecida entre as pessoas e o sentimento de identidade existente é a forma básica de associação humana cuja necessidade de pertencer a um grupo, a uma coletividade ou até a uma comunidade é resultado do processo social que muitas das vezes afeta maior parte das pessoas, a construção de identidade. A pertença de um indivíduo a um grupo, pode por sua vez, determinar a sua maneira de ser e de estar, estando ligado a um conjunto de valores, obrigações e responsabilidades que por seu lado guiam o indivíduo dentro do grupo que está inserido. Todavia, o fortalecimento das relações sociais entre os membros do grupo, são resultados da presença do consumo como um ritual acompanhado por sistemas de troca e pelo seu poder de influência. O consumo da droga constitui-se num poder cujos significados são transmitidos ao longo dos canais da amizade e de camaradagem entre os membros do grupo através do quotidiano. O tráfico e o consumo de droga são exemplos disso porque no seio de qualquer grupo, é detida e partilhada por vários significados que são comunicados constantemente através das “missões” que cada um faz, na compra da droga e na sua partilha. O consumo permite então muitas das vezes dizer muito sobre o que somos quando falamos sobre a questão da identidade e com quem nos queremos relacionar dentro do grupo ou na comunidade.

4.3-O Sentimento de Insegurança no Bairro

Com a presença da criminalidade no bairro da Quinta da Fonte, o sentimento de insegurança também não estará ausente. O sentimento de insegurança é “uma reação emocional que pode ser caracterizada por uma sensação de perigo e de ansiedade devido a ameaças de danos existentes no meio envolvente e que de alguma forma estão associadas ao crime” (Garofalo,1981,p.840). Pois com as variadíssimas práticas criminais que são executadas, com a intervenção das forças de segurança no local e a própria fama que o bairro tem de ser problemático provocam sentimentos de medo e de prevenção obrigando as pessoas a tomarem medidas de segurança nas suas casas, mudando por exemplo as fechaduras das suas portas, estacionando os seus carros fora do bairro e evitar sair à rua. Estes todos mecanismos ajustados são respostas ao sentimento de insegurança que são provocadas pela violência urbana se assim o quisermos chamar. É assim que a “violência se constitui como um objeto de uma gestão psicológica presente principalmente naqueles que residem nos espaços urbanos” (Colman & Souza, 2009,p.38). As pessoas que adquirem os mecanismos de segurança são normalmente pessoas que vivem com o sentimento de insegurança conhecendo bem a realidade social que vivem caracterizando-se como um meio de violência. Referindo Colman & Souza (2009), o sentimento de insegurança enfraquece os laços sociais que existem ou possam existir na comunidade. Daí nascem os sentimentos de desconfiança e de medo. Não se confia no vizinho facilmente porque não se sabe se vai furtar algo ou não ao outro residente do seu bairro. Entretanto quando existe um sentimento de insegurança como salienta Colman & Souza (2009), os componentes cognitivos, emocionais e comportamentais podem agir prejudicando a qualidade de vida das pessoas tanto no nível individual quanto comunitário. A própria comunidade também sofre no seu todo com o clima de insegurança porque, as associações e os grupos que de certa forma tentam promover uma dinâmica diferente no bairro e produzir uma imagem também do mesmo, acabam por ficar enfraquecidas porque, os pais deixam de levar os filhos às instituições com medo de serem agredidos ou furtados pelo meio da rua. A partir dessas reações por parte das pessoas, nascem sentimentos como medo do crime acompanhado pelo pânico moral criando uma crise nas relações

entre as pessoas. Crawford (2007) afirma que as pessoas que vivem num determinado local onde a violência é vulgar, deixam de investir no bairro tentando se isolar da realidade social onde estão inseridas.

Conforme refere Valério (2006), o sentimento de insegurança inclui além da reação emocional, componentes cognitivos e comportamentais como já vimos anteriormente. Este sentimento acaba por limitar a vida das pessoas chegando ao ponto de muitos mudarem de casa. Outra reposta ao medo ou a insegurança é a obtenção de uma arma. Segundo Miceli et., al, (2004), as pessoas que adquirem armas, fazem-no no intuito de se sentirem mais seguros. Em situações extremistas, cria-se uma “ideologia de insegurança” que pode resultar em exclusão e isolamento social, racismo e xenofobia. Isto acontece várias vezes no bairro da Quinta da Fonte onde por razões de desconfiança, a comunidade negra não convive muito com a comunidade lusa, existindo por vezes trocas de insultos e ofensas à integridade física. Este fenómeno pode corresponder com a desorganização social como afirma McCrea et., al, (2005).

Esta desorganização social pode contribuir por um lado aumento da criminalidade no bairro, porque nota-se a ausência de processos sociais como a ajuda ao próximo, a própria reciprocidade entre vizinhos, amizade e a confiança e por outro lado, aumentará de certo modo o sentimento de insegurança. Roché (1991) define e acrescenta ainda a insegurança como a inquietação face ao crime e seus autores. As pessoas não ficam a vontade no seu próprio local de residência visto que o contexto onde estão inseridos é altamente violento e inseguro.

É assim que nasce o medo do crime. Como realça Russo et. al,(2010) o medo do crime corresponde a uma ansiedade relativa à segurança pessoal. As pessoas que se sentem inseguras, não ficam descansadas enquanto não estarem seguras fisicamente e psicologicamente. Próprio receio de ataques e as consequências que estes possam a vir ter fazem com que as pessoas devem-se prevenir e proteger aumentando o seu grau de segurança, desenvolvendo mecanismos de proteção. Para Lourenço (2010), os mecanismos de segurança que as pessoas desenvolvem, correspondem à uma fase intencional e não reativa do medo, ou seja, surge com a perceção da proximidade de um crime por conhecidos ou através dos meios de comunicação, a qual permanece mesmo

após acontecimentos de risco. Se as pessoas do bairro souberem que algum vizinho foi furtado ou assaltado no mesmo local de residência, já é motivo de se precaver de uma eventual ameaça ou ataque. Se porventura assistirem na televisão os acontecimentos de violência no seu bairro, como já aconteceu várias vezes no bairro da Quinta da Fonte, também será motivo de ter um cuidado especial em relação a sua segurança. Russo et. al, (2010) não deixam de salientar que a insegurança e o medo do crime que as pessoas têm diminuem os níveis de coesão e solidariedade social. O bairro sofrerá intervenções externas sejam elas positivas ou negativas podendo aumentar o nível do crime real, justificando consequentemente, o medo da população, o que piora a reputação do bairro. Com a reputação negativa que o bairro tem, Garland & Stokols (2002) revelam que quando o significado atribuído a um bairro muda, ou seja, passando a ser visto como perigoso pela comunidade residente ou visitante qualquer situação negativa que ocorra no bairro agrava o medo.

Em suma, percebemos então que o sentimento de insegurança que transborda nas pessoas que vivem em zonas mais tensas e violentas conduz a um conjunto de reações por parte das pessoas que visam obter um certo sentimento de segurança. Também é necessário entender que a intervenção das forças de segurança, do Poder Local e da comunicação social no bairro também contribuem para uma construção ideológica e de imagem sobre o bairro. Assim, segundo Penedo (2003) a percepção do crime enquanto ameaça social torna-nos mais recetivos ao endurecimento das políticas criminais e às soluções de controlo coercivo que se configuram em regra como soluções imediatistas e diretas no combate à criminalidade. Com a constante insegurança que se vive no bairro provocada pela criminalidade violenta e a sua violência, torna-se preocupante e emergente o Governo dar respostas à população de forma que consiga restabelecer a ordem pública, a segurança e a tranquilidade. É um processo que envolve vários mecanismos de compreensão, tais como, identificar possíveis ameaças e as suas tendências. Por exemplo, quando a autarquia de Loures começa a perceber que os jovens deixam a escola muito cedo e começam a ter várias acusações incriminadoras, passa logo a ser uma advertência para as entidades competentes como as forças de segurança e a autarquia.

O facto de muitos jovens não estarem a estudar nem estarem inscritos num centro de formação, também é um forte indício de facilmente se entregarem à vida do crime. Se uma pessoa não estiver ocupada profissionalmente, a sua tendência será de conseguir ganhar a vida facilmente. E muitas das vezes isto acontece com o tráfico de droga. Cada vez mais, os jovens associam-se à grupos e redes criminosas para obterem o seu lucro. Quem diz tráfico de droga, também pode dizer tráfico de armas visto que, nos bairros sociais maior parte dos jovens cadastrados é acusado de posse ilegal de arma.

No entanto, o governo procura sempre maneiras de “resgatar” essas pessoas através de medidas e projetos que visem a reabilitação e inserção social. É um desafio claro para as forças de segurança, combater e diminuir o sentimento de insegurança que persiste em várias pessoas no bairro. Para isto acontecer, será necessário medidas de maior controlo e patrulhamento no bairro existindo uma maior visibilidade policial.

Seguindo Fernandes e Rego (2011), Portugal é necessariamente um país com a criminalidade bastante baixa mas que no entanto, foi-se notando algum crescimento do sentimento de insegurança. Este facto despertou a atenção das autoridades e não só. As próprias populações e comunidades fizeram questão de contribuir para o combate à criminalidade. Como foi salientado anteriormente, a designada criminalidade de massa é que preocupa as comunidades devido ao seu ritmo quotidiano e dinâmico. Tendo em conta o trabalho desenvolvido até a data, o sentimento de insegurança ainda permanece no seio das nossas comunidades. Como referem e Fernandes e Rego (2011), sentimento de insegurança parte do medo do crime. Conforme vai se ouvindo as várias notícias sobre a criminalidade, as pessoas por sua vez, ficarão assustadas tentando criar mecanismos de prevenção e de segurança. É deste modo que:

“O sentimento de insegurança é um objeto fluido: porque constituído a partir de uma dispersão de acontecimentos, de atores e de contextos, portanto, difícil de delimitar empiricamente, porque faz convergir em seu torno elementos múltiplos da experiência social e da vivência psicológica dos indivíduos” (Fernandes e Rego, 2011, pp. 179).

As experiências pessoais, vivências e testemunhos das pessoas contribuem para o aumento do sentimento de insegurança. O medo do crime reflete-se na realidade social das pessoas. Caso o medo ou o sentimento de insegurança estejam presentes no quotidiano das pessoas, tornam-se em elementos estruturais. Por conseguinte, estes elementos reproduzem comportamentos de “defesa” como a prevenção de forma as pessoas estarem seguras. Tudo isto está incluindo numa realidade social na qual destacam-se hábitos e costumes já estruturados nas vidas das pessoas.

4.4- Estratégias e Hábitos de Prevenção

Os moradores do bairro Quinta da Fonte juntamente com o Poder Local, já criaram um conjunto de técnicas e estratégias para combaterem a criminalidade no seu modo grosso.

O Contrato Local (2008), o evento Bairro i Mundo (2014) foram exemplos da sensibilização e implementação de programas com o intuito de reduzir a criminalidade. A criminalidade é um facto permanente no seio da comunidade. Para tal, é necessário que cada morador se preocupe com a sua proteção embora que, a polícia já se encarrega deste setor, ou seja, a segurança da comunidade. Durante a minha estadia no terreno de investigação, deu para perceber que os moradores criaram um conjunto de formas para se prevenirem da criminalidade. O simples facto de mudar trajetórias dentro do bairro, ou seja,

evitar passar ou estar onde se encontrem grupos de pessoas delinquentes é uma forma de a pessoa preservar-se. Deste modo, a pessoa assume uma posição “invisível” no seio dos grupos ou *gangs* porque não é vista várias vezes nos seus habituais locais. Porém esta é apenas uma perspetiva do lado do morador que tenta se prevenir. Falta o lado do delinquente onde por sua vez pode identificar as pessoas que não fazem parte do seu núcleo ou ambiente. Ao identificar a probabilidade de cometer um delito à essas pessoas é maior. Portanto trata-se de um jogo de risco onde cada agente social rola um papel diferente. Podemos ainda referir outros comportamentos preventivos como não frequentar os cafés do bairro ou até mesmo colocar os filhos em escolas fora do bairro de forma a não serem desviados ou perseguidos. Se fizermos uma apreciação, vamos facilmente apontar a mudança da habitação como uma forte solução. Mas, estamos a falar de pessoas que vivem num bairro social cujas dificuldades são visíveis. Muitas delas não apresentam rendimentos suficientes e razoáveis para adquirirem novas habitações e daí, já estão habituados ao ambiente. É assim que maior parte dessas pessoas que se previnem da criminalidade, estão confinadas a este modo de vida, ou seja, à um estilo de vida porque já estão estruturados a um padrão de vida. Os seus hábitos e comportamentos acompanham o quotidiano dessas pessoas. De acordo com Sallis & Owen (1999), estilo de vida corresponde a um conjunto de ações quotidianas que reproduzem os comportamentos das pessoas. Não nos podemos esquecer ainda “os estilos de vida são produtos sistemáticos do habitus, que se tornam sistemas de sinais socialmente qualificados” (Bourdieu, 1972, p. 273). Estes comportamentos são acompanhados por valores e atitudes das pessoas. Ainda com os autores, os hábitos e os comportamentos das pessoas associam-se a forma e a qualidade de vida que as mesmas pretendem ter. Porém para Sallis & Owen (1999), o estilo de vida das pessoas pode ser alterado segundo a introdução de novos hábitos, informações e comportamentos. É necessário perceber que a vida progride. Nesta progressão vão se adaptando novas perspetivas de estar no ambiente social. Desta forma, cada indivíduo consegue alterar o seu padrão de vida incluindo ou excluindo hábitos e comportamentos. Todo conjunto de técnicas e estratégias de prevenção por parte dos cidadãos revela a vontade de haver mudanças. Essas

mesmas mudanças tornar-se-ão como hábitos e comportamentos preventivos porque, com o desejo de mudar a realidade social no qual, as pessoas vivem, a mudança estará presente todos os dias. Assim sublinhamos a ideia de que “os estilos de vida são produtos sistemáticos do habitus, que se tornam sistemas de sinais socialmente qualificados” (Bourdieu,1972,p.273). Contudo é preciso entender que esta mudança provoca uma transformação social em todos os agentes sociais incluídos. Se atendermos a principal preocupação dos pais em relação aos filhos, vamos de igual modo perceber que existe uma linha social reprodutora como já foi referido antes. Quando os pais tentam passar aos seus filhos, os seus hábitos e comportamentos preventivos, estão também a instaurar e inculcar nos seus filhos todas as vivências e experiências em relação a criminalidade. Reiterando Almeida (2005), a reprodução social constitui-se num conjunto de valores que são transmitidos por um grupo dominador à um grupo dominado. Queremos com isto explicar que do lado do grupo dominador, encontram-se os pais que segundo os seus testemunhos pessoais ou não, tentam passar pelos filhos. No entanto há filhos que nunca tiveram qualquer tipo de problema a nível da criminalidade. Mas, os pais fazem questão que os mesmos filhos protejam-se mesmo que nunca aconteceu nada. Desta forma, a “reprodução é um processo frágil, pois, ao reproduzir a ordem social capitalista, reproduz conjuntamente suas contradições que podem desenvolver-se a ponto de implicar mudança e transformação sociais” (Almeida, 2005,p. 149). Os pais reproduzem os seus comportamentos e hábitos transmitindo aos seus filhos de igual forma. Este processo provocará uma transformação social aos seus filhos porque vão adquirir novas formas de viver. Quem diz filhos, pode também referir vizinhos e amigos que possam viver em bairros sociais problemáticos.

Conclusão

Desta forma, percebemos que a segurança e a prevenção de criminalidade constituem um conjunto de comportamentos e hábitos nos quais são visualizados a sua reprodução social, especificamente no bairro social Quinta da Fonte. No entanto, o dinamismo da reprodução social é provocado pela presença da criminalidade, sendo ela violenta, organizada e de massa principalmente. Destaca-se mais a criminalidade de massa por desencadear mais estratégias e técnicas de tempo reduzido e curto. As diferenças entre a criminalidade organizada e a criminalidade de massa são caracterizadas principalmente pelo objetivo e benefício do ato. A criminalidade organizada é caracterizada por um tipo de criminalidade mais elaborada e violenta tendo em conta que maior parte das vezes, o intuito passa pela obtenção de um maior lucro. Desta maneira, necessita de planos de maior alargamento e mais detalhados cujos podem demorar um tempo significativo, para uma maior preparação e finalização. Ainda com isto, a criminalidade organizada apresenta um maior conjunto de características e tipologias de organizações, ou seja, por norma são grupos altamente estratificados e organizados. Muitas das vezes subdividem-se por células e pequenos grupos para aumentarem o seu raio de atuação. No entanto, envolve mais mecanismos de ação como os recursos tecnológicos que cada vez mais estão sofisticados, dificultando a tarefa das forças de segurança. Contudo, a própria execução tem em conta o seu objetivo. Objetivo este que passa pela obtenção de lucro de grande dimensão, operando em vários contextos. Como foi abordado anteriormente, a criminalidade violenta é executada por grupos. Estes grupos criminosos por vezes, se associam para realização de negócios específicos de maior operacionalidade, atravessando fronteiras. Esta associação acaba por se resumir nas consequências da globalização, assumindo uma visão mais transnacional. É assim que, as organizações criminosas formam alianças entre si, fomentando uma rede secundária de outras organizações criminosas de apoio e divisão de tarefas. Todavia, a criminalidade organizada embora sendo preocupação para as forças de segurança, não está propriamente presente no quotidiano das pessoas. O

que mais preocupa como tivemos oportunidade de ver ao longo do trabalho, é a criminalidade de massa, ou conhecida por criminalidade quotidiana.

A criminalidade de massa é caracterizada por ser um tipo de criminalidade mais simples e quotidiano devido o seu objetivo. O seu objetivo transmitisse pela rapidez e preocupação de obter algo. A obtenção pode ser ela vista como a satisfação de um desejo como a droga, no caso das pessoas que furtam objetos valiosos e monetários no quotidiano.

A criminalidade de massa é constante e atua em várias circunstâncias devido as alterações e modificações que o próprio dia-a-dia provoca nas pessoas. A criminalidade de massa tem vindo a assumir características mais violentas e graves visto que, a ideia e a vontade de lucrar cada vez mais, conduz a elaboração de novas estratégias de furto e de roubo.

Ora é assim que, podemos concluir que o sentimento de insegurança pode ser medido por várias vertentes ou fatores. Pode ser medido pelo nível de criminalidade que poderá estar instalado no bairro tal como acontece no bairro Quinta da Fonte. O bairro é de tal forma, considerado como problemático e visto composto por antecedentes criminais. Sendo assim a criminalidade é uma atividade que apesar de ser ilícita, suporta um conjunto de atos e comportamentos que são censuráveis aos olhos da justiça. A criminalidade se traduz em números que muitas das vezes só temos acesso segundo a imprensa nacional ou pelas ocorrências que as forças de segurança. A envolvimento dos jovens na criminalidade poderá ser fruto da exclusão social ou até mesmo da pobreza quando servem de pretexto para as ações ou práticas criminais dos indivíduos. Neste campo, a delinquência juvenil ganha maior terreno consumindo os jovens e incitando os mesmos a cometerem práticas ilícitas. O seu combate poderá ser feito pelas forças de segurança percebendo de forma profunda a realidade social de cada contexto de violência e de criminalidade.

O próprio sentimento de insegurança que revela um conjunto de preocupações e medidas de prevenção face à possíveis ameaças ou ataques provoca um conjunto de medidas e de precaução de forma a se garantir a segurança. Estes conjuntos ou medidas de prevenção sentem-se com as reações das pessoas. Os comportamentos e hábitos mostram que existe de facto um sentimento de insegurança no qual deve ser combatido. O reforço de mecanismos de

segurança como o gradeamento nas janelas no caso de as pessoas viverem nos pisos mais inferiores dos prédios do bairro, colocar fechaduras mais resistentes nas portas para se sentirem mais seguras, são comportamentos que demonstram a preocupação das pessoas em estarem prevenidas e protegidas. Essas ações acabam por certa forma, desequilibrar as ações sociais entre as pessoas no bairro, aumentando mais o clima de insegurança e de desconfiança. As pessoas acabam por se desconfiarem umas das outras. Esta desconfiança aumenta ainda o medo do crime. Apesar disso, a própria desconfiança acaba por se alastrar à vizinhança. Este processo torna-se num hábito que acaba por se produzir na comunidade.

Voltando a focar a delinquência juvenil, este conceito também representa um fator de insegurança no bairro Quinta da Fonte, visto que é uma atividade que cada vez mais absorve mais jovens no local. É uma atividade em que o Governo tem dado uma especial atenção porque, o seu crescimento tem conduzido também à um forte crescimento de tráfico e de consumo de droga no seio dos jovens. A veracidade é suportada por Fraga (2008) que acabou por reforçar que a insegurança transpõe-se mais frequentemente por um desconforto no qual o indivíduo está constantemente num estado de nervosismos e de agonia. Seguindo ainda o autor, por vezes o individuo pode não ter fundamento mas, devido a preocupação e a inquietude, prefere sempre colocar-se em vigilância e em modo de prevenção. Pois então, é preciso combater todo tipo de sentimento de insegurança, uma vez que este sentimento acaba por ser prejudicial para a Segurança Interna do país. O sentimento de insegurança acaba por se alastrar visto que as pessoas deslocam-se e seguem as notícias. O sentimento de insegurança de um determinado bairro, pode se alastrar por uma freguesia ou até um concelho.

É assim, que o Governo procura combater a criminalidade e a sua atuação. Aborda-se então práticas criminais à todo tipo de comportamento que tenha como início, o crime ou a sua incitação. Todo o conjunto de comportamentos que envolvam práticas criminais é punível pelo Código Penal Português a partir do artº.295 até ao artº.299. Entretanto, a criminalidade poderá ter origem a comportamentos e hábitos repudiáveis pela sociedade no seu modo abstrato. Estes comportamentos podem ser considerados como incivildades

também podem criar um comportamento antissocial pois são puníveis e reprováveis pela sociedade. Estes comportamentos antissociais criam uma certa segregação social criando a ideia de exclusão social. Temos como exemplos o simples barulho ou ruído na via pública, a acumulação de lixo na via pública, a degradação e vandalização que muito ocorrem nos bairros problemáticos. Até mesmo a alcoolização são comportamentos antissociais, que não assumem necessariamente a forma de infrações penais, mas constituem-se como hábitos e intuits para a criação de atos delitos que acabam por se transformarem em crimes.

Ora, existe uma relação entre a delinquência juvenil e as incivildades. Tavares (2016) considera a delinquência juvenil como um conjunto de atos ou comportamentos antissociais que abrange em maior parte cometidos por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos, sendo eles considerando-se como um grupo vulnerável. Contudo, a delinquência juvenil é responsabilizada e punível de acordo com a lei como referem os artigos 73º e 74º.

Segundo o RASI (2018), o conceito de criminalidade em grupo ou até mesmo associação criminosa traduz a ocorrência de um facto criminoso praticado por três ou mais suspeitos, independentemente do tipo de crime, das especificidades que possam existir no grupo, ou do nível de participação de cada interveniente. Contudo em Portugal, a delinquência juvenil tem vindo a decrescer tendo em conta os esforços das forças de segurança observada desde 2015 com menos 142 registos (RASI, 2018). O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um infrator.

Para Afonso (2019), a violência, está presente em certos meios nomeadamente escolas e estádios de futebol que nada mais e nada menos junta-se aos mais tipos incriminadores tais como ofensas à integridade física, participação em rixa e ameaças.

Espaços como escolas e estádios de futebol são locais onde por sua vez, o tráfico de droga acaba por ser sempre uma atividade tentadora, porque poderão por momentos pensar em deixar os seus afazeres de forma a ganharem dinheiro mais rápido. Assim, o tráfico de droga acaba por estar associada a violência. A

violência é assim também um fator de risco e fator que provoca um sentimento de insegurança no bairro. Maior parte das pessoas não ficam descansadas ao saberem da circulação da droga no bairro, nas escolas ou até em outros espaços que envolvam convívios. A própria escola fica mais atenta ao comportamento dos alunos. Isto tudo traduz-se numa maior envolvimento das forças de segurança. Assim que Garofalo (1981) defende que o sentimento de insegurança poderá se manifestar de forma emocional que pode ser caracterizada pelo sentimento de perigo e de ansiedade. É assim que nasce o medo do crime. Como realça Russo et. al,(2010) o medo do crime corresponde a uma ansiedade relativa à segurança pessoal. O medo do crime reflete-se na realidade social das pessoas. Caso o medo ou o sentimento de insegurança estejam presentes no quotidiano das pessoas, tornam-se em elementos estruturais. Por conseguinte, estes elementos reproduzem comportamentos de “defesa” como a prevenção de forma as pessoas estarem seguras. Tudo isto está incluindo numa realidade social na qual destacam-se hábitos e costumes já estruturados nas vidas das pessoas. A realidade social reproduz padrões e estruturas provocadas pelas pessoas. A forma de agir e de pensar leva-nos a reproduzir comportamentos que constroem uma realidade social descritível. A prevenção é um exemplo vivo. A realidade vivida obriga as pessoas estarem sempre preparadas. Quando falamos de campo social, automaticamente descreve-se como um espaço onde por sua vez existe um certo jogo de poder e de disputa entre duas forças. Aprofundando ainda mais, poderemos dizer que há sempre um grupo que tenta se superiorizar sobre o outro. Um grupo que tenta dominar o outro. O jogo de poder e de disputa muitas vezes pode estar relacionado também o espaço físico. O grupo que tenta dominar e controlar os restantes, pode simplesmente fazê-lo ocupando espaços e áreas importantes, onde tem um grande fluxo de pessoas. Isto é uma característica que se nota muito nos bairros sociais. Os tais grupos considerados como delinquentes tentam sempre ocupar grande parte da rua onde possam ser vistos. Por sua vez, isso corresponde a tentativa de mostrar o seu “poder” e o seu domínio sobre os outros

Para Lima (2010), tanto o campo social como o habitus são o suporte da reprodução da dinâmica do espaço social. Bourdieu (2002) mostrou que o

habitus não somente ligado às práticas corporais mas que também pode estar associado ao sistema emotivo do Homem. De acordo com o autor, podemos considerar o habitus como um conjunto de desejos e vontades estruturados socialmente. É assim que o habitus também pode ser um conjunto de histórias e experiências que ficam gravadas no interior das pessoas. Todas estas experiências acabam por se traduzirem em ações e comportamentos como refere Lima (2010).

Costa e Melo (1999) consideram a prevenção como um ato ou efeito de prevenir, significando a ideia de existir um aviso prévio no qual deve estar em causa a precaução e a antecipação. A prevenção não pode estar apenas associada as forças de seguranças mas também a comunidade. Para Poiares (2016), a prevenção apresenta-nos duas perspetivas. De um lado a prevenção criminal no qual o individuo previne-se diretamente da criminalidade criando estratégias e hábitos de prevenção. Por outro lado a prevenção social onde por sua vez representa os comportamentos das pessoas na sociedade como por exemplo o sentimento de insegurança. Primeiro identifica-se, analisa-se e age-se. Não se pode esperar que algo de mal aconteça primeiro para depois, agirmos. No que toca ao nosso território nacional, a prevenção é exibida na LPC, tendo em conta, o biénio de 2017-2019. Assumindo a lei nº96/2017, de 23 de Agosto, foram definidos vários objetivos que visam orientar a política criminal. Os hábitos e os comportamentos das pessoas associam-se a forma e a qualidade de vida que as mesmas pretendem ter. Porém para Sallis & Owen (1999), o estilo de vida das pessoas pode ser alterado segundo a introdução de novos hábitos, informações e comportamentos. É necessário perceber que a vida progride. O facto de as pessoas terem medo do crime, faz com que tentem se proteger e prevenir. O crime é uma atividade que suscita medo e causa terror muitas da vezes nas pessoas, tanto diretamente como indiretamente. É necessário também perceber que a comunicação social contribui imenso no que toca, a construção do medo e da sua negatividade. Quando é mostrado nos telejornais temas relacionados com o crime, imagens que ferem suscetibilidades, podem desencadear um conjunto de sensações e de receio nas pessoas.

Todavia, com a presença de meios de controlo e de vigilância, a motivação do criminoso diminuirá. Assim, percebemos que estes meios ajudam

as forças de segurança e a comunidade a identificar problemas, analisá-los, desenvolver respostas e avaliar os resultados. A teoria das atividades rotineiras tentam identificar e perceber quais são os elementos essenciais para ocorrer um crime. Para Clarke & Felson (1998), para a ocorrência de um crime é necessário existir a convergência de tempo e espaço em, pelo menos, três elementos como um criminoso que pratica o crime e agride os direitos das outras pessoas, um alvo adequado em que podemos considerar como algo que esteja em sua posse e que represente uma oportunidade.

A teoria do Padrão Criminal está geralmente associado aos problemas policiais. Para a Polícia, é necessário responder a um conjunto de questões que fazem parte do quotidiano. A teoria da oportunidade defende que oportunidade pode ser considerada uma das principais causas do crime. Para Clarke & Felson (1998) ressaltam que o comportamento individual é o resultado da interação entre o indivíduo e o ambiente. Todos os pormenores são importantes para a tomada de decisão. É então pertinente tanto para a polícia como para a comunidade perceber quais são as tendências criminais. Esta compreensão coadjuva às autoridades policiais e as comunidades a combaterem o crime. De facto é inverosímil abordar questões como a Prevenção e Segurança sem a Polícia. No entanto a presença policial também pode reforçar por um lado o sentimento de segurança e por outro lado, um sentimento de insegurança. É desta forma que a Constituição da República de 1976 identifica a polícia como: A proximidade referida tenta colocar o cidadão como um agente de segurança. O saber identificar práticas criminais e depois comunicar à polícia, faz com que seja mais eficaz o combate à criminalidade.

Em suma, é importante perceber que tanto o conceito de comunidade e de proximidade são importantes para o trabalho de prevenção na temática da criminalidade. As relações de acompanhamento e de confiança apenas serão consolidadas com o reinvestimento de medidas e políticas de proximidade. A entreaajuda da polícia e da comunidade provocará uma melhor intervenção por parte da polícia. Com isto, os direitos dos moradores serão assegurados tendo em conta a tranquilidade e ordem pública. Podemos ainda considerar que a presença da polícia na comunidade pode significar também um hábito, ou então, algo já rotinado.

Todo tipo de policiamento faz parte de um modelo. Um modelo de policiamento tenta responder às exigências segundo a realidade estabelecida. Os modelos permitem interpretar cada realidade social de forma profunda e mais atenta, para depois analisá-la e agir em conformidade.

Policiamento de proximidade é na verdade um modelo composto por uma política que assenta na imagem do agente policial como elemento imprescindível na sociedade mas que não é a única salvaguarda para a segurança. O próprio cidadão passa a ter um forte papel no que toca a prevenção e segurança Gomes (2001).

Assim que desenvolve-se o POI que acaba por ser um tipo de policiamento de proximidade e de confiança entre as forças de segurança e as comunidades.

Em suma, a criminalidade é um problema de especial atenção das autoridades policiais. No entanto, a comunidade não poderá ficar de fora uma vez que pode ser considerada como um forte parceiro no que toca ao combate à mesma.

A Câmara Municipal de Loures conseguiu delinear medidas e projetos municipais que permitiram de facto a integração social das pessoas. Por exemplo, a Orquestra Geração que teve um grande êxito na Área Metropolitana de Lisboa, no Bairro da Quinta da Fonte fez com que os jovens tivessem um olhar diferente sobre a realidade social. Fez com que maior parte dos jovens deixassem a criminalidade. Porém, outros por ventura não chegaram de entrar na vida do crime. Assim sendo, a criminalidade provoca um conjunto de comportamentos e hábitos que vão se interiorizando nas pessoas. Muitas das vezes, os próprios agentes como a comunidade, as autoridades municipais como as forças de segurança não se apercebem desta processo que se desenvolve numa certa realidade social. Contudo, será que o local de residência será relevante para o nosso sentimento de insegurança? A própria reprodução social dos mecanismos de defesa e de contra a criminalidade serão elas fatores do sentimento de insegurança? Estas são questões que merecem de facto serem respondidas tendo em conta as alterações que se sentem num mundo cheio de significados.

Referências Bibliográficas

Ali, M.M , Amialchuck. A, Dwyer. D.S (2011). *The Social Contagion Effect of Marijuana Use among Adolescents*. PLoS ONE 6(1), 1-6.

Almeida, L. R.S. (2005). Pierre Bourdieu: *A transformação social no contexto de “A Reprodução”*. *Inter-Ação: Revista Faculdade de Educação UFG*, 30 (1): 139-155, jan-jun.

Afonso, J. (2019). *Teoria da Investigação Criminal (Alguns conceitos e breves apontamentos sobre a história da investigação criminal em Portugal)*. Lisboa: Edição Policopiada. ISCPSI.

António, M. (2003). *Necessidade e efeitos da Proximidade Policial*, Lisboa: ISCPSI. (Tese de Licenciatura).

Becker, H. (1996). “*Conferência: A Escola de Chicago*”. *MANA* 2 (2):177-188. Brasil: Tradução de Vera Pereira.

Becker, H. (1963). *Estudos de Sociologia do desvio*. Coleção Antropologia Social. Tradução em língua portuguesa em 2009 por Maria Luzia X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, Lda.

Basit, N. (2003). *Manual or electronic? The role of coding in qualitative data analysis*, *Educational Research*, 45, 2, p.143-154.

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo. Edição revista e atualizada*. Lisboa: Edições 70, Lda. ISBN 978-972-44-1506-2.

Bourdieu, P. (1997). *Pascalian Meditations*. Cambridge: Polity Press.

Bordieu, P. (2001). *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bordieu, P. (2002). *Entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Bolle, P.H. (1998). *A Polícia de proximidade: Noção, Instituição, Acção*. In Revista Portuguesa de Ciência Criminal. Coimbra: Coimbra Editora.

Bordieu, P. (1996). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Crawford, A. (2007). *Perceptions of Crime and Insecurity: Urban Policies in an Era of Hyperactivity and Ambiguity*. (Report of the First General Conference).

Carvalho, R. (2007). *Repensando a dominação social ou teria Bourdieu algo a dizer a o Marxismo?* Revista Eletrônica de Ciências Sociais, (N1).

Carvalho,P.(2018). *Leituras cruzadas sobre Angola e Brasil. Identidade, memórias, direitos e valores*. Brasil: Paco Editorial. ISBN 978-85-462-1475-4.

Clarke, R.V.G & Cornish, D.B. (1986). *The Reasoning Criminal: Rational Choice Perspectives on Offending*.

Crawford, A. (2007). *Perceptions of Crime and Insecurity: Urban Policies in an Era of Hyperactivity and Ambiguity*. (Report of the First General Conference).

Clarke, R.V.& Felson, M. (1998). *Opportunity Makes the Thief. Pratical theory for crime prevention*. Police Research Series Paper 98. London: RDS.

Clemente, P.(2000). *A Polícia em Portugal: da dimensão política contemporânea da segurança pública*. Vol. I. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. Lisboa: Artmed.

Cotta, F. A. (2005). *A crise da modernidade e a insegurança social*. Mneme – Revista de Humanidades, 7 (14), 1-12.

Cólman, L.C.T. (2009). *Violência, sentimento de insegurança e incivilidade*. Revista Senso Comum, 1, 38-46.

Costa, J., Melo, A. (1999). *Dicionário Editora da Língua Portuguesa*. 8ª Edição, revista e atualizada. Porto: Porto Editora.

Cusson, M. (2007). *Criminologia. Coleção comportamentos*. 2ª Edição. Lisboa: Casadasletras, Cruz Quebrada. ISBN 978-972-46-1620-9.

Da Silva, G. (2010). *Direito Penal Português I. Introdução e Teoria da Lei Penal*. 3ª Edição, Lisboa: Edições Verbo.

Da Silva, G. (2015). *Direito Penal Português. Teoria do Crime*. 2ª Edição, Lisboa: Universidade Católica de Lisboa. ISBN 9789725404584.

Dias, J.D.F & Andrade, M.C.(1984). *Criminologia- O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra, 1ªed Coimbra Ed.

Dias, J., Andrade, M. (1992), Criminologia. *O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, Coimbra: Coimbra Editora Limitada.

Dantas, G.F.L., Persijn, A & Silva Junior, A.P. (2006). *O Medo do Crime. Tribuna livre*. Federação Nacional dos Policiais Federais.

Denzin, N. (1970). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New Brunswick: A Division of Transaction Publishers.

Denzin, N. & Lincoln, Y. (2000). *Handbook of Qualitative Research* 2^o edition. London: SAGE Publications

Dirk, R. C., Pinto, A. S. & Azevedo, A. L. V. (2004). *Avaliando o Sentimento de Insegurança nos Bairros da Cidade do Rio de Janeiro*. Comunicação apresentada no XXVIII Encontro Anual ANPOCS.

Douglas, M., & Isherwood, B. (1979). *The World of Goods. Towards an Anthropology of Consumption*. New York : Basic Books.

Elias, Luís. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna. Desafios e Prospetiva*. Lisboa: ISCPSI.

Esteves, A. (1999). *A criminalidade na cidade de Lisboa. Uma geografia de insegurança*. Edições Colibri: Lisboa.

Ferreira, C. (2000). *A globalização dos novos Modelos de Policiamento*. Lisboa: ISCPSI. (Tese de licenciatura).

Felgueiras, S. (2016). *Geração à Rasca*. Portugal, Lisboa: Chiado Editora.

Felgueiras, S. (2016). *Ação Policial face à Ação Coletiva. Teorias para uma Estratégia de Policiamento de Multidões*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Fernandes, L. (1998). *O Sítio das Drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.

Felizardo, T.A. S. (2012) – Policiamento e prevenção da criminalidade em bairros problemáticos. Relatório Científico final do trabalho de Investigação aplicada. Academia Militar.

Fraga, L. A. D. (2000). *Reflexões sobre o Mundo atual. Problemas sociais contemporâneos*: Campo das letras.

Garland, C. A. & Stokols, D. (2002). *The Effect of Neighborhood Reputation on Fear of Crime and Inner-City Investment. Residential Environments: Choice, Dissatisfaction and Behavior*, 205-240.

Garofalo, J. (1981). *The Fear of crime: causes and consequences*. The Journal of Criminal Law and Criminology, 72 (2), 839-857.

Guiddens, A. (2009). *Sociologia, Crime e Desvio*, Lisboa: 7ª Edição. Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 239-240.

Goldstein, H. (1990). *Problem Oriented Policing*. USA: University of Wisconsin – Madison.

Gomes, P. (2005). *A prevenção situacional na moderna Criminologia*. Volume comemorativo dos 20 anos. Lições inaugurais. Germano Marques da Silva e Manuel Guedes Valente, (Coord). Portugal, Coimbra: Edições Almedina, SA.

Katane, D. (2002) – *Quartiers Sensibles ici et tailleurs*. Les cahiers de la securite, n.º 42, p. 87.

Lourenço e Lisboa, M. (1998). *Representações da violência*. Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, nº 2/91. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, Ministério da Justiça.

Lourenço, N. (2010). *Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana?* Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Nacional.

Lima, L.C. (2010). *FANTOCHES DE SI MESMOS: A DINÂMICA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA EMPRESA PAB À LUZ DA TEORIA DE PIERRE BOURDIEU*. Escola Brasileira de Administração Pública.

Leitão, J. (1999^a). *Causas da Proximidade Policial I*. In Polícia Portuguesa, n119. Lisboa: Direcção Nacional da PSP.

Leitão, J. (1999^b). *Causas da Proximidade Policial II*. In Polícia Portuguesa, nº 120. Lisboa: Direcção Nacional da PSP.

Letria, P; & Malheiros, J. (1999). *A descoberta dos novos descobridores*. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Mauss, M.(2015). *Ensaio sobre a Dádiva*.Lisboa: Edições 70, LDA.

Miller, D.(1998). *The Dialectics of Shooping*. Chicago : University of Chicago Press.

Miceli, R., Roccato, M., & Rosato, R. (2004). *Fear of crime in Italy: spread and determinants*. *Environment and Behavior*, 36 (6), 776-789.

Moura, D. (2003). *Riscos e Delinquências Juvenis em Contextos de Realojamento Identidades, Imagens e Expectativas dos Jovens*. *Cidades-Comunidades e Territórios*, 7, 19-36.

Moreira, C. D. (2010). *Teoria e práticas de investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Mintz, S. W.(1985). *Sweetness and Power. The place of Sugar in Modern History*.New York : Penguin Books.

McCrea, R., Shyy, T. K., Western, J., & Stimson, R. J. (2005). *Fear of crime in brisbane individual, social and neighbourhood factors in perspective*. Journal of Sociology 41 (1), 7-27.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis. Trajetórias, Intervenções e Prevenção*. Editorial Notícias. 1ª Edição. Lisboa: Coleção Comportamentos; ISBN 972-46-1208-2.

Otones, C.C. & Lowrey, M.T. (2004). *Contemporary Consumption Rituals: A Research Anthology*. Mahwah, New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Palma, M. (2018). *Direito Penal. Conceito material de crime, princípios e fundamentos. Teoria da lei penal: interpretação, aplicação no tempo, no espaço e quanto às pessoas*. 3ª Edição (AAFDL). Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais; Faculdade de Direito de Lisboa, Universidade de Lisboa. ISBN 978-972-629-233-3.

Penedo, C. (2003). *O Crime nos media- o que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*. Lisboa: Livros Horizonte.

Poiares, N. (2016). *A letra e os espíritos da lei. A violência doméstica em Portugal*. 1ª Edição. Lisboa: Nuno Poiares e Chiado Editora. ISBN 978-989-51-6136-2

Ractcliffe, J. (2003). *Intelligence Led-Policing. In Trends & Issues in Crime and Criminal Justice*. Canberra: Australian Institute of Criminology.

Russo, S., Roccato, M., & Vieno, A. (2010). *Predicting Perceived Risk of Crime: a Multilevel Study*. American Journal of Community Psychology.

Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Gênese, Fundamentos e Problemas*. 1ª Edição, Lisboa: Editora Sílabo (pp. 11 -12).

Silva, G. D. M. (2010). *Direito Penal Português I – Parte Geral: Introdução e Teoria da Lei Penal*. 3.ª Edição. Lisboa: Verbo.

Tilley, N. (2005). *Problem-Oriented Policing and Crime Prevention*. London: Wilian Publishing.

Trojanowicz, R. (1998). *Community Policing: a contemporary perspective*. 2ª ed. Cincinnati: Anderson publishing co.

Valério, M. A. F. M. (2006). *O sentimento de insegurança: variáveis e enquadramento teórico*.

Wacquant. Loiq J. D.(2003).*Body and Soul: Notebooks of an Apprentice Boxer*. New York: Oxford University Press.

Webgrafia

Jornal Público. (2017). Os dias em que a Quinta da Fonte parecia um filme do faroeste.

Consultado em: <https://www.publico.pt/2017/08/09/sociedade/noticia/o-verao-em-que-os-animos-aqueceram-na-quinta-da-fonte-1781722>.

Última consulta: Dezembro de 2020

Diário de Notícias. (2007). Quinta da Fonte é bairro explosivo.

Consultado em:

<https://www.dn.pt/arquivo/2007/quinta-da-fonte-e-bairro-explosivo-654594.html>

Ultima consulta: Dezembro de 2020

Diário de Notícias. (2016). Governo reativa programas de segurança nos bairros.

Consultado em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/governo-reativa-programas-de-seguranca-nos-bairros-5103628.html>.

Última consulta: Dezembro de 2020

TVI24 (2008). Construção massiva potencia a criminalidade em bairros sociais.

Consultado em:

<https://tvi24.iol.pt/sociedade/quinta-do-mocho/construcao-massiva-potencia-criminalidade-em-bairros-sociais>

Última consulta: Dezembro de 2020

Jugular (2008). A propósito de direitos e deveres e mais umas coisinhas, sai entalado.

Consultado em :

<https://jugular.blogs.sapo.pt/2008/04/09/>

Última consulta: Dezembro de 2020

Documentos Oficiais

Código Penal, (2017). Códigos Universitários. 7ª Edição. Coimbra: Edições Almedina.

CRP, Constituição da República Portuguesa. Códigos Universitários. 7ª Edição. Coimbra: Edições Almedina

RASI. (2017). Relatório Anual de Segurança Interna. Lisboa: Sistema de Segurança Interna do Ministério da Administração Interna. Março 2018.

RASI. (2018). Relatório Anual de Segurança Interna. Lisboa: Sistema de Segurança Interna do Ministério da Administração Interna. Março 2019.

Lei De Política Criminal- Biénio de 2017-2019.

Lei de Segurança Interna.

European Committee on crime Problems. Criminological Research Conference,22. Strabourg, 24 a 26 de Novembro de 2003. Crime, fear of crime and the operation of crime control in the light of victim surveys and other empirical studies.

Anexos

Anexo 1

Guião de Entrevista

Tópico 1- Segurança

- 1.Sente-se em segurança ao viver no Bairro Quinta da Fonte
- 2.Acha que as condições habitacionais relacionam-se com a segurança.
- 3.Quais são os riscos que correm no Bairro.
- 4.Quais são os fatores/ elementos que proporcionam o sentimento de insegurança.

Tópico 2- Criminalidade

- 1.De que forma a criminalidade afeta as vossas vidas.
- 2.O bairro já foi alvo de enfoque criminal nos meios de comunicação social.
- 3.Quais são os tipos de criminalidade que mais ocorrem no Bairro.
- 4.Quais são os fatores que impulsionam a criminalidade.

Tópico 3- Patrulhamento

- 1.De que modo a polícia patrulha o bairro.
- 2.Considera o patrulhamento da polícia suficiente face à criminalidade.
- 3.Considera a intervenção da polícia eficiente no bairro.
- 4.Qual é a reação da polícia face ao crime no bairro. Rápida. Lenta.

Tópico 4- Rotinas/ Quotidiano

- 1.Como é que é o sue itinerário.
- 2.Seus filhos frequentam a escola do bairro.

3. Porquê frequentam outras escolas, fora das imediações do bairro.
4. Tem medo que os seus filhos desviem-se de certa forma do padrão correto, que sejam influenciados por más companhias.
5. Vocês consideram importante estudar fora do bairro. Porquê?

Tópico 5- Prevenção

1. De que maneira se previne da criminalidade e da insegurança no bairro?

Estratégias.

2. Acha que o tipo de prevenção que faz é necessária e importante?
3. Já pensou em mudar de casa?

Tópico 6- Soluções/ Opiniões

1. De que maneira podem as autoridades combater a criminalidade.
2. Como é que se pode multiplicar as técnicas e estratégias de prevenção no seio da comunidade.
3. Acha que com a introdução de câmaras de videovigilância, o Bairro poderá ficar mais seguro.
4. A construção de uma esquadra perto do bairro, poderá atenuar o risco e a criminalidade? De que forma?

Anexo 2

Grelha de Observação

Aspetos físicos

- Janelas com gradeamento
- Janelas com duplos vidros
- Portas Blindadas
- Portas com grades

- Sistema de alarmes

Rotina dos entrevistados

- Itinerário
- Frequência em cafés, espaços públicos do bairro
- Convívio com o resto da comunidade

Anexo 3

Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº1

Local: Quinta da Fonte

Data: 03-02-2020

Duração: 1h (15h-16)

É neste dia de segunda-feira em que se dá a primeira entrevista ao primeiro entrevistado. Entrevista esta em que se sucederam várias conversas mas nunca esquecendo, o objetivo da mesma. A entrevistada foi a Sra. Manuela Santos de 53 anos que vive no bairro há bastante tempo. Seguindo o guião da entrevista, a Sra. Manuela começou por dizer que não se sente segura ao viver no bairro. Segundo ela, a criminalidade no bairro é intensa significando a constante reprodução de situações de criminalidade. É um bairro no qual se encontra vários problemas ao nível de condições habitacionais. Quer isto dizer que existem situações onde por sua vez, as pessoas passam frio, problemas de humidade que são provocados pela fuga de água ou então de canos arrebentados. Nestes tipos de situações, muitas das pessoas são obrigadas a solucionarem os seus problemas. Para a Sra. Manuela, isto contribui para a entrada da geração mais nova ao crime porque sentem-se revoltados. Ainda seguindo o guião de entrevista e precisamente o tópico 1, a Sra. Manuela considera que os riscos que se correm no bairro passam pelo assalto à mão

armada, violação e de discriminação social. Contudo, juntam-se à estes riscos os fatores que proporcionam o sentimento de insegurança tais como a criminalidade no seu grosso modo e a delinquência juvenil.

Entrando no segundo tópico do guião, Sra. Manuela considerou que existe o receio de se estar na rua para se fazer compras ou mesmo estar no café porque não é seguro. Há qualquer momento as pessoas serem assaltadas ou serem vítimas de um problema qualquer. Então é preferível ficar-se em casa. Isto deve-se ao facto do bairro ter um historial mau no que toca à criminalidade. O bairro já é enfoque das autoridades policiais desde 2008. Por conseguinte o tipo de crime mais vulgar no bairro é a criminalidade de massa, ou seja, a que ocorre todos os dias. A Sra. Manuela considera ainda que o impulsionamento da criminalidade deve-se a pobreza onde as pessoas julgam-se ser discriminadas por terem poucos pertences e viverem num bairro social e posto isto, serem colocadas à parte na sociedade. Outro fator reflete-se na baixa escolaridade onde os jovens deixam a escola muito cedo e acabam por se dedicar à vida do crime.

Ora, no meio de tanta conversa e algumas pausas, retomamos a entrevista entrando no tópico que diz respeito à atuação e intervenção da polícia no bairro. A entrevistada disse-me que a polícia tem intervindo de forma regular e muito mais eficaz comparando-se aos anos anteriores. Existe de facto uma maior proximidade com a população combatendo e evitando potenciais crimes. Dando-se esta prática, para a entrevistada, verifica-se a redução da criminalidade embora que ainda haja aspetos a melhorarem como abertura dos cafés até altas horas e o barulho que dali vem. Mas a atuação da polícia tem sido boa e rápida.

No penúltimo tópico falámos sobre a sua rotina quotidiana não esquecendo da família. Tanto ela como os seus filhos e marido começam o dia à irem para os trabalhos e as escolas evitando estarem muito tempo no bairro. Quando querem passear, fazem-no fora do bairro. No entanto Sra. Manuela não teve medo em colocar os seus filhos na escola do bairro mesmo sabendo que corriam vários riscos de desvio ou de delinquência juvenil. Para ela, eles sempre foram responsáveis e nunca fugiram dos objetivos mesmo sabendo que a realidade do bairro é má e negativa. Devido ao facto de ela ter os filhos a

estudarem na escola do bairro, saltámos as outras questões concernentes ao tópico.

No último tópico tratamos então do conceito prevenção e da sua importância. Neste sentido ela e a sua família previnem-se com gradeamento nas janelas e tendo as suas portas sempre trancadas. Consideram que tudo o que conquistaram é importante para as suas vidas e não pode ser perdido por erros de negligência. Por fim Sra. Manuela não pretende mudar de casa uma vez que já se habitou ao bairro.

Anexo 4

Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº2

Local: Bairro Quinta da Fonte

Data: 04.02.2020

Duração: 1h (17h-18h)

Desta vez, o entrevistado foi o Joaquim Silva de 27 anos exercendo a profissão de técnico auxiliar de saúde. Para ele, o bairro é bastante acolhedor uma vez que ele vive no mesmo bairro social desde de pequeno e nunca teve qualquer tipo de problema. No entanto ele realça as debilidades no que toca as condições habitacionais mas não devem ser relacionadas com a criminalidade. Pois para ele, o crime é uma escolha e cabe à cada um escolher se entra ou foge. O Joaquim disse ainda que corre vários tipos de risco porque a criminalidade existe mas que nunca teve nenhum problema. Entretanto considera ainda que fatores como exclusão social, racismo e o preconceito proporcionam o sentimento de insegurança porque as pessoas que vivem dentro do bairro sentem-se “à parte” da sociedade motivando-lhes a praticarem o crime. Esta prática reverte-se depois para o sentimento de insegurança para as pessoas que estão a sua volta.

Tendo em conta que o Joaquim nunca teve nenhum problema, a criminalidade não afeta a sua vida mas reconhece que o bairro já sofreu várias intervenções policiais, destacando-se os anos de 2004, 2006 e 2008 onde por sua vez o bairro teve uma maior visibilidade. A criminalidade de que o bairro está habituado é a criminalidade rua onde por sua vez podemos considerar os pequenos furtos e danificações de viaturas ou de bens públicos ou pessoais. Para ele os grandes fatores que impulsionam à criminalidade é a droga onde por canais estende-se pelo bairro inteiro tornando-se num mercado de droga. Os jovens estando vulneráveis à esta situação, rapidamente entram no caminho do crime. Quem diz droga também diz álcool uma vez que muitas das vezes os jovens encontram-se totalmente embriagados.

No que toca ao patrulhamento da força de segurança (PSP), o Joaquim considera que a atuação da polícia tem sido normal mas presente. Realça ainda a diminuição da criminalidade devido a presença da polícia. Por isso a intervenção da polícia é rápida.

A sua rotina passa pela ida ao seu trabalho. Quando larga o seu serviço acaba por ir ao café descontraír um bocado com os seus amigos. Uma vez que o Joaquim ainda não tem filhos, passamos ao tópico seguinte.

No último tópico, o Joaquim alerta para a importância de se estar sempre atento à segurança da sua casa e da sua vida. Embora que não tenha tido qualquer problema dentro do bairro, não invalida de estar atento às suas coisas e o que rodeia a sua volta. Ainda considera gostar do bairro e não deixar de viver no mesmo.

Anexo 5

Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº3

Lugar: Bairro Quinta da Fonte

Data: 06-02-2020

Duração: 30m

Neste dia, a entrevistada convidada foi a Sra. Margarida Sebastião de 60 anos que vive no bairro há cerca de 20 anos. Começou por frisar que o bairro é extremamente perigoso em que a criminalidade do dia-a-dia reflete-se no sentimento de insegurança. A acrescentou que a criminalidade relaciona-se com as fragilidades do setor habitacional. As condições são péssimas e muitas das pessoas que lá vivem têm dificuldades. Essas mesmas dificuldades proporcionam a criminalidade e a delinquência juvenil. A entrevistada confessou-me que acabou por ser assaltada três vezes no bairro e é um risco que as pessoas correm. O facto de o bairro ser perigoso, acaba por sofrer várias intervenções policiais trazendo incómodo a restante população. Acaba por ser referida também a criminalidade, delinquência juvenil e a exclusão social como fatores do sentimento de insegurança.

No tópico 2 abordámos a questão da criminalidade onde porventura a entrevistada disse as suas rotinas devem ser alteradas devido à forte criminalidade dentro do bairro. Por sua vez, ela afirma que não se vive à vontade no bairro. Existe sempre o receio de que algo de mal possa vir acontecer. Para ela é já um ciclo vicioso, uma reprodução social. Todos os é reproduzido o mesmo hábito. Acaba por reforçar também o que os outros entrevistados referiram, que o bairro ganhou maior visibilidade em 2004, 2006 e 2008. Foram os anos mais marcantes no que toca à criminalidade. O tipo de criminalidade mais frequente no bairro é a de massa. Os furtos, roubos ou até mesmo os pequenos assaltos. A delinquência juvenil e exclusão social foram apontados como os fatores da criminalidade no bairro.

No que toca ao papel da polícia, felicita-se o papel da polícia em que conseguiu reduzir o crime. A sua forma de atuação conseguiu dispersar indivíduos e grupos que estavam ligados ao crime. De facto a polícia está mais presente dentro do bairro.

Embora que ainda exista o sentimento de insegurança e pequenos atritos dentro do bairro, a polícia tem feito um bom trabalho no combate ao crime sendo a sua intervenção, muito rápida e eficaz.

A entrevistada evita ao máximo estar na rua. O seu itinerário é desenhado a partir de casa quando vai para o trabalho e do trabalho volta para o seu lar. Os

seus próprios filhos não frequentaram a escola do bairro sob o pretexto de não entrarem na vida do crime. O caminho deles é o mesmo que o meu. Da escola para casa e se quiserem passear ou estarem um bocado na rua, fazem-no fora do bairro. É muito mais seguro estarem com o seus amigos fora do bairro do que dentro. Este trajeto do nosso dia-a-dia acaba por ser um reflexo dos nossos hábitos. Já nada muda. A prevenção da entrevistada e dos seus filhos começa em casa. As suas portas estão sempre trancadas a chave e as suas janelas têm grades mesmo vivendo no terceiro andar do prédio. Já pensou em mudar de casa mas não possui meios para o fazer porém, acredita que os filhos o possam fazer em curto espaço de tempo.

Assim terminou a nossa entrevista na qual conversamos sobre alguns temas mas que não foram e nem são importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Anexo 6

Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº4

Lugar: Bairro Quinta da Fonte

Data: 11-02-2020

Duração: 30m

Esta entrevista foi conduzida por mim e tive como entrevistado o Rui Andrade com idade de 50 anos. Uma entrevista bastante curta em que fomos diretos ao assunto. Segundo o entrevistado, nunca se sentiu seguro no bairro, o crime dentro do bairro social é constante. Os furtos, os pequenos assaltos e as ameaças são o exemplo de alguns tipos de riscos que as pessoas correm dentro do bairro. A delinquência juvenil são exemplos da forte criminalidade e são também fatores que acrescentam o nível de criminalidade no bairro.

A sua vida é bastante reduzida uma vez que não pode conversar com os seus amigos no café ou estar na rua a fumar o seu cigarro. Quando o faz, origina-se sempre confusão e por vezes envolve pessoas inocentes. Segundo o entrevistado, o bairro já foi palco de várias atuações policiais mas os anos em que o bairro ganhou maior visibilidade foram: o ano de 2004, 2006 e 2008. O entrevistado lembra o ano de 2008 onde o bairro foi palco de um tiroteio entre etnias provocando feridos ligeiros. A criminalidade de massa é uma das recorrentes práticas de crime visíveis no bairro. Os furtos e os roubos são atividades que todos os dias são reportadas no bairro. Para tal, o Rui concedera que a delinquência juvenil, a exclusão social e o desvio são os fatores da criminalidade. Os jovens deixaram a escola para se dedicar a vida do crime. Foram-se influenciado uns aos outros provocando o desvio de vários jovens.

Ainda com Rui, o trabalho da polícia não lhe satisfaz por este considerar que ainda existe muita desordem no bairro. Mas foi contraditório ao afirmar que considera o trabalho da polícia normal. Não considera mau nem bom. Concorde com o facto da atuação da polícia ser rápida mas podia estar ainda mais presente no bairro.

A sua rotina acaba por ser a mesma, ou seja, trabalho-casa. Não gosta de estar muito na rua. Considera a rua como perigosa e um grande mal no bairro. É lá onde se concentra todo o mal do bairro (drogas, armas). Tem dois filhos e um se encontra preso por ter sido influenciado e desviado pelas más amizades. O outro seu filho conseguiu resistir a tentação da rua e dos maus amigos dedicando-se à escola. Rui aconselha vivamente aos outros pais para não colocarem os seus filhos a estudarem na escola do bairro. Que os seus filhos possam estudar em escolas menos violentas e fora de bairros sociais. Porque nas escolas os miúdos

acabam por aprender muita coisa má e por vezes, acaba por ser tarde para se reagir ou corrigir algo que esteja mal.

Por fim falamos sobre a sua prevenção e acabou por me dizer que as suas janelas têm gradeamento e a porta da sua casa têm uma fechadura muito forte e que evita estar muito tempo na rua. Não se pode negligenciar ou ignorar os perigos do crime. Disse que já pensou em mudar de casa mas não tem caminhos para o fazer.

Anexo 7

Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº5

Lugar: Bairro da Quinta da Fonte

Data: 18/02/2020

Duração: 40m

Desta vez, entrevistei um jovem com nome de Diogo Silva de 15 anos. Estudante e morador do bairro juntamente com a sua família. Começou por me dizer que sente muito medo em viver no bairro social. Caraterizou o bairro como muito perigoso existindo todos os dias conflitos e atritos. Conflitos estes que vão desde jovens à mais velhos ou até mesmo entre etnias. Frisou o que os outros entrevistados disseram. Um bairro com vários problemas sociais e habitacionais que se traduzem em exclusão social e segregação social por parte da Câmara Municipal de Loures face a comunidade do bairro. Maior parte dos riscos ou crimes que acontecem no bairro passam pelo assalto, furtos, sofrer de preconceito e ser discriminado. Maior parte dos fatores que proporcionam a criminalidade são a delinquência juvenil por onde os jovens se envergam e praticam o crime deixando as escolas. O outro fator é a exclusão social uma vez que se sentem excluídos da sociedade, começam a ver o crime como a única forma de se revoltarem.

Não nos esquecemos de falar sobre a criminalidade. Já é sabido que é um dos temas centrais da entrevista e da realidade do bairro. Esta atividade trouxe mais enfoque as autoridades policiais e governamentais a partir dos anos 2004, 2006 e 2008. Para o Diogo uma das formas para combater a criminalidade é evitar estar na rua. Uma das mais recorrentes formas de criminalidade existe no bairro, é a criminalidade de massa. Os pequenos roubos e furtos são exemplos dos grandes problemas que existem no bairro e que devem ser combatidos. No entanto a criminalidade cresceu muito no bairro devido à pobreza e ao abandono escolar. Os pais trabalham muito e têm pouco tempo para estarem com os seus filhos. Estes por sua vez são influenciados e desviados para o mundo do crime. A escola que é uma das instituições que podia controlar o comportamento dos jovens deixa de ser, porque, os jovens abandonam a escola, faltam as aulas fugindo do controlo que se podia fazer.

Contudo, Diogo enaltece o trabalho da Polícia no bairro. Houve de facto uma maior proximidade reduzindo a criminalidade. Mas, o medo e o sentimento de insegurança ainda existem. Por isso deve-se fazer mais do que já está feito porém o caminho está a ser bem percorrido pois a atuação da polícia é bastante rápida.

O seu percurso não é nada mais como nada menos, da escola para casa. Se quiser sair com os seus amigos, fá-lo fora do bairro e nunca convida os seus amigos à sua casa. Neste sentido também estuda fora do bairro pelo facto dos seus pais sentirem que é mais seguro e vantajoso para a sua carreira estudantil.

Por fim, falamos sobre as medidas de prevenção e de proteção que os seus pais tomaram. Segundo o entrevistado, os pais colocaram fechaduras nas portas e janelas com forte gradeamentos. Frisou que não quer viver mais no bairro e pretende mudar-se rapidamente de localidade.

Anexo 8

Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº6

Lugar: Bairro Quinta da Fonte

Data: 20/02/2020

Duração: 1h (18h-19)

No dia 20 de Fevereiro de 2020, tive a honra de entrevistar a Raquel Gil de 37 anos. Residente no bairro há cerca de 16 anos e considera o bairro extremamente perigoso, inseguro no qual não existe qualquer tipo de segurança. Desde eu se mudou para o bairro, apenas uma vez que viu obras no bairro. Mesmo assim acha pouco para os problemas que o bairro tem. Tal como os assaltos, os furtos e os roubos, o preconceito e a discriminação social são riscos que corremos dentro e fora do bairro. A delinquência juvenil aumentou a criminalidade no bairro. Os jovens deixaram de estudar, os pais deixaram de ter “mão” nos filhos e estes entregaram-se à vida do crime facilmente. Tornaram-se vendedores e compradores de droga. A exclusão social é a imagem que nós que vivemos dentro do bairro temos sobre as pessoas de fora. Para nós, todas as pessoas que vivem fora do bairro, tentam ao máximo se distanciar de nós. É um bairro que sofreu várias atuações policiais mas que os anos que marcaram mais foram 2004, 2006 e 2008. Raquel afirma em não estar muito tempo fora do bairro para que não seja envolvida em conflitos. Já está habituada ao crime do dia-a-dia existente no bairro. Para ela, os fatores que proporcionaram o aumento da criminalidade são a pobreza mais o abandono escolar. Os jovens ao deixar a escola passaram por estar mais tempo na rua envolvendo em práticas criminais. Realça o trabalho da Polícia que tem executado um tipo de patrulhamento mais virado à proximidade. Este trabalho tem-se verificado na redução da criminalidade porém ainda existe o sentimento de insegurança. Entretanto, a atuação da polícia é rápida. Quando existe qualquer tipo de problema no bairro, em 6/8 minutos já estão no local operativos.

A sua rotina é parecida ao dos restantes entrevistados. Só sai de casa para o trabalho ou para fazer compras. Se quiser visitar amigos ou familiares, fá-lo fora do bairro. Se quiser fazer compras dentro do bairro, tenta o fazer nas horas mais calmas e sem muito movimento. Tem dois filhos ainda bastante novos. Um é o Guilherme com 12 anos e o outro chama-se Sandro com 8 anos.

A Raquel tem muito medo que lhes aconteça algo de mal, por isso, meteu-lhes numa escola fora do bairro. Os filhos já estão rotinados todos os dias. Evitem estarem na rua e quando estão em casa, terem sempre a porta trancada. Isto é um sinal de reprodução social e de um hábito. A própria Raquel aconselha mesmo à qualquer pai para colocar os seus filhos a estudarem fora do bairro. A sua prevenção começa em casa, com janelas gradeadas e tendo a porta da sua casa sempre trancada. Tudo o que tem dentro da sua casa, considera como importante e não deve de maneira nenhuma negligenciar a criminalidade que existe dentro do bairro.

Assim terminamos a entrevista com os conselhos da Raquel quem passam pela proteção e prevenção do crime. Como não tem meios para se mudar, deseja que os seus filhos consigam mudar-se de casa no futuro.

Anexo 9

Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº7

Lugar: Bairro Quinta da Fonte

Data: 20/02/2020

Duração: 50m

No dia 20 de Fevereiro de 2020 entrevistei a Susana Jesus de 57 anos. Residente no bairro há cerca de 20 anos e ainda se lembra como é que o bairro foi construído e de que como lá entrou para viver. Quando as pessoas entraram no bairro, as casas pareciam estar em bom estado, mas, ao correr dos anos foram surgindo problemas como humidade, frio e até calor nos tempos de verão. Ela admite o facto de o bairro ser perigoso mas que nos dias de hoje encontra-se mais calmo. Realça o trabalho da Polícia e o seu combate à criminalidade. Susana acha que a Polícia tem vindo a desenvolver o seu trabalho de prevenção e de combate ao crime, por via da proximidade. Estando a polícia mais perto e operacional, acabará por travar várias tentativas de roubo ou até de assaltos em pequenas escalas. Todavia, a criminalidade reduziu no bairro. Houve tempos em que nenhum táxi entrava no bairro. Os autocarros eram assaltados. Já se viveram tempos de caos no bairro. Um profundo sentimento de insegurança e de medo. Hoje já está mais calmo mesmo existindo problemas.

Lembra ainda o ano de 2008 que marcou e muito o bairro. Ano em que se sucedeu a troca de tiros entre etnia africana e cigana. Uns dos grandes riscos que correm dentro do bairro são os pequenos assaltos que são feitos dentro do mesmo, os roubos e os furtos. Todos os dias surgem sempre casos de furtos e roubos mas a Polícia tem respondido sempre à altura. Um dos fatores que contribuiu e muito para o aumento da criminalidade nos últimos anos foi a delinquência juvenil. Constata-se e muito a forte presença dos jovens no crime. Abandonaram as escolas e não trabalham para se dedicar exclusivamente ao crime. A criminalidade de massa é então a mais usual no bairro. A Susana evita estar muito tempo na rua. Quando não está no seu trabalho ou com as suas amigas, prefere estar dentro da sua casa. Tem três filhos e todos estudam fora do bairro de modo a não serem desviados ou influenciados pelas más companhias. Tanto ela como os filhos têm em mente o que deve ser feito para se prevenirem do crime. Todos os dias é uma rotina que acaba por estar já flexibilizada. Para eles, a prevenção é uma prioridade. Neste sentido, Susana aconselha à pessoas que vivam em bairros idênticos e semelhantes ao da Quinta da Fonte, para colocarem os seus filhos a estudarem fora do bairro. É uma segurança que garantem aos seus filhos.

Por fim, conversamos sobre o último tópico e a Susana faz completamente o que os outros vizinhos fazem. As suas janelas estão gradeadas e a porta da sua casa está sempre trancada a chave. Contudo já começou a ver casas a fim de se mudar.

Anexo 10

Transcrição (Seletiva) da Entrevista nº8

Lugar: Bairro Quinta da Fonte

Data: 21-02-2020

Duração: 30m

Desta vez entrevistei a Sra. Filomena Santos de 56 anos. Mãe de quatro filhos e empregada doméstica há cerca de 20 anos. Vive no bairro há 10 anos. Descreveu o bairro como muito violento em que a criminalidade está bastante vincada no bairro. Os roubos e os furtos são constantes no bairro. Maior parte das pessoas que vivem fora do bairro, têm medo do bairro e daí surgir a exclusão social. As pessoas não gostam de estar connosco porque têm medo e sentem-se inseguras. Foca o que maior parte das outras pessoas disseram. Existe um arrasto total dos jovens para o crime. Maior parte deixou a escola para se dedicarem a vida do crime. A droga cresceu e já tivemos várias mortes relacionadas com droga e a sua atividade criminal. Temos várias pessoas que passam por necessidades e que são carenciadas. No entanto segundo a Sra. Filomena também percebe-se que existe uma maior tendência dos jovens participarem na vida do crime por ser mais fácil na obtenção do dinheiro. A criminalidade de massa é a mais frequente. Os furtos ou os pequenos roubos

fazem com que os jovens por vezes consigam colmatar as suas dificuldades ou até mesmo satisfazer os seus desejos.

Todavia, Sra. Filomena não esquece o trabalho da polícia que todos os dias tenta combater o crime. Considera que houve uma ligeira redução da criminalidade porque a intervenção da Polícia é rápida e eficaz. A sua rotina passa por estar no trabalho e depois ir para casa. Por vezes costuma estar na rua para conversar com as suas amigas para relaxar, mas, escolhe horas mais calmas em que existe pouco movimento na rua. Nos seus filhos, 2 ainda estão a terminar o ensino superior, 1 trabalha e o outro está no ensino superior. Mas todos estudaram fora do bairro. Sra. Filomena teve medo que eles acabassem por se estragarem no bairro. A sua casa encontra-se devidamente protegida com janelas gradeadas e a porta da sua casa sempre trancada a chave.

Anexo 11

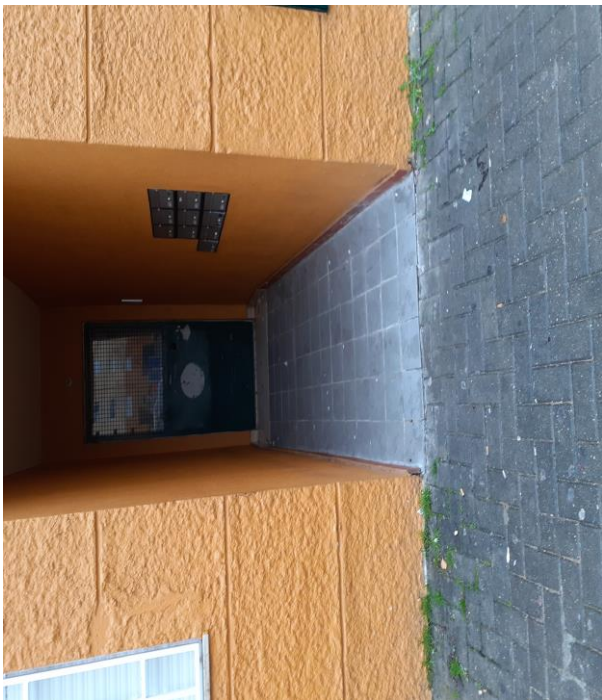
(Imagem nº1)



Anexo 12 (Imagem nº2)



Anexo 13 (Imagem nº3)

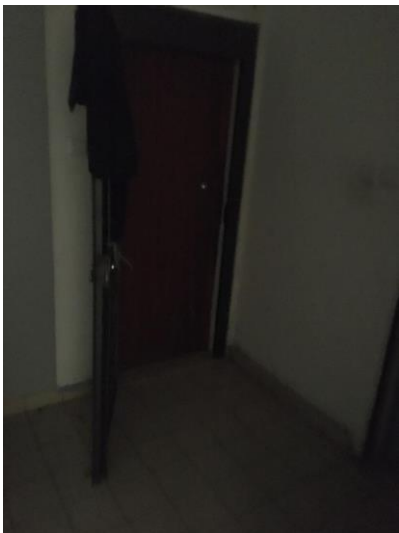


Anexo 14

(Imagem nº4)



Anexo 15 (Imagem nº5)



Anexo 16 (Imagem nº6)



Anexo 17 (Imagem nº7)



Anexo 18 (Imagem nº8)



Anexo 19 (Imagem nº9)



Anexo 20 (Imagem nº10)

